

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 376, DE 2013****(Do Poder Executivo)****MSC 59/2013****AV 142/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 18 de fevereiro de 2013, que outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Maracanaú, Estado do Ceará.

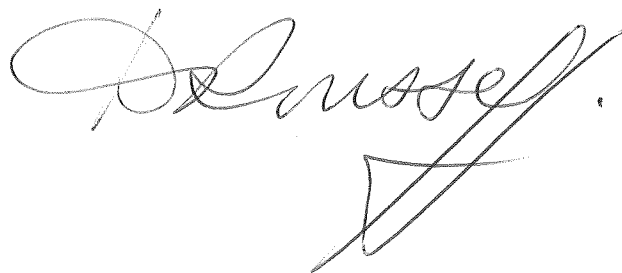
(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CF. Apreciação: PROPOSIÇÃO SUJEITA À Apreciação CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 59

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 18 de fevereiro de 2013, que “Outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará”.

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'D. Rousseff', with a large, stylized flourish extending from the bottom right.

Brasília, 31 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.048532/2005, de interesse da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, objeto da concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.
2. De acordo com o art. 13, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

COORDENAÇÃO-GERAL  
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO-CODIN/SA/PR

Publicado na Seção 1 do DOU de 19 FEV 2013

Cópia Autenticada

A-15

DECRETO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV e art. 223 da Constituição, e art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.048532/2005-15,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

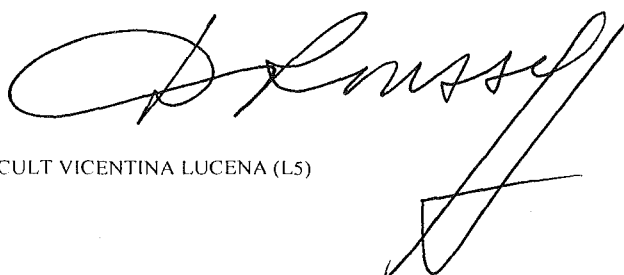
Parágrafo único. A concessão outorgada será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.





PRIMEIRA-SECRETARIA	
RECEBIDO, nesta Secretaria	
Em 25 / 2 / 2013 às 16:39 horas	
<i>W. Amor</i>	4.766
Nome legível	nº Ponto

Aviso nº 142 - C. Civil.

Em 19 de fevereiro de 2013.

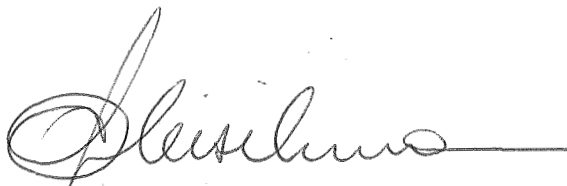
A Sua Excelência o Senhor  
Deputado MÁRCIO BITTAR  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 18 de fevereiro de 2013, que "Outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará".

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA  
Em: 26 / 2 / 2013

De ordem, ao Senhor Secretário-  
Geral da Mesa, para as devidas  
providências.

*Eugenio de Borba Amaro*  
EUGENIO DE BORBA AMARO  
Chefe de Gabinete

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
PONTA: 6656  
488: 14  
26/02/2013  
ABH  
OAGEM: 1º Sec.


**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO**  
**COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE E NORDESTE**

**Referência.:** Doc. Nº 53000.048532/2005  
**Assunto:** Outorga de Televisão

Senhor(a) Coordenador(a)

Tendo em vista a documentação anexa, por meio da qual a entidade FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA solicita, na cidade de Fortaleza/CE, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo, conforme o solicitado.

Brasília, 10 de outubro de 2005.

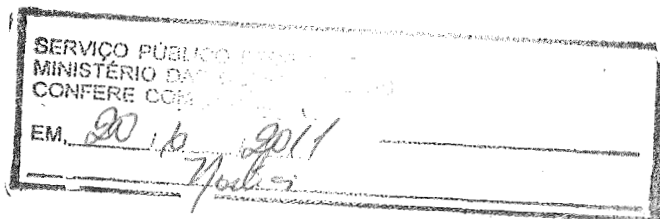
  
**KELLY CRISTINA VIEGAS**  
Estagiário de direito

De acordo. Proceda-se conforme proposto.

Em        /        /

**VANEA RABELO**  
Coordenador(a) de Radiodifusão da Região Norte e Nordeste

KCV/SEDAP/CGLO/DEOC/SC



AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRÁSILIA - DF

53000 048532/2005-15

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO/

28/09/2005-16:44 GABI JWC

**FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, com sede e foro na cidade de Eusébio, Estado do Ceará, vem, mui respeitosamente requerer de V.Sas. a liberação de um Canal de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens Educativa, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, considerando-se:

**1. - SERVIÇO**

Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens - TV;

**2. - LOCAL**

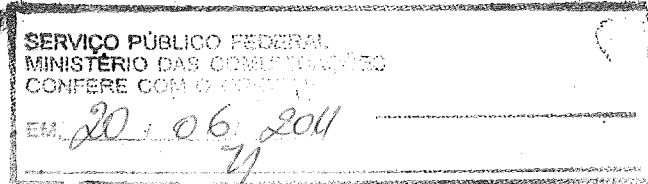
Maracanaú - Estado do Ceará;

**3. - CANAL**

4E

**4. -- POTENCIA**

1.000 EARP




A Entidade por seu Presidente, declara desde já, a executar os serviços pretendidos cumprindo todas as exigências Jurídicas legais, bem como a observar as leis, decretos, regulamentos, portarias, decisões e normas em vigor e outros que vierem a virar.

Eusébio (CE), 27 de setembro de 2005

  
**FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: RUA GONÇALVES LEDO,  
172 - PRAIA DE IRACEMA - FORTALEZA - CEARÁ - CEP: 60.110-260

Data 29.09.05  
DO: DEOC SGDJP  
Para: \_\_\_\_\_  
☐ Conhecimento  
☒ Providências  
☐ Análise e Deliberação  
☐ Preparar Resposta  
☐ Preparar Informe  
☐ Responder ao Interessado  
☐ Falar-me  
☐ Arquivar-se  
Prazo: \_\_\_\_\_  
  
Carlos Alberto Freire Resende  
Diretor - DEOC/SC/MC

# "ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA".

OFÍCIO CARLOS RACUNDO - 2º. OFÍCIO  
Tabelião Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos  
Protestos  
RUBRICADO PARA  
S.S.C.S. - 03  
Rubrica:

## CAPITULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO - Art.

1º. A FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, de caráter científico - cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado, com sede na Rodovia CE-040, Km 06, nº 5877, Eusébio - Ceará, podendo atuar em todo o território nacional, e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação pertinente.

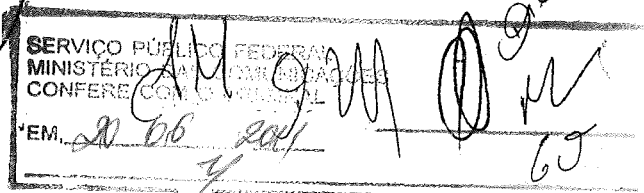
Art. 2º. A FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA tem por objetivos: I - Manter, preservar e divulgar acervos, estimulando a realização de estudos e pesquisas de caráter histórico, político e social; II - Promover e realizar estudos e pesquisas sobre o pensamento político e a compreensão econômica e social do País; III - Promover a melhoria da qualidade de vida dos mais carentes em qualquer área de desenvolvimento; IV - Promover e executar a implantação, organização, manutenção, produção e supervisão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e sons e imagens (Televisão) com fins exclusivamente educativos e culturais que forem outorgados pelo Poder Concedente, local, regional ou nacional; VI - O Departamento de Radiodifusão Sonora que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, será operado em regime exclusivamente educativo, cultural e informativo, e seus dirigentes deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e a sua investidura no cargo, depois que a Entidade se tornar Concessionária ou Permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora Educativa, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente; VII - Realizar cursos, seminários, encontros e palestras e todas as promoções culturais necessárias à divulgação do conhecimento; VIII - Editar, publicar livros e periódicos e produzir vídeos ou filmes; IX - Construir e abranger novos acervos pessoais, históricos e culturais de interesse da preservação da memória do Estado do Ceará; X - Contribuir para o desenvolvimento social e cultural do Município. XI - Promoção do desenvolvimento cultural do Município através do estímulo e da criação de condições de todas as exposições culturais; XII - Promoção e incentivo da realização de atividades e estudos de interesse local, de natureza científica, sócio cultural do Município e fora dele; XIII - Promoção com regularidade de programas culturais e recreativos de interesse da população; XIV - O quadro de pessoal da Rádio Educativa será constituído por pelo menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros. XV - Qualquer alteração Estatutária dependerá de prévia autorização do Poder Concedente. XVI - A Entidade constituirá um Conselho de Programação com representantes da Sociedade Civil e órgãos de Educação e Cultura do município e cidades circunvizinhas, para analisar o conteúdo pedagógico e a forma dos programas produzidos.

Art. 3º. No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação não fará qualquer



15 SET. 2005

Mano de Fatima Lucio Castelo Branco Yabara  
Pericles Castelo Branco Neto Substituto  
Francisco José  
Patrícia Almeida  
OAB-CE Nº 3680



discriminação de raça, cor sexo ou religião. **Art. 4º.** Para concretização dos seus objetivos, a Fundação poderá receber patrocínios, doações e subvenções, contratar serviços de terceiros e estabelecer convênios, acordos, ajustes e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

**CAPITULO II – DO PATRIMÔNIO E RECURSOS – Art. 5º.** A FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA tem seu patrimônio

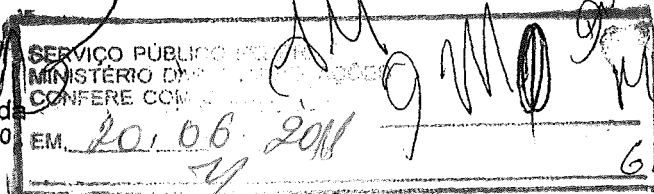
constituído: I – Pelos bens, direitos e deveres relacionados na escritura de constituição; II – Por doação, dotações, legados e auxílios recebidos de terceiros; III – Pelos bens, direitos e haveres que adquirir; IV – Pelas rendas patrimoniais e pelas provenientes de serviços prestados a terceiros; V – Pela contribuição inicial de seus fundadores. **Art. 6º.** A Fundação poderá contar para o cumprimento de suas finalidades com as seguintes fontes de recurso: I – Os provenientes de convênios, acordos, ajustes, doações, subvenções e dotações; II – As remunerações recebidas por serviços; III – As rendas próprias dos bens que possua ou administre; IV – As rendas destinadas por terceiros a seu favor; V – As rendas dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; VI – Os juros de capital e outras receitas da mesma natureza; VII – Os usufrutos que lhe forem conferidos. **Art. 7º.** A Fundação aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais, no território nacional; I – Subvenções e doações recebidas somente serão aplicadas nas finalidades a que se vinculem; II – A Fundação fica vedado remunerar, conceder vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes; III – Igualmente não poderá a Fundação, sob nenhuma forma ou pretexto, distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio. **CAPITULO III – DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO – Art. 8º.** São órgãos da administração da Fundação: I – O Conselho da Administração; II – A Presidência; III – O Conselho Fiscal. **Art. 9º.** O **CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO** é o poder máximo da Fundação e será integrado por todos os instituidores da FUNDAÇÃO e por mais quatro

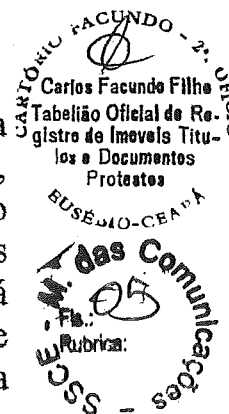
(04) membros por eles designados. **Parágrafo Primeiro** – Cabe aos instituidores remanescentes promover a substituição daqueles que vierem a falecer ou renunciar a essa condição. **Parágrafo Segundo** – O Conselho da Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário mediante convocação do Presidente da Fundação ou 2/3 (dois terços) de seus membros, a fim de deliberar, sobre: I – O Plano anual de trabalho da FUNDAÇÃO; II – A guarda, movimentação e alienação dos bens da Fundação; III – O relatório anual e o balanço geral do exercício anterior; IV – A eleição da Presidência; V – O regimento interno da Fundação; VI – O Estatuto; VII – Casos omissos no Estatuto. **Parágrafo Terceiro** – A convocação do Conselho da Administração, quer ordinariamente, ou extraordinariamente, será realizada com antecedência



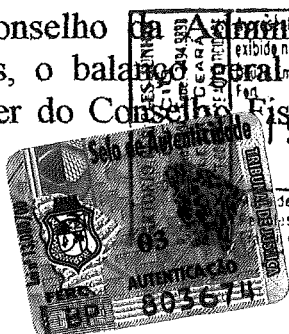
15 SET. 2005

Mano de Fátima Ceila Castro Branco - Tabela  
Patricio Almeida  
OAB-CE Nº 3380

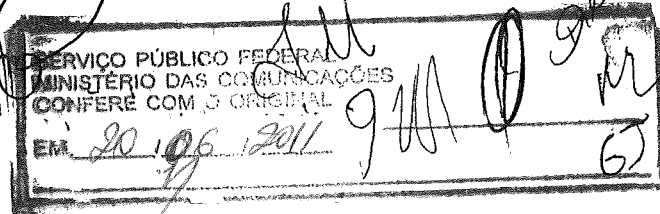




mínima de 24 horas, e deliberará, em primeira convocação, com maioria absoluta dos seus membros, e em segunda convocação, com os presentes, qualquer seja o número. **Parágrafo Quarto** – As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração serão aprovadas por maioria simples, exceção aos casos neste Estatuto previsto expressamente. **Art. 10º** A Fundação constituirá um Conselho de Programação com membros da comunidade para executar e acompanhar a programação da Rádio Educativa. **Art. 11º** A Presidência da Fundação será composta da seguinte forma: Presidente, Secretário e Tesoureiro. **Parágrafo Único** – O mandato dos membros da Presidência será de cinco (05) anos, permitida reeleição. **Art. 12º**. Compete ao **Presidente**: I – Representar a Fundação ativa e passivamente em juízo ou fora dele; II – Convocar, ordinariamente, e presidir as assembleias do Conselho da Administração; III – Designar o Superintendente Geral da fundação; IV – Firmar convênios, acordos, ajustes e contratos em nome da Fundação; V – Fixar o quadro funcional, provê-lo e estabelecer a sua remuneração; VI – Apresentar ao Conselho da Administração o plano anual de trabalho, o relatório e o balanço do exercício anterior, ouvindo, com relação a este último, o Conselho Fiscal; VII – Prover os cargos da Presidência em caso de vacância. **Art. 13º**. Compete ao **Secretário**: I – Redigir e assinar, com o Presidente, as atas das reuniões do Conselho da Administração; II – Responsabilizar-se pelos ofícios e demais correspondências da fundação, assinando-os juntamente com o Presidente; III – Providenciar, organizar, arquivar e preservar toda a documentação referente à Fundação. **Parágrafo Único** – O secretário poderá delegar atribuições. **Art. 14º**. Compete ao **Tesoureiro**: I – Elaborar os balancetes mensais e anuais da Fundação; II – Assinar cheques, depositar e movimentar conta bancária aberta em nome da entidade, tudo juntamente com o Presidente, receber e pagar contas; III – Receber doações, legados e auxílios recebidos de terceiros. **Art. 15º**. O **Conselho Fiscal** será constituído de três (04) membros, com mandato de cinco (05) anos, escolhidos pelo Conselho da Administração e reunindo-se semestralmente para: I – Apreciar as prestações de contas, balanços anuais e balancetes mensais da fundação, emitindo competente parecer quando necessário; II – Promover por solicitação do Presidente ou do Conselho da Administração, auditorias e tomadas de contas em unidades, programas ou convênios específicos; III – Elaborar as normas e procedimentos contábeis, financeiros e patrimoniais a serem observadas em todos os registros e operações da Fundação. **CAPITULO IV – DO REGIME FINANCEIRO** – **Art. 16º**. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil. **Art. 17º**. Até o dia 30 de novembro de cada ano, o Presidente apresentará ao Conselho da Administração o plano de trabalho e a respectiva proposta orçamentária. **Art. 18º**. Ao fim de cada exercício a Presidência encaminhará ao Conselho da Administração o relatório de atividades, a prestação de contas, o balanço geral e o inventário, com as deliberações financeiras e parecer do Conselho Fiscal para deliberação, até o último dia de março do

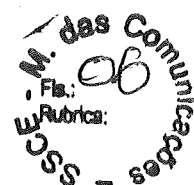


de Fatima Letícia Castelo Branco - Secretária  
de Carlos Castelo Branco Nejo - Superintendente  
de José Freitas Rebouças - Escrivão  
Patricia Almeida  
OAB-CE Nº 3380







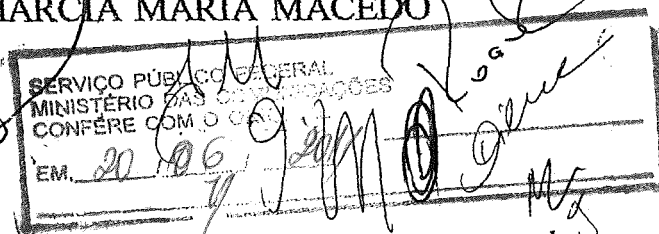


ano subsequente ao exercício. **CAPITULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS – Art. 19º.** O presente Estatuto poderá ser emendado ou revisto mediante proposta do Presidente ou de metade dos membros do Conselho da Administração, dependendo a aprovação do voto favorável de dois terço dos membros do mesmo colegiado. **Art. 20º.** A Fundação se extinguirá ou se dissolverá por decisão favorável de dois terços dos membros do Conselho da administração, na forma da lei, e o seu eventual patrimônio remanescente será destinado à entidade registrada no CNAS, ou entidade pública, a critério da instituição. **Art. 21º.** Os membros da Administração não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome desta, por ato regular de gestão, todavia, serão responsáveis pelos atos que praticarem com culpa ou dolo violação da lei ou do presente Estatuto. **Art. 22º.** O presente Estatuto passará a vigorar quando devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Eusébio, Estado do Ceará. Após a leitura, sem nenhuma divergência, foi o Estatuto da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, acima transcrito e aprovado. Como patrimônio inicial da “**FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**”, fazem desde já as seguintes contribuições: **GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em moeda corrente nacional; **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA** R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente nacional, **MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA** R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente nacional e **JOÃO GONÇALVES PRIMO** R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). A Assembléia passou a composição dos órgãos da administração da Fundação, na forma do Estatuto aprovado: **I – são membros do Conselho da Administração**, na qualidade de Instituidores: **GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF: nº034.296.283-34 e Cédula de Identidade nº 391026-SSP/CE, domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Beira Mar, nº 1140 – Apto.500–Praia de Iracema; **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF: nº234.900.553-49 e Cédula de Identidade nº94014010850-SSP/CE, domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Beira Mar, nº 2560 – Apto 700, **MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA**, brasileira, casada, médica, portadora do CPF: nº 213.083.763-20 e Cédula de Identidade nº 687547-SSP/CE, domiciliada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Beira Mar, nº 1140 – Apto.500–Praia de Iracema e **JOÃO GONÇALVES PRIMO**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do CPF: nº 005.186.203-44 e Cédula de identidade nº54128-SSP/CE, domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Pedro Rufino, 135 – Apto. 601 - Varjota. **II – Foram eleitos pelo Conselho da Administração, por aclamação, os seguintes membros da Presidência:** Presidente – **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA**; Tesoureiro – **JOÃO GONÇALVES PRIMO**; Secretária – **MÁRCIA MARIA MACÊDO**



ana de Fatima Lúcia Castelo Branco - Tabelião  
ericles Castelo Branco Neto - Substituto  
Francisco José Freitas Rebouças - Escrevente

Patrício Almeida  
OAB-CE Nº 3380







DE LUCENA; III – Foram escolhidos pelo Conselho da Administração para compor o Conselho Fiscal: DILCE MARIA CÂNDIDO; DENISE MARIA MACÊDO ALBUQUERQUE LIMA; ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA E LEONARDO MENDES DE SOUZA. Com a autoridade que lhe foi outorgada pela presente Assembléia Geral dá posse aos membros do Conselho Fiscal. No intuito de constituir legalmente a “FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA”, visto que observado o art. 24 do Código Civil Brasileiro, ficam os instituidores, responsáveis por submeterem o respectivo Estatuto, nesta aprovado, a apreciação do Ministério Público, nos termos dos artigos 1199 e 1201 do Código de Processo Civil, bem como providenciar o seu respectivo registro Civil das Pessoas Jurídicas, de conformidade com o art. 18 do Código Civil Brasileiro, autorizando-o, ainda, a praticar outros atos necessários à instituição da Fundação. Nada mais havendo, determinou GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA o encerramento da ata, que após lida e acha conforme, vai por todos assinada.

1. [Signature]
2. [Signature]
3. Rosângela Santos
4. [Signature]
5. Márcia Macêdo de Lucena
6. Gaudêncio Ferreira
7. [Signature]
8. [Signature]
9. Ingrid Macêdo de Souza
10. [Signature]

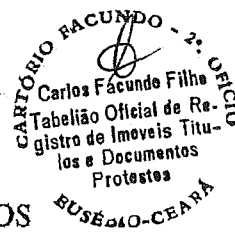
CARTÓRIO FACUNDO  
2º. OFÍCIO  
HUSEBIO - CEARÁ  
Registrado no Livro III, p. 007  
Em 26 de set de 2001  
Carlos Facundo Filho - Oficial

O SELO RESPECTIVO  
SOB O N° AA/58211  
FOI UTILIZADO NA 1ª VIA





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA



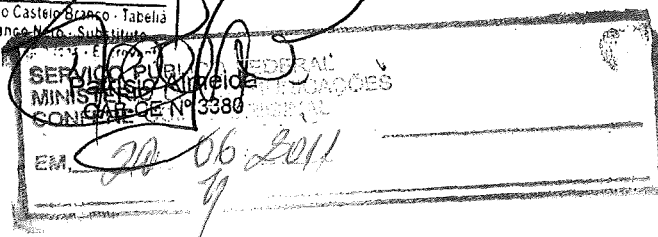
Aos 07 dias do mês de setembro do ano dois mil e um, às 20 horas, na Rodovia CE-040, Km 06, nº 5877, na cidade de Eusébio, Estado do Ceará, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária todos os Instituidores adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberarem a respeito dos atos preliminares constitutivos da FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA. Abertos os trabalhos, GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA declarou que todos os presentes já tinham conhecimento dos objetivos da Assembléia Geral, quais sejam: a) Tratar da constituição da Fundação de fins educacionais, com atuação em toda a região nordestina, procurando estudar e pesquisar no âmbito da cultura, colaborar com empreendimentos públicos e/ ou privados que visem preservar a memória regional, no âmbito das Ciências e das Técnicas, promover estudos, pesquisas e ações e apoiar iniciativas que visem incentivar a pesquisa científica; promover o desenvolvimento cultural; implantação, organização, manutenção e supervisão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e sons e imagens (televisão) com fins exclusivamente culturais e educativos; b) Apresentar e discutir o projeto do Estatuto que regerá a Fundação, com o fim de aprová-los; c) Eleger os membros componentes de sua administração, bem como autorizá-los a praticarem todos os atos necessários à constituição definitiva da Fundação; d) Posse dos membros eleitos e os indicados. Após apresentada a pauta aos presentes, foram consultados se estavam de acordo com a constituição da Fundação e por unanimidade foi resolvido que a partir desta data, estaria constituída a FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA. Em seguida deu-se a discussão e apreciação do Estatuto da Fundação decidindo sobre sua denominação, finalidades dos membros (sócios), da organização da Fundação e das disposições Gerais. Após apreciado o Estatuto, foi o mesmo submetido a votação que recebeu os votos de todos os presentes, ficando por tanto, aprovado na íntegra o Estatuto da FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA. Sendo aprovado o Estatuto, pediu-se aos presentes que apresentassem nomes para compor a Diretoria. Vários nomes foram apontados e foi feita a votação por escrutínio secreto, ficando a Diretoria assim constituída: Presidente: CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA; Secretária: MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA; Tesoureiro: JOÃO GONÇALVES PRIMO. Conselho Fiscal: 01. DILCE MARIA CÂNDIDO; 02. DENISE MARIA MACÊDO ALBUQUERQUE LIMA; 3. ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA e 4. LEONARDO MENDES DE SOUZA. A presente Diretoria terá o mandato de 05 (cinco) anos, iniciando em 07 de setembro de 2001. Como não havia mais nada a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Diretoria eleita. Eusébio(CE), 07 de setembro de 2001.

*Vicência Gonçalves de Lucena*  
*J. Gonçalves Primo*



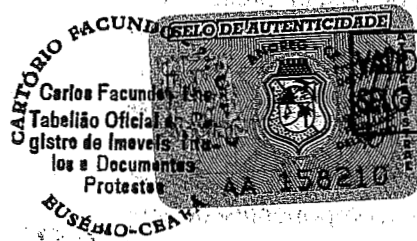
*Rosângela Santos*  
*Dilce Cândido*

*Márcia Macêdo de Lucena*



**CARTÓRIO FACUNDO**  
 Registro de Títulos e Documentos  
 Apresentado hoje para registro, apontado no  
 protocolo sob o N.º de ordem 285 e registrado  
 às fls. 081/032 do Livro 86 de T.T. Doc.  
 sob n.º de ordem 278  
 Rusábio-CB. 26/09/2005

Carlos Facundo Filho - Oficial



<b>CARTÓRIO FACUNDO - 2º. OFÍCIO</b>	
Selo(s) N.º	<u>AA-158210</u>
VIAS:	<u>01 recu</u>
Ato Notarial	R\$ <u>—</u>
Ato Registral	R\$ <u>13,40</u>
Fermoju	R\$ <u>2,00</u>
A C M	R\$ <u>0,50</u>

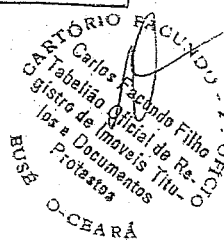
IO PERICLES JUNIOR  
 OFÍCIO  
 Naves, 304 - Fone: 3434.9593  
 ALEXA - CEARA  
 TCM SELO DE AUTENTICIDADE  
 A presente cópia fotostática confere com o original  
 exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.  
 Dou-Em test. da verdade.  
 Port  
**15 SET. 2005**



tao Castelo Branco - Tabelião  
 ranco Neto - Substituto  
 Rhoucas - Escrevente

Registro nº 000256  
 Data: 27/07/2005  
 Página: 01 de 01

**ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**



Aos 30 dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniram-se na **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, com sede na Rodovia CE-040, Km 06, nº 5877, cidade de Eusébio, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.841.591/0001-80, devidamente instituída e registrada no **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**, em 26 de setembro de 2001, 2º Ofício Registro de Imóveis – Cartório Facundo, Eusébio – CE., sob a presidência do Sr. **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA**, tendo como secretária a Srª. **MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA**, afim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: a) renúncia do atual conselho fiscal; b) eleição dos novos membros. Aberto os trabalhos, **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA** recebeu a carta renúncia dos seguintes membros: 1. **DILCE MARIA CÂNDIDO**; 2. **DENISE MARIA MACÊDO ALBUQUERQUE LIMA** e 3. **ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA**, em seguida pediu aos presentes que apresentassem nomes para compor o novo conselho fiscal. Vários nomes foram apontados e foi feita a votação por escrutínio secreto, ficando o conselho fiscal assim constituído: 01. **LEONARDO MENDES DE SOUZA**; 02. **GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR** e 03. **INGRID MACÊDO DE LUCENA**. Como não havia mais nada a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Diretoria e Conselho Fiscal eleito. Eusébio(CE), 30 de junho de 2005.

*Carla Facundo*

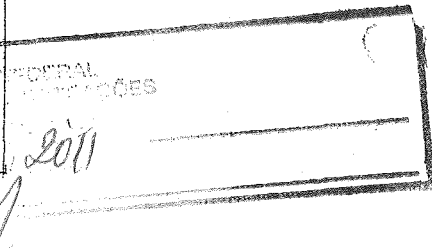
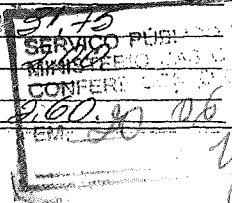
*[Signature]*

**CARTÓRIO PÉREZ JUNIOR**  
 9º OFÍCIO  
 Rua André Chaves, 304 - Fone: 334.9589  
 FORTALEZA - CEARÁ  
 15 SET. 2005  
 A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fé. Em test. da verdade.  
 Mano de Fatima Leito Castro  
 Pericles Castro Branco  
 Francisco José Freitas Rebr



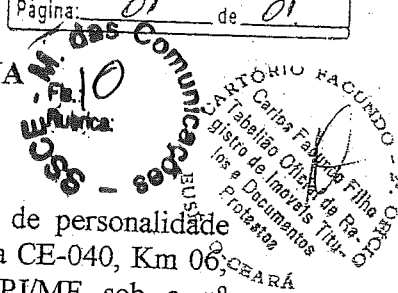
**CARTORIO FACUNDO - 2º OFÍCIO**  
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
 Av. Eusébio de Queiroz, 4607 - Centro  
 Fone: (85) 3260.1836 / 2462  
 Apresentado hoje protocolado e registrado  
 em Microfilme Livro "A" do Registro Civil  
 das Pessoas Jurídicas sob o  
 nº 000256 Em 27 de JUL. 2005  
*[Signature]*  
 Oficial Registrador  
 Antonio Alberto Oliveira do Silva  
 Substituto

**CARTÓRIO PÉREZ JUNIOR**  
 9º OFÍCIO  
 Selo(s) Nº AA 025688  
 VIAS: 01 (uma)  
 Ato Notarial RS  
 Ato Registral RS  
 Fermoju RS  
 ACM RS  
 FEAAC RS



**1º ADITIVO AO ESTATUTO SOCIAL DA  
FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

Registro nº 000257  
Data 27/07/2005  
Página 01 de 01

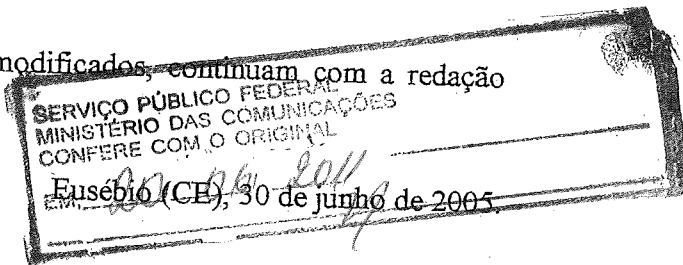


**FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, constituída de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rodovia CE-040, Km 06, nº 5877, cidade de Eusébio, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.841.591/0001-80, tendo como instituidor o Sr. **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA**, brasileiro, nascido no dia 12 de dezembro de 1964, natural da cidade de Barbalha-CE, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Beira Mar, 2560 Apto. 700, Meireles, CEP 60.125-121, Fortaleza-CE, CPF/MF nº 234.900.553-49 e carteira de identidade RG nº 94014010850 SSP-CE, devidamente instituída e registrada no **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**, em 26 de setembro de 2001, 2º Ofício Registro de Imóveis - Cartório Facundo, Eusébio - CE., resolve alterar o seu Estatuto Social e o faz mediante às cláusulas e condições seguintes:

**I - DA RENUNCIA E DA ELEIÇÃO DO NOVO CONSELHO FISCAL**

Renunciam ao conselho fiscal, **DILCE MARIA CÂNDIDO**, **DENISE MARIA MACÊDO ALBUQUERQUE LIMA** e **ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA**, dos cargos que foram designados. Ficam eleitos para os cargos vagos os seguintes membros, **LEONARDO MENDES DE SOUZA**, **GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR** e **INGRID MACÊDO DE LUCENA**.

II - Os demais itens do Estatuto Social não modificados, continuam com a redação inicial e com plena validade.



CARLOS GUALTER G. DE LUCENA

DENISE MARIA M. ALBUQUERQUE LIMA

MARCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA

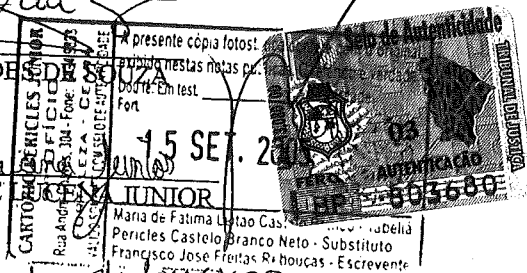
ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA

JOÃO GONÇALVES PRIMO

LEONARDO MENDES DE SOUZA

DILCE MARIA CÂNDIDO

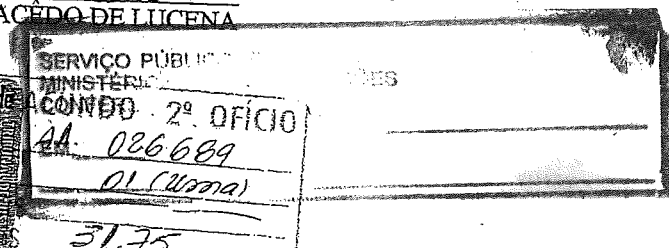
GAUDÊNCIO G. DE LUCENA JÚNIOR



INGRID MACÊDO DE LUCENA

CARTÓRIO FACUNDO - 2º OFÍCIO  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Av. Eusébio de Queiroz, 4607 - Centro  
Fone: (85) 3260.1836 / 2462  
presentado hoje protocolado e registrado  
em Microfilme Livro "A" do Registro Civil  
das Pessoas Jurídicas, sob o nº 000257, em 27/07/2005.

VALIDO SOMENTE COM  
SELO DE AUTENTICIDADE





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

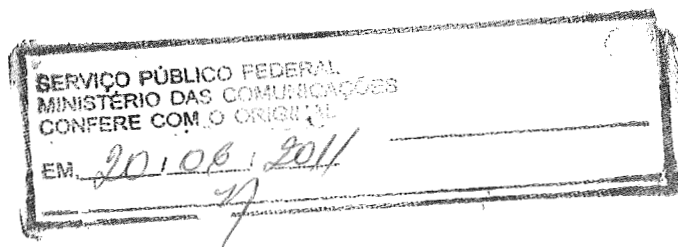


		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.841.591/0001-80</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>26/09/2001</b>
NOME EMPRESARIAL <b>FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>301-8 - FUNDACAO MANTIDA COM RECURSOS PRIVADOS</b>			
LOGRADOURO <b>RODOVIA CE 040</b>	NÚMERO <b>5877</b>	COMPLEMENTO <b>KM 06</b>	
CEP <b>61.760-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>EUSEBIO</b>	UF <b>CE</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>16/10/2004</b>	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **05/09/2005** às **10:46:05** (data e hora de Brasília).

**Voltar**



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 04841591/0001-80**Razão Social:** FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**Endereço:** ROD CE 040 5877 KM 06 / CENTRO / EUSEBIO / CE / 61760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/09/2005 a 07/10/2005**Certificação Número:** 2005090811221262199617

Informação obtida em 08/09/2005, às 11:22:12.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2011



**Ministério da Fazenda**  
**Receita Federal do Brasil**  
**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

**Nº 030782005-05001090**

**CNPJ: 04.841.591/0001-80**

**NOME: FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

Ressalvado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Receita Federal do Brasil o direito de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e a débitos inscritos em Dívida Ativa do INSS.

Esta certidão refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas, até 14 de agosto de 2005, em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, objeto de certidões específicas.

Esta certidão tem as finalidades previstas na Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e alterações, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 966 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), cisão total ou extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

Esta certidão é válida para todos os estabelecimentos da empresa: matriz e filiais.

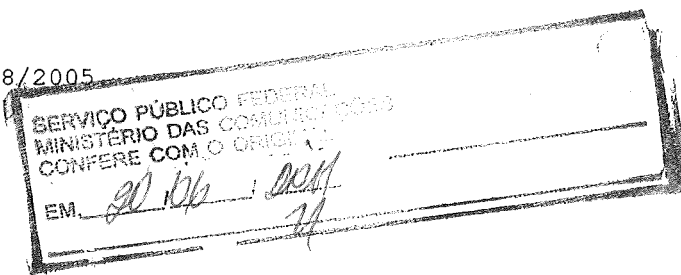
Deverá ser observada a finalidade para a qual foi emitida esta certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.previdenciasocial.gov.br>.

Emitida em 09/09/2005.

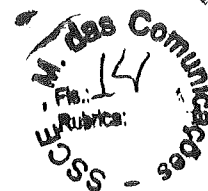
Válida até 08/03/2006.

Modelo aprovado pela IN/RFB nº 558, de 19/08/2005





**Ministério da Fazenda**  
**Receita Federal do Brasil**  
**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**



Nº 030782005-05001090

**CNPJ: 04.841.591/0001-80****NOME: FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

Ressalvado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Receita Federal do Brasil o direito de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e a débitos inscritos em Dívida Ativa do INSS.

Esta certidão refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas, até 14 de agosto de 2005, em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, objeto de certidões específicas.

Esta certidão tem as finalidades previstas na Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e alterações, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 966 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), cisão total ou extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

Esta certidão é válida para todos os estabelecimentos da empresa: matriz e filiais.

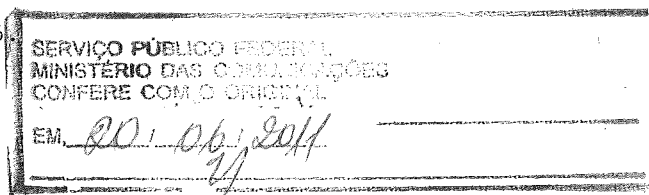
Deverá ser observada a finalidade para a qual foi emitida esta certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.previdenciasocial.gov.br>.

Emitida em 09/09/2005.

Válida até 08/03/2006.

Modelo aprovado pela IN/RFB nº 558, de 19/08/2005





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**  
**CNPJ: 04.841.591/0001-80**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Esta certidão não abrange as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas, até 14 de agosto de 2005, em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidões específicas.

Esta certidão é válida somente para o estabelecimento especificado acima.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005.

Emitida às 11:05:57 do dia 08/09/2005 <hora e data de Brasília>.

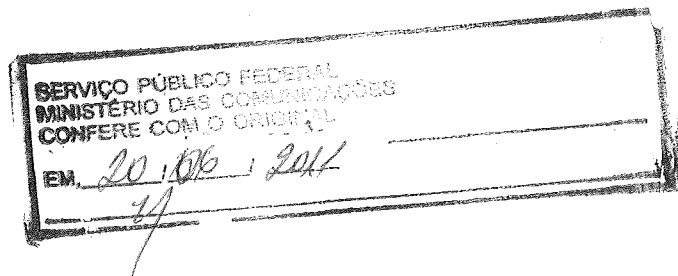
Válida até 07/03/2006.

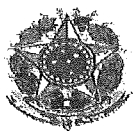
Código de controle da certidão: **7422.4841.E684.DB4A.**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Modelo aprovado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005.





MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

**CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO****NEGATIVA**

<b>CNPJ</b>
<b>04.841.591/0001-80</b>

<b>Nome Completo</b>
<b>FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA</b>

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifica-se, para os fins de direito, que, analisados os registros da Dívida Ativa da União, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA de INSCRIÇÕES** em nome do contribuinte acima identificado. E, para constar, foi extraída, por intermédio da Internet (rede mundial de computadores), esta certidão **NEGATIVA**.

**ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE**

Esta certidão é fornecida gratuitamente tendo validade por 30 dias (Portaria PGFN nº 22, de 19 de janeiro de 2001), não prevalecendo sobre certidões emitidas posteriormente.

Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967: "Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente."

**ASPECTOS TÉCNICOS DE VALIDADE**

Emissão às 12:04:03 do dia 29/08/2005

Código de Controle da Certidão: 0D3D.DE7A.92F5.7CD3

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página na Internet: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Atenção: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE EUSÉBIO  
SECRETARIA DE VARA ÚNICA



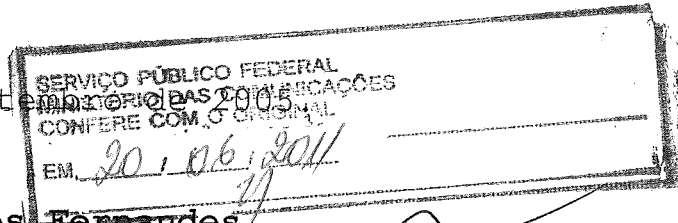
CERTIDÃO

ANA ALICE SALES FERNANDES, Diretora de Secretaria, desta Comarca de Eusébio, por nomeação legal etc.

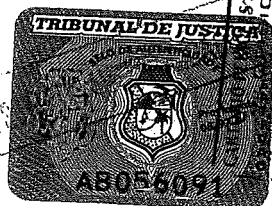
CERTIFICO a requerimento verbal da parte interessada, que revendo nesta Secretaria de Vara Única, a meu cargo, livros, papéis, deles verifiquei que no período compreendido entre 10 de março de 1995 até a presente data, nada consta em nome da empresa **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, inscrita no CNPJ Nº 04.841.591/0001-80, localizada na Rod. Ce 040, nº 5877, km 06 centro - Eusébio - Ceará. CERTIFICO finalmente que **NENHUMA** Ação Executiva, Ordinária, Feitos criminais, concordata, Falência, Concurso de credores, Dissolução e Liquidação, foi promovida durante este período em nome do(a) requerente supra, o(a) qual não figura no pólo passivo de nenhuma ação de natureza patrimonial. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Eusébio, 14 de setembro de 2005

Ana Alice Sales Fernandes  
DIRETORA DE SECRETARIA



VÁLIDO SEMPRE COM



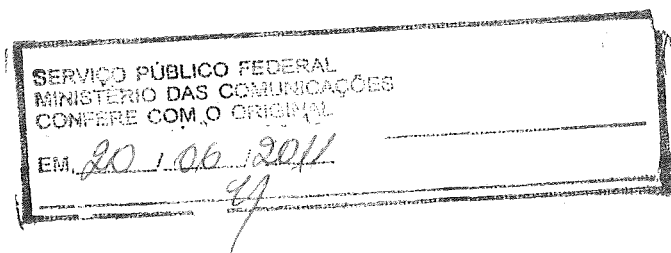
OBS: Esta certidão só é válida sem rasuras ou emendas, com assinatura da Diretora da Secretaria e selo de autenticidade, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
**Nº 200501613107**

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE	
Inscrição Estadual:	*****
CNPJ / CPF:	04.841.591/0001-80 FUNDAC CULTURAL VICENTINA LUCENA
RAZÃO SOCIAL:	*****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 29/08/05 S 12:18:01  
VLIDA ATÉ 28/10/2005A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no  
endereço [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO

SECRETARIA DE FINANÇAS

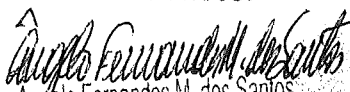
### CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

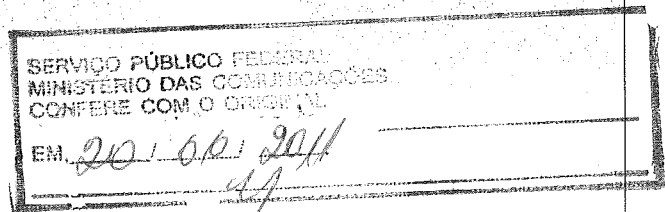
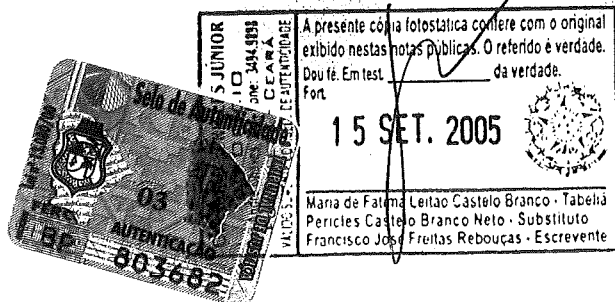
Nº 0538/05

CERTIFICO, em virtude do requerimento verbal, e para que produza os devidos efeitos legais, que a Empresa FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, localizada no endereço ROD. CE-040,, Nº 5877 KM-06 CENTRO EUSÉBIO - CE, cadastrada nesta prefeitura sob o nº de inscrição 01.01.04.2082, CNPJ Nº 04.841.591/0001-80, está quite de todos os tributos municipais até a presente data, ressalvado, porém, à Secretaria de Finanças e Planejamento, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha a gravar a pessoa ou o imóvel, o direito de cobrar o débito, na forma da legislação em vigor.

Esta certidão tem validade de 60 (SESENTA) dias.

SETOR DE CADASTRO E ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO, terça-feira, 13 de setembro de 2005.

  
Angelo Fernandes M. dos Santos  
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO





FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA

C.N.P.J./MF - 04.841.591/0001-80

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

ATIVO

CIRCULANTE

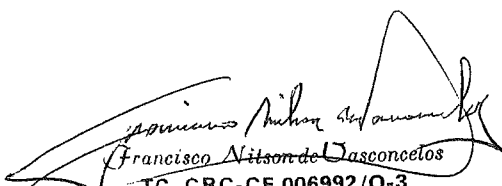
Caixa	30.000,00	
Total do Ativo Circulante .....		30.000,00
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b>30.000,00</b>

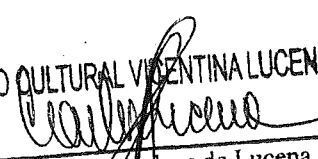
PASSIVO

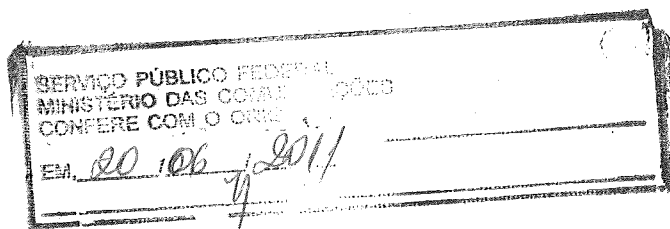
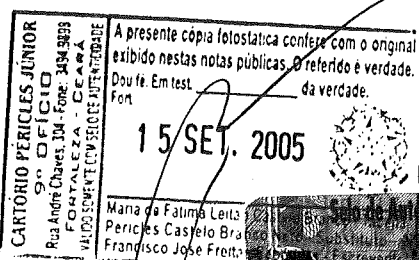
PATRIMONIO LIQUIDO

Patrimônio Social		30.000,00
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>		<b>30.000,00</b>

Eusébio-CE, 31 de dezembro de 2004.

  
Francisco Nilson de Vasconcelos  
TC. CRC-CE.006992/O-3  
CPF/MF 048.209.203-53

FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA  
  
Carlos Gualter Gonçalves de Lucena  
Presidente



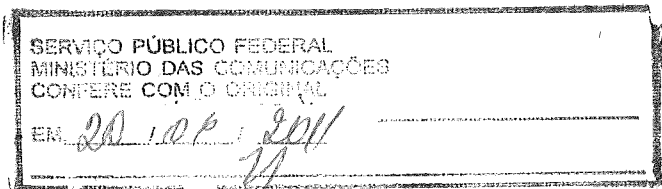


## DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA,  
com sede e foro na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará, Declara que a Entidade dispõe  
de recursos financeiros necessários para a implantação e manutenção do Canal de  
Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens (Televisão) Educativa na cidade de Maracanaú,  
Estado do Ceará

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2.005

FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA  
CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA  
PRESIDENTE

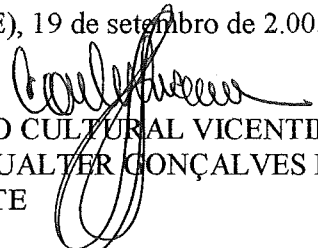


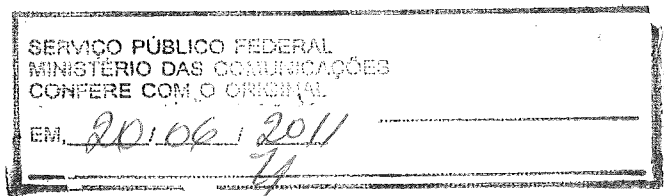


## DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA,  
com sede e foro na cidade de Eusébio, Estado do Ceará, Declara que a Entidade  
compromete-se a constituir um Conselho de Programação com representantes da Sociedade  
Civil e Órgãos de Educação e Cultura do Município e cidades circunvizinhas, para analisar  
o conteúdo pedagógico e a forma de programas produzidos.

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2.005

  
FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA  
CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA  
PRESIDENTE



M. das Comunica.  
Fl. 23  
Rubrica  
55-580

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 94014010850 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/3/1994

NOME CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCE

FILIAÇÃO JOAO GONCALVES PRIMO E VICENCIA GONCALVES DE LUCENA

NATURALIDADE BARBALHA-CE DATA DE NASCIMENTO 12/12/1964

DOC. ORIGEM CERT CASAM 51 L B01AUX F 51 5A ZONA FORTALEZA CE

CPF 234900553

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Foto

Assinatura do Titular

Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fe. Em test. da verdade.

15 SET. 2005

03

AUTENTICAÇÃO

BP 803638

Manoel de Fátima Leitoa Castelo Branco - Tabela Pericles Castelo Branco Neto - Substituto Francisco José Freitas Rebouças - Escrevente

MINISTÉRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fe. Em test. da verdade.

15 SET. 2005

03

AUTENTICAÇÃO

BP 803639

Manoel de Fátima Leitoa Castelo Branco - Tabela Pericles Castelo Branco Neto - Substituto Francisco José Freitas Rebouças - Escrevente

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Carlos Gualter

NASCIMENTO 12.12.64

INSCRIÇÃO NO CPF 234 900 553 49

CONTRIBUINTE

CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCE

CENA

ES. JUNIOR

110 OFICIO

94014010850

CEARA

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fe. Em test. da verdade.

15 SET. 2005

03

AUTENTICAÇÃO

BP 803641

Manoel de Fátima Leitoa Castelo Branco - Tabela Pericles Castelo Branco Neto - Substituto Francisco José Freitas Rebouças - Escrevente

CARTÓRIO PERICLES JUNIOR

9º OFICIO

Rua André Chaves, 304 - Fone: 334.9339

FORTALEZA - CEARÁ

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fe. Em test. da verdade.

15 SET. 2005

03

AUTENTICAÇÃO

BP 803640

Manoel de Fátima Leitoa Castelo Branco - Tabela Pericles Castelo Branco Neto - Substituto Francisco José Freitas Rebouças - Escrevente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2001

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM

1º OFÍCIO  
SOLANGE GRACE MOURA ROLIM  
OFICIALA DE PROTESTO  
NOTÁRIA  
ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM  
SUBSTITUTA  
FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA  
ESCREVENTE AUTORIZADA  
FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808

das Comunicações  
Fla. 24  
Rubrica:  
SSC -

Nº 151118

## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bela. Solange Grace M. Rolim, 1a. Tabeliã desta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de:

**CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA**

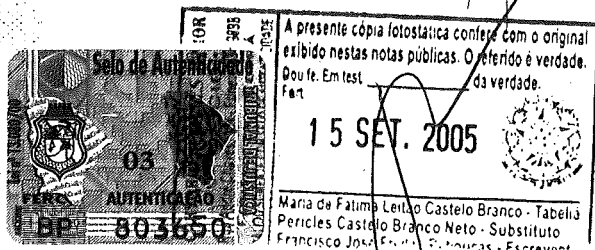
CPF 234.900.553-49

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 13 de Setembro de 2005

Em testemunho da verdade.

*[Assinatura]*



Busca dada por *[Assinatura]*

(\*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS, E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 20.06.2011

SSCS - M. das Comunicações  
F. 23

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

## CARTÓRIO MARTINS

2º OFÍCIO

AV. SANTOS DUMONT, 2369 - ALDEOTA - PABX: 3224.6677 - FAX: 3261.1755

**BEL. CLÁUDIO MARTINS**

TABELIÃO

**BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO**

SUBSTITUTO

O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de Protesto de Títulos, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório nos ultimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou NÃO CONSTAR contra o nome inscrito no CGC/CIC abaixo.

NOME....: CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA.

CGC/CPF: 234900553-49

como responsável(is) direto(s) ou regressivo(s). O referido é verdade e dou fe.

Fortaleza, 1 de SETEMBRO de 2005

Eu \_\_\_\_\_ Escrevente autorizado a conferir, subscrevo e assino.

Conferente: \_\_\_\_\_

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade

CLAUDIO MARTINS  
Oficial de Registro de Protesto de Títulos

CUSTAS: R\$ 11,58  
ENOLUMENTOS: 9,58  
FEMOJU.....: 2,00  
A.C.M.....: 0,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20/06/2011

Obs. Valido somente com selo de autenticidade.

NC: 72869

CARTÓRIO PERICLES JUNIOR  
2º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304 - Fone: 3492.9939  
FORTALEZA - CEARÁ  
ALDOSONEVE CONSULTORIA DE AUTENTICIDADE

A presente cópia fotostática confere com o original  
exibido nestas salas públicas. O referido é verdade.  
Dou fe. Em test. \_\_\_\_\_ da verdade.

15 SET. 2005

Maria de Fátima  
Pericles Castelo  
Francisco José





**CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

COMARCA DE FORTALEZA

ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

**5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Tabelião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE  
 Tabelião - Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

**ESCREVENTES AUTORIZADOS**

ITALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE • MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA  
 MARY SOUZA PONTES • MARCIA GONÇALVES DE LIMA

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (85) 3231-9974 - Fortaleza - CE

**CERTIDÃO**

○ Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabelião de Protesto de Tributos e outros documentos de dívidas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei. CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA - 234.900.553-49

NAO FOI ENCONTRADO NENHUM TITULO PROTESTADO

O REFERIDO E VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 12 de Setembro de 2005

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE.

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE

ITALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE 04  
Escritório Substituto

Selo de Autenticidade

CERTIDÃO  
Segundo Via  
Segundo Testado  
567060O PÚBLICO FEDERAL  
CENTRO DAS COMUNIDADES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20/06/2005

CARTÓRIO PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE  
5º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304 - Fone: 3231-9974  
FORTALEZA - CEARÁA presente cópia fotostática contém com o original  
exibido nestas notas públicas. O referido é verdadeiro.  
Dau fe. Em test. da verdade.

15 SET 2005

Maria de Fátima Leito Castelo Branco  
Périckles Castelo Branco Neto  
Francisco José Freire PinheiroSelo de Autenticidade  
03  
AUTENTICAÇÃO  
803656

EMOLUMENTOS: 6,98  
 FERMOJU: 2,00  
 ACM: 0,00  
 FERC: 2,60  
 TOTAL: 11,58

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS, EMENDAS, OU ENTRELINHAS  
 VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ  
**TABELIONATO JOÃO MACHADO**  
7º OFÍCIO



RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130  
FONES: 2261583, 2261611, 2317033; FAX: 2543817, 2541610

Bel.: CICERO MOZART MACHADO  
Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO  
Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital, na forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

NOME : CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA  
ENDEREÇO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA CE  
CNPJ/CPF : 23490055349

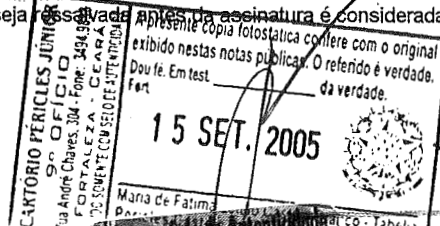
COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Fortaleza, 31 de Agosto de 2005



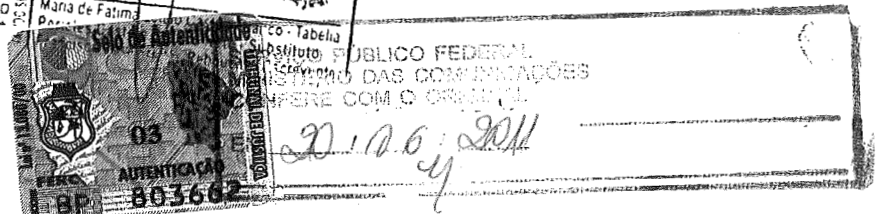
O Oficial de Protesto

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja assinada pelo Tabelião é considerada como indicio de adulteração".



15 SET. 2005

VALIDO SOMENTE COM O  
SELO DE AUTENTICIDADE





**Aguiar**

8º Tabelionato

NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

NOTÁRIOS PÚBLICOS  
Bel. ANTONIO CLÁUDIO MOTA DE AGUIAR  
Tabelião  
Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO  
Substituto



ESTADO DO CEARÁ

## CERTIDÃO NEGATIVA

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA CONSTAR nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

Devedor: CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA\*\*\*\*\*

CPF: 234.900.553-49

Emolumentos R\$	6,98
FERMOJU R\$	2,00
FERC R\$	2,60
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	11,58

Valida somente com selo de autenticidade.

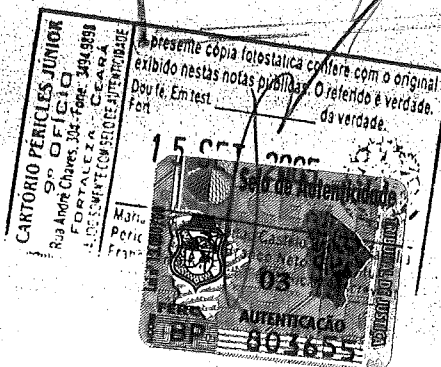
O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza, 31 de Agosto de 2005

Busca dada por \_\_\_\_\_



Carlos Augusto Oliveira dos Santos  
ESCREVENTE AUTORIZADO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COMO ORIGINAL  
EM 20.06.2011



(Válida somente sem rasuras / emendas e com chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)



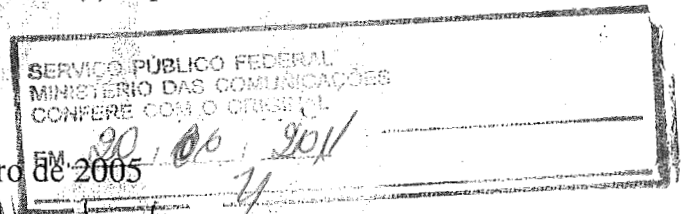
**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE FORTALEZA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS**

Certidão Nº. 188474-2

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo, no Serviço de Distribuição, os registros dos feitos abaixo, verificou **nada constar**, nos últimos **DEZ** anos, no nome de : CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA. CPF: 234.900.553-49 Certifica, finalmente, que nenhuma ação executiva, ordinária cível ou estadual, cobrança, indenização, reparação de dano, execuções fiscais, feitos criminais, interdição, tutela ou curatela foi promovida durante aquele período em nome do(a)s requerente(s) supra.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 01 de setembro de 2005

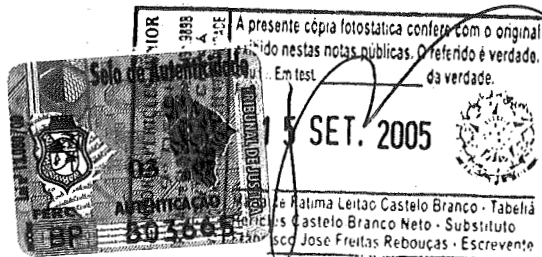


Antônio Almeida de  
Diretor de Divisão do



Digitador(a): Solange.

Busca: André.  
13:54



Obs.: Esta certidão só é válida s em rasuras ou emendas, com assinaturas do(a) Diretor(a) do Departamento e com o selo de autenticidade, por um prazo de 30 (trinta) dias.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

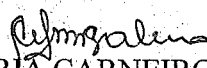
CERTIDÃO  
NEGATIVA DE CONDENAÇÃO POR CRIME ELEITORAL

Requerente: CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA

CPF nº 23490055349

CERTIFICO que, em consulta realizada no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos - SADP, deste Tribunal, verifiquei **NÃO CONSTAR CONDENAÇÃO** relativa ao requerente, com **TRÂNSITO EM JULGADO**, em **PROCESSO CRIME ELEITORAL DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DESTA CORTE**. Secretaria Judiciária. Coordenadoria de Registro e Informações Processuais.

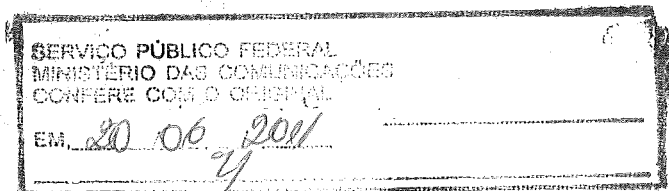
Fortaleza, 30 de agosto de 2005.

  
CELMA MARIA CARNEIRO GALENO  
CHEFE DA SEÇÃO DE REGISTRO

De acordo:

  
ALANA CÁSSIA CARLOS DE OLIVEIRA  
COORDENADORA-CORIP

30/08/2005



VISTO:

  
JOSÉ HUMBERTO MOTA CAVALCANTI  
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO



**CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**

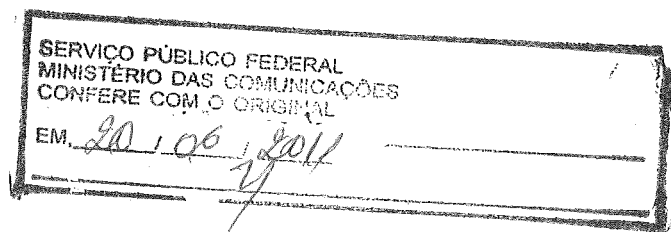
AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, inscrita no CGC sob o nº. 04.841.591/0001-80, por seu representante legal infra assinado, pretende à obtenção de outorga de Concessão para executar o serviço de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens (Televisão) Educativa, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, tendo em vista o disposto no Artigo 21, da Lei nº.9.637, de 15 de maio de 1.998, por meio da qual foi extinta a FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO, declara, junto ao Ministério das Comunicações, que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº.651 de 15 de abril de 1.999, bem como as exigências constantes da legislação específica de Radiodifusão.

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2.005

  
FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA  
CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA



AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



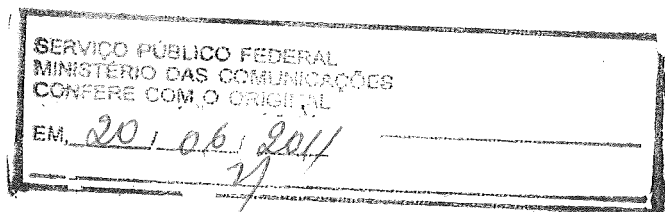
DECLARAÇÃO

1 - Não participa da Direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de Radiodifusão, no município onde esta instalada a estação, nem de outras empresas de Radiodifusão, em quaisquer municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do decreto-lei nº 236/67.

2 - Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou cargo ou função do qual decorra foro especial

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2.005

CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA



## DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declara que:

a) A entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de Maracanaú, Estado do Ceará, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1.967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

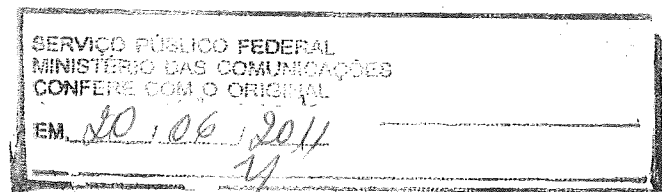
b) Nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto desta solicitação, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1.967;

c) Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

d) Nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Eusébio(CE), 19 de setembro de 2005

  
CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA  
PRESIDENTE



Min. das Comunicações  
34  
Rubrica:  
SSS - seqüência

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)  
SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ  
REGISTRO GERAL 687.547  
NOME MÂRCIA MARIA MACEDO PINTO  
Môacir Soares Pinto  
FILIAÇÃO Zaira Macedo Pinto  
Aurora - Ce. 26/11/1.957  
15 SET. 2005  
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Selo de Autenticidade  
03  
AUTENTICAÇÃO  
BP 803643  
Márcia Maria Macedo Pinto  
Pericles Castelo Branco  
Francisco José Freitas  
ASSINATURA DO PORTADOR  
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Selo de Autenticidade  
03  
AUTENTICAÇÃO  
BP 803642

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Maria de Fatima Leitao Castelo Branco - Nabela  
Pericles Castelo Branco - Substituto  
Francisco Jose Freitas - Escrevente

C/C

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE VOTANTES - C.V. E DE VOTAÇÃO EM NOMES DE CANDIDATOS E PARTIDOS POLÍTICOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO EM TODAS AS ELEIÇÕES E REELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, EM TODAS AS CIRCUNSCRIÇÕES ELEITORAIS E EM TODAS AS SEÇÕES ELEITORAIS.

15 SET. 2005  
10:26:26  
A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade, dou fe. Em test. da verdade.

CARTÓRIO PERICLES CASTELO BRANCO  
Rua André Chaves, 304 - Fone: 3394.9888  
FOLHA 15 DE 15  
15 SET. 2005  
Maria de Fatima Leitao Castelo Branco  
Pericles Castelo Branco  
Francisco Jose Freitas

Selo de Autenticidade  
03  
AUTENTICAÇÃO  
BP 803644  
15 SET. 2005  
Maria de Fatima Leitao Castelo Branco - Nabela  
Castelo Branco Neto - Substituto  
Jose Freitas Rebouças - Escrevente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 20/06/2011



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM



1º OFÍCIO  
SOLANGE GRACE MOURA ROLIM  
OFICIALA DE PROTESTO  
NOTÁRIA  
ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM  
SUBSTITUTA  
FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA  
ESCREVENTE AUTORIZADA  
FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808

Nº 150922

## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bela. Solange Grace M. Rolim, 1a. Tabeliã desta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de:

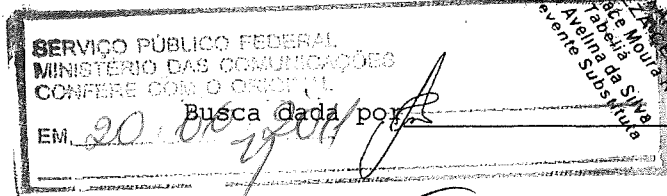
**MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA**

CPF 213.082.763-20

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 01 de Setembro de 2005

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.



(\*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS, E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

## CARTÓRIO MARTINS

2º OFÍCIO

AV. SANTOS DUMONT, 2369 - ALDEOTA - PABX: 3224.6677 - FAX: 3261.1755

**BEL. CLÁUDIO MARTINS**

TABELIÃO

**BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO**

SUBSTITUTO

O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de Protesto de Títulos, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

CERTIFICA, a requerimento de parte interessada, que revendo em seu poder o Cartório nos ultimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou NÃO CONSTAR contra o nome inscrito no CGC/CIC abaixo.

NOME...: MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA.

CGC/CPF: 213082763-20

como responsavel(is) direto(s) ou regressivo(s). O referido é verdade e dou fe.

Fortaleza, 1 de SETEMBRO de 2005

Eu \_\_\_\_\_ Escrevente autorizado a conferir, subscrevo e assino.

Conferente: \_\_\_\_\_

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade

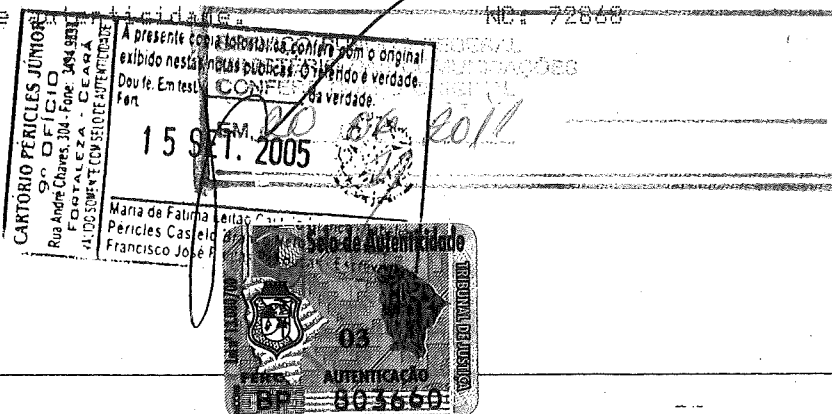
CLAUDIO MARTINS  
Oficial de Protesto  
JOAO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

CUSTAS: R\$ 11,58  
EMOLUMENTOS: 9,58  
FEMOJU.....: 2,00  
A.C.M.....: 0,00



Cartório Martins

Obs. Valido somente com selo de autenticidade.





**CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

COMARCA DE FORTALEZA  
ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

Nº 011674

PAG: 01/01

**5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Tabellão - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE  
Tabellão - Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

**ESCREVENTES AUTORIZADOS**

ITALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE • MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA  
MARY SOUZA PONTES • MARCIA GONÇALVES DE LIMA

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (85) 3231-9974 - Fortaleza - CE

**CERTIDÃO**

O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabellão de Protesto de Tributos e outros documentos de dívidas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei, CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

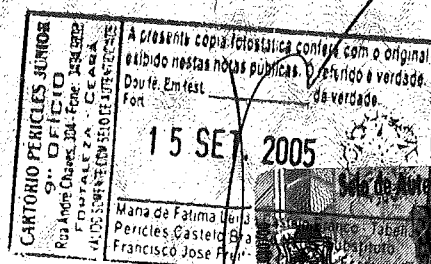
MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA - 213.082.763-20

NAO FOI ENCONTRADO NENHUM TITULO PROTESTADO

O REFERIDO E VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 31 de Agosto de 2005

EM TESTEMUNHO \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE  
Antônia Josimélia Duarte de Oliveira  
Escrevente Autorizada



EMOLUMENTOS: 6,98  
FERMOJÚ: 2,00  
ACM: 0,00  
FERC: 2,60  
TOTAL: 11,58

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS, EMENDAS, OU ENTRELINHAS  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ  
**TABELIONATO JOÃO MACHADO**  
7º OFÍCIO



RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130  
FONES: 2261583, 2261611, 2317033; FAX: 2543817, 2541610

Bel.: CICERO MOZART MACHADO  
Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO  
Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital, na forma de lei, etc...

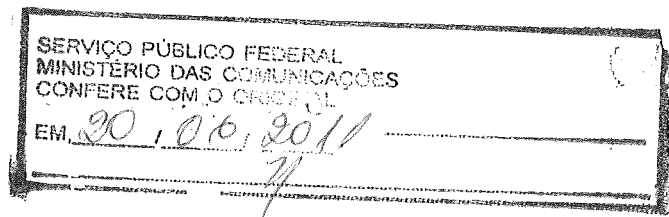
CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

NOME : MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA

ENDEREÇO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA CE

CNPJ/CPF : 21308276320



COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

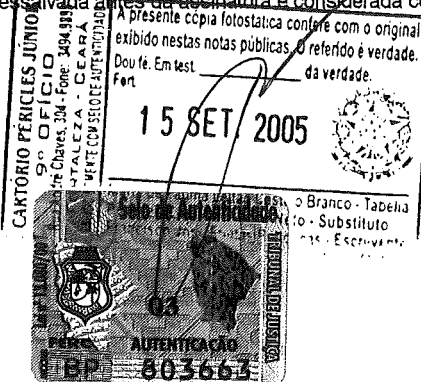
CARTÓRIO JOÃO MACHADO  
7º OFÍCIO  
JANNE DE SOUZA DOS SANTOS MORORO  
Escrevente Autorizada  
Fortaleza - Ceará

Fortaleza, 31 de Agosto de 2005



O Oficial de Protesto

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja resguardada antes da assinatura é considerada como indício de adulteração".



VALIDO SOMENTE COM O  
SELO DE AUTENTICIDADE

## CERTIDÃO NEGATIVA

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA ONSSTAR nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

Devedor: MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA\*\*\*\*\*

CPF: 213.082.763-20

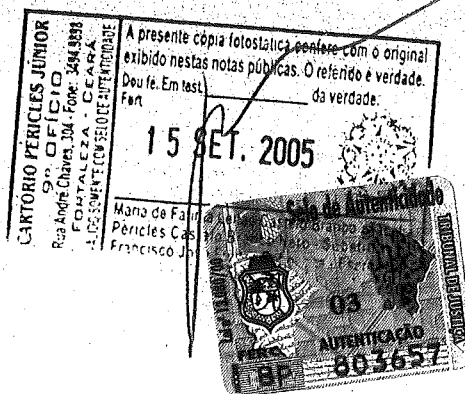
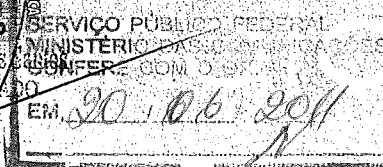
Emolumentos R\$	6,98
FERMOJU R\$	2,00
FERC R\$	2,60
ACM R\$	0,00
<b>TOTAL R\$</b>	<b>11,58</b>

Valida somente com selo de autenticidade.

O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza, 31 de Agosto de 2005



Busca dada por \_\_\_\_\_



(Válida somente sem rasuras / emendas e com chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)



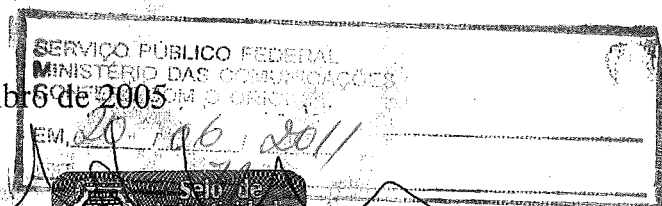
**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE FORTALEZA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS**

Certidão Nº. 188474-3

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo, no Serviço de Distribuição, os registros dos feitos abaixo, verificou **nada constar**, nos últimos **DEZ** anos, no nome de : MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA. CPF: 213.082.763-20 Certifica, finalmente, que nenhuma ação executiva, ordinária cível ou estadual, cobrança, indenização, reparação de dano, execuções fiscais, feitos criminais, interdição, tutela ou curatela foi promovida durante aquele período em nome do(a)(s) requerente(s) supra.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 01 de setembro de 2005

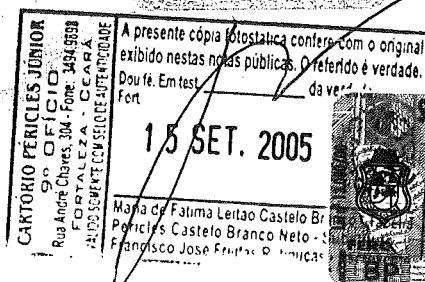


Antônio Almeida  
Diretor de Divisão



Digitador(a) Solange.

Busca: André  
14:01



Obs.: Esta certidão só é válida s em rasuras ou emendas, com assinaturas do(a) Diretor(a) do Departamento e com o selo de autenticidade, por um prazo de 30 (trinta) dias.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ



**CERTIDÃO**  
**NEGATIVA DE CONDENAÇÃO POR CRIME ELEITORAL**

Requerente: MÁRCIA MARIA MACEDO PINTO

CPF nº 21308276320

**CERTIFICO** que, em consulta realizada no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos - SADP, deste Tribunal, verifiquei **NÃO CONSTAR CONDENAÇÃO** relativa ao requerente, com **TRÂNSITO EM JULGADO**, em **PROCESSO CRIME ELEITORAL DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DESTA CORTE**. Secretaria Judiciária. Coordenadoria de Registro e Informações Processuais.

Fortaleza, 30 de agosto de 2005.

*Celma Maria Carneiro Galeno*  
CELMA MARIA CARNEIRO GALENO  
CHEFE DA SEÇÃO DE REGISTRO

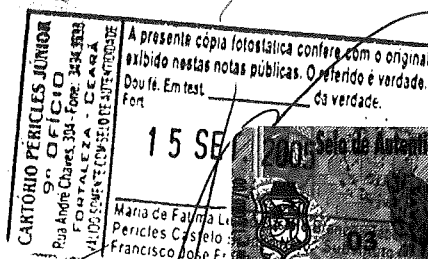
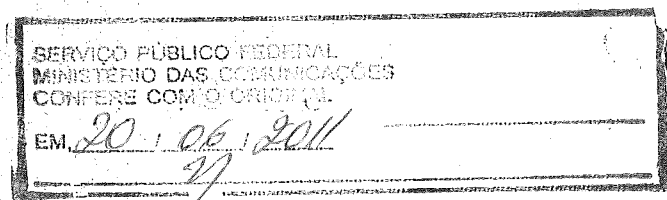
De acordo:

*Alana Cassia Carlos de Oliveira*  
ALANA CÁSSIA CARLOS DE OLIVEIRA  
COORDENADORA-CORIP

30/08/2005

VISTO:

*José Humberto Mota Cavalcanti*  
JOSÉ HUMBERTO MOTA CAVALCANTI  
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO



**CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**



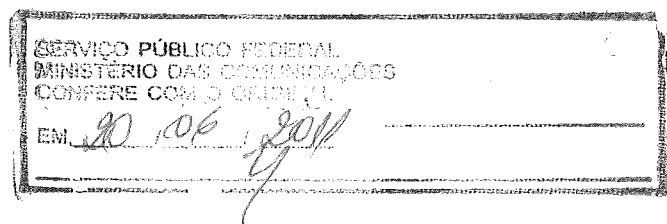


AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, inscrita no CGC sob o nº. 04.841.591/0001-80, por seu representante legal infra assinado, pretende à obtenção de outorga de Concessão para executar o serviço de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens (Televisão) Educativa, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, tendo em vista o disposto no Artigo 21, da Lei nº.9.637, de 15 de maio de 1.998, por meio da qual foi extinta a FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO, declara, junto ao Ministério das Comunicações, que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº.651 de 15 de abril de 1.999, bem como as exigências constantes da legislação específica de Radiodifusão.

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2.005

*Marcia Maria Macedo de Lucena*  
FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA  
MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA







## DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declara que:

a) A entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de Maracanaú, Estado do Ceará, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1.967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

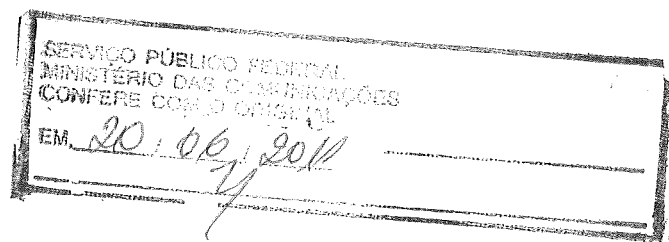
b) Nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto desta solicitação, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1.967;

c) Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

d) Nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Eusébio(CE), 19 de setembro de 2005

*Marcia Maria Macêdo de Lucena*  
**MARCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA**  
SECRETARIA



AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



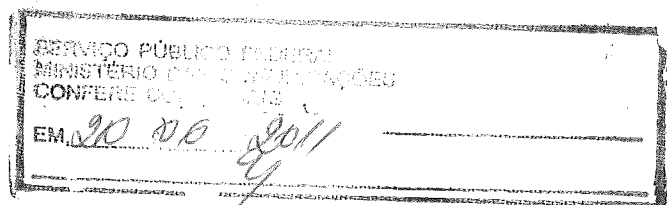
DECLARAÇÃO

1 - Não participa da Direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de Radiodifusão, no município onde esta instalada a estação, nem de outras empresas de Radiodifusão, em quaisquer municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do decreto-lei nº 236/67.

2 - Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou cargo ou função do qual decorra foro especial

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2005

*Marcia Maria Macedo de Lucena*  
MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

REGISTRO: 54.128 2ª Via

NOME: João Gonçalves Primo  
Raimundo Tomaz Sobrinho  
Francisca Maria da Conceição  
Lv. da Nascimento Ce. 15/10/913

NATURALIDADE: FORTALEZA - CEARÁ DATA DO NASCIMENTO: 19/8/80

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

Polícia Direto

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fe: Em test. da verdade.

5 SET 2005

BP 803646

Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. da verdade.

2005

BP 803647

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CIC

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

NASCIMENTO: 15.10.18

INSCRIÇÃO NO CPF: 005 186 203 44

CONTRIBUINTE: JOAO GONCALVES PRIMO

Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fe: Em test. da verdade.

15 SET. 2005

BP 803649

CARTÓRIO PERICLES JUNIOR

9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304 - Fone: 3494.5588  
FORTALEZA - CEARÁ  
4102-5000 (CONSELHO DE ENTENDIMENTO)

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fe: Em test. da verdade.

15 SET 2005

BP 803648

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 20.06.2011

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM

1º OFÍCIO

SOLANGE GRACE MOURA ROLIM

OFICIALA DE PROTESTO

NOTÁRIA

ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM

SUBSTITUTA

FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADA

FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808

das Comunicações  
Fls. 46  
Rubrica:  
SSC -

Nº 150924

## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bela. Solange Grace M. Rolim, 1a. Tabeliã desta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de:

**JOAO GONCALVES PRIMO**

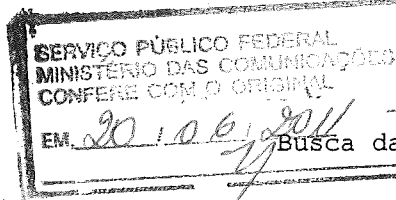
CPF 005.186.203-44

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 01 de Setembro de 2005

Em testemunho da verdade.

*[Assinatura]*



(\*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS, E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

## CARTÓRIO MARTINS

2º OFÍCIO

AV. SANTOS DUMONT, 2369 - ALDEOTA - PABX: 3224.6677 - FAX: 3261.1755

**BEL. CLÁUDIO MARTINS**

TABELIÃO

**BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO**

SUBSTITUTO



O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de Protesto de Títulos, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

CERTIFICA, a requerimento de parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório nos ultimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou NAO CONSTAR contra o nome inscrito no CGC/CIC abaixo.

NOME...: JOAO GONCALVES PRIMO.  
CGC/CPF: 005186203-44

como responsavel(is) direto(s) ou regressivo(s). O referido e verdade e dou fe.

Fortaleza, 1 de SETEMBRO de 2005

Eu \_\_\_\_\_ Escrevente autorizado a conferir, subscrevo e assino.

Conferente: \_\_\_\_\_

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade

CLAUDIO MARTINS  
Oficial de Protesto

JOAO OLIVIER LOPES DA SILVA  
Escrevente Autorizado

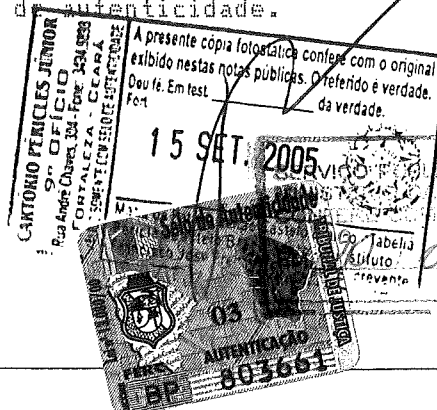
CUSTAS: R\$ 11,58  
EMOLUMENTOS: 9,58  
FEMOJU.....: 2,00  
A.C.M.....: 0,00



Cartório Martins

Obs. Valido somente com selo de autenticidade.

NC: 72870





**CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

COMARCA DE FORTALEZA

ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

Nº 011675

PAG. 01 de 01

48

Rubrica:

5 - 500

**5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Tabelião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Tabelião - Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

**ESCREVENTES AUTORIZADOS**

ITALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE

MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA

MARY SOUZA PONTES

MARCIA GONÇALVES DE LIMA

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (85) 3231-9974 - Fortaleza - CE

**CERTIDÃO**

Ó Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabelião de Protesto de Tributos e outros documentos de dívidas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei. CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

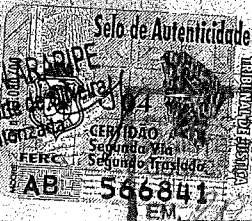
JOAO GONCALVES PRIMO - 005.186.203-44

NAO FOI ENCONTRADO NENHUM TITULO PROTESTADO

O REFERIDO E VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 31 de Agosto de 2005

EM TESTEMUNHO \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE  
Antonia Josimélia Duarte de Aguiar  
Escrevente Autorizada



CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
9º OFÍCIO  
Fortaleza, Ceará  
Reg. Ar. Chaves 304 - Fone: 3494.9888  
H. DE C. 11.111.111 - 11.111.111

A presente cópia fotostática confere com o original  
exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.  
Dout. Em test. \_\_\_\_\_  
Fon. \_\_\_\_\_  
da verdade.

15 SET. 2005

Maria de Fatima Leite Castelo Branco  
Péricles Castelo Branco Nelo - Subst.  
Francisco Jose Fria - P. Houcar - E



EMOLUMENTOS: 6,98  
FERMOJU: 2,00  
ACM: 0,00  
FERC: 2,60  
TOTAL: 11,58

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS, EMENDAS, OU ENTRELINHAS  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ  
**TABELIONATO JOÃO MACHADO**  
7º OFÍCIO



RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130  
FONES: 2261583, 2261611, 2317033; FAX: 2543817, 2541610

Bel.: CICERO MOZART MACHADO  
Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO  
Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital, na forma de lei, etc...

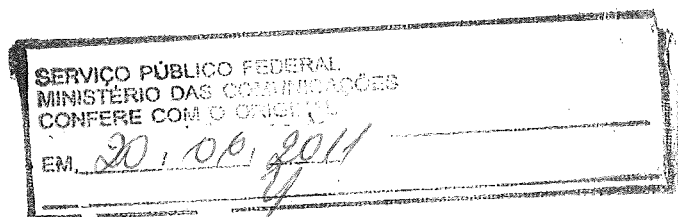
CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

NOME : JOAO GONCALVES PRIMO

ENDEREÇO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA CE

CNPJ/CPF : 00518620344



COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.



Fortaleza, 31 de Agosto de 2005

*[Assinatura]*  
O Oficial de Protesto

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indício de adulteração"



VALIDO SOMENTE COM O  
SELO DE AUTENTICIDADE





**CERTIDÃO NEGATIVA**

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou **NADA CONSTAR** nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

Devedor: **JOAO GONCALVES PRIMO\*\*\*\*\***  
CPF: 005.186.203-44

Emolumentos R\$	6,98
FERMOJU R\$	2,00
FERC R\$	2,60
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	11,58

Valida somente com selo de autenticidade.

O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza, 31 de Agosto de 2005

Busca dada por \_\_\_\_\_

**Selo de Autenticidade**  
04  
CERTIDÃO  
Segundo Vício  
Segundo Protesto  
AB 584517

Carlos Augusto Oliveira dos Santos  
E CREVENTE AUTORIZADO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 20/06/2011

CARTÓRIO PERICLES JUNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 104 - Fone: 3491.9999  
FORTALEZA - CEARÁ  
ALDO SOARES DE ARAÚJO

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.  
Dou fé. Em test. da verdade.

15 SET. 2005

Maria de Fátima Leirão Ca.  
Pericles Castelo Branco  
Francisco José Freire R.

**Selo de Autenticidade**  
03  
AUTENTICAÇÃO  
BP 803658

(Válida somente sem rasuras / emendas e com chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)





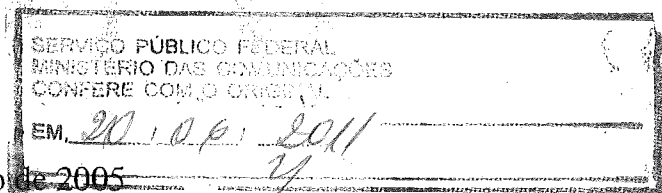
**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE FORTALEZA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS**

Certidão Nº. 188474-1

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo, no Serviço de Distribuição, os registros dos feitos abaixo, verificou nada constar, nos últimos **DEZ** anos, no nome de : JOAO GONCALVES PRIMO. CPF: 005.186.203-44 Certifica, finalmente, que nenhuma ação executiva, ordinária cível ou estadual, cobrança, indenização, reparação de dano, execuções fiscais, feitos criminais, interdição, tutela ou curatela foi promovida durante aquele período em nome do(a)s requerente(s) supra.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 01 de setembro de 2005



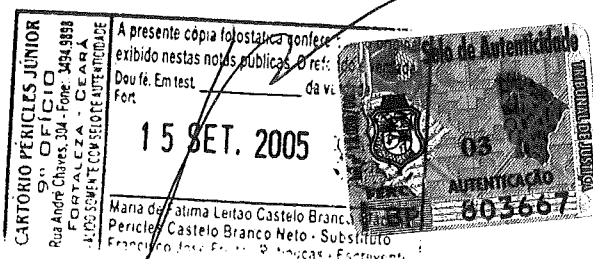
*[Assinatura]*

Antônio Almeida de  
Diretor de Divisão do



Digitador(a) Solange.

Busca: Andre  
13:53



Obs.: Esta certidão só é válida s em rasuras ou emendas, com assinaturas do(a) Diretor(a) do Departamento e com o selo de autenticidade, por um prazo de 30 (trinta) dias.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ



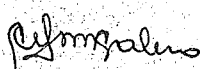
**CERTIDÃO**  
**NEGATIVA DE CONDENAÇÃO POR CRIME ELEITORAL**

Requerente: JOÃO GONÇALVES PRIMO


CPF nº 00518620344

**CERTIFICO** que, em consulta realizada no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos - SADP, deste Tribunal, verifiquei **NÃO CONSTAR CONDENAÇÃO** relativa ao requerente, com **TRÂNSITO EM JULGADO**, em **PROCESSO CRIME ELEITORAL DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DESTA CORTE**. Secretaria Judiciária. Coordenadoria de Registro e Informações Processuais.

Fortaleza, 30 de agosto de 2005.

  
CELMA MARIA CARNEIRO GALENO  
CHEFE DA SEÇÃO DE REGISTRO

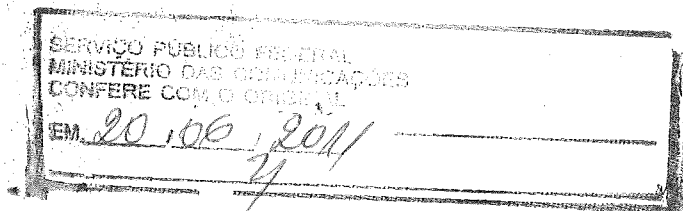
De acordo:

  
ALANA CÁSSIA CARLOS DE OLIVEIRA  
COORDENADORA-CORIP

30/08/2005

VISTO:

  
JOSÉ HUMBERTO MOTA CAVALCANTI  
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO



**CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**

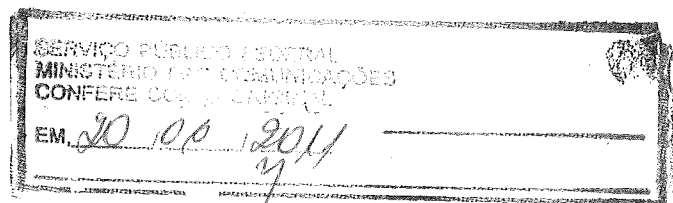
AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, inscrita no CGC sob o nº. 04.841.591/0001-80, por seu representante legal infra assinado, pretende à obtenção de outorga de Concessão para executar o serviço de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens (Televisão) Educativa, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, tendo em vista o disposto no Artigo 21, da Lei nº.9.637, de 15 de maio de 1.998, por meio da qual foi extinta a FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO, declara, junto ao Ministério das Comunicações, que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº.651 de 15 de abril de 1.999, bem como as exigências constantes da legislação específica de Radiodifusão.

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2.005

  
FUNDÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA  
JOÃO GONÇALVES PRIMO





## DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, declara que:

a) A entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de Maracanaú, Estado do Ceará, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1.967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

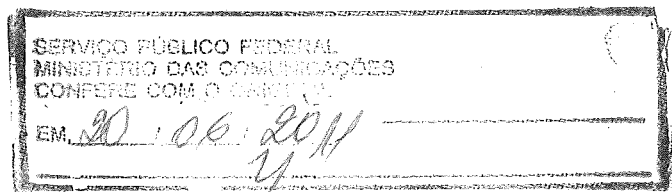
b) Nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto desta solicitação, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1.967;

c) Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

d) Nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Eusébio(CE), 19 de setembro de 2005

  
JOÃO GONÇALVES PRIMO  
TESOUREIRO



AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



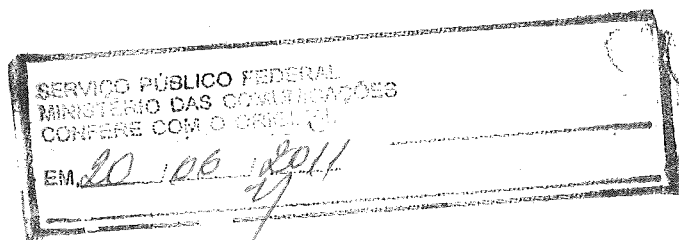
DECLARAÇÃO

1 - Não participa da Direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de Radiodifusão, no município onde esta instalada a estação, nem de outras empresas de Radiodifusão, em quaisquer municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do decreto-lei nº 236/67.

2 - Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou cargo ou função do qual decorra foro especial

Eusébio (CE), 19 de setembro de 2.005

  
JOÃO GONÇALVES PRIMO



56

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS  
COORDENAÇÃO DE OUTORGAS E CONSIGNAÇÃO DE CANAIS

**SOLICITAÇÃO DE ABERTURA E  
ANEXAÇÃO DE DOCUMENTOS**

À: SERAD

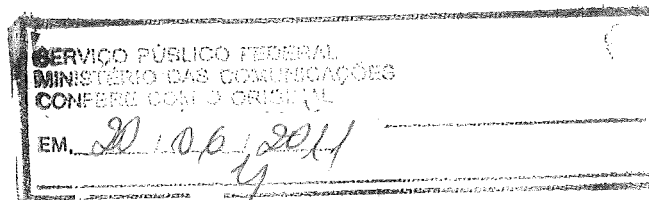
Solicitamos, neste ato:

- a) tendo por base o documento \_\_\_\_\_ em anexo, abertura de processo de:
- ( ) Outorga de Rádio Educativa
  - ( ) Outorga de Televisão Educativa
  - ( ) Consignação de Canal de Radiofrequência para Transmissão Digital
  - ( ) Consignação de Canal Analógico

ou

- b) anexação do Documento nº 53000.017011/2010 (original em anexo), ao processo de nº 53000.0485321/2005 da entidade interessada.

Brasília, 15 / 04 / 2010





**ENTIDADE: FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA  
LUCENA**

**PROCESSO nº 53000.048532/05**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 017011/2010-75

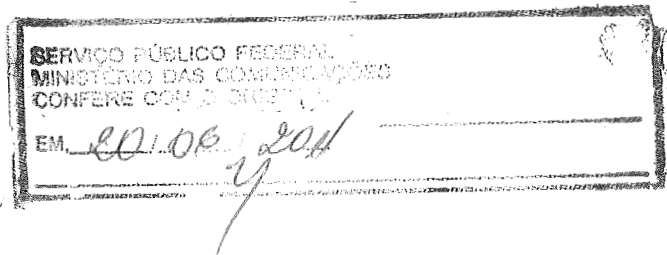
SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

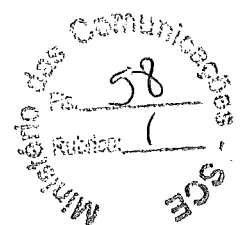
07/04/2010-10:04 GAB/D EOC

**MUNICÍPIO: Maracanaú**

**ESTADO: CEARÁ**

**ASSUNTO:** Encaminha documentação, referente à outorga para executar serviços de radiodifusão em sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, utilizando canal 4E.





FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA

C.N.P.J./MF - 04.841.591/0001-80

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO

CIRCULANTE

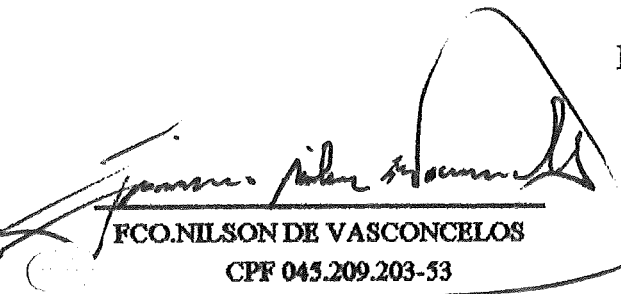
Caixa	28.072,85	
Total do Ativo Circulante .....		28.072,85
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b>28.072,85</b>

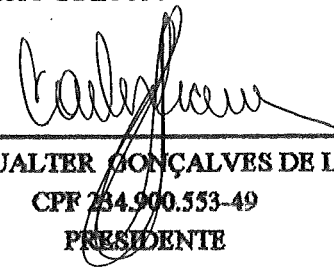
PASSIVO

PATRIMONIO LIQUIDO

Patrimônio Social	30.000,00	
Superávit do Exercício	572,85	30.572,85
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>		<b>30.572,85</b>

Eusébio-CE, 31 de dezembro de 2009.

  
FCO. NILSON DE VASCONCELOS  
CPF 043.209.203-53  
CONTADOR

  
CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA  
CPF 234.900.553-49  
PRESIDENTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2011





FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA

C.N.P.J./MF - 04.841.591/0001-80

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

RECEITA OPERACIONAL	Recitas	DESPESAS OPERACIONAIS	Despesas Administrativas	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
2.500,00		1.927,15		
2.500,00		1.927,15		
		1.927,15		
		572,85		

Eusébio - CE, 31 de dezembro de 2009.

CARLOS GUALTIERO GONÇALVES DE LUCENA  
CPF 234.900.553-49  
PRESIDENTE

FCO NILSON DE VASCONCELOS  
CPF 045.209.203-53  
CONTADOR

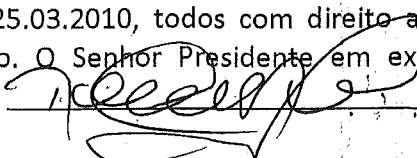
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O CNPJ  
EM 20.10.2011

MICROFILMADO SOB O  
Nº 00611 R.P.J.



FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA  
CNPJ(MF) 04.841.591/0001-80

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 (VINTE ESEIS) DE  
MARÇO DE 2.010.

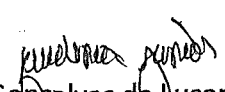
Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de 2.010 (dois mil e dez) às 10:00 (dez) horas, em sua sede social, na CE 040, Km 06, nº 5.877, bairro Amador, Município de Eusébio, estado do Ceará, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária o Conselho de Administração da FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, com 100% (cem por cento) ao atendimento à convocação feita pelo Diretor Presidente em exercício, Sr. João Gonçalves Primo, face a renúncia do Presidente no dia 22.03.2010 e do Vice-Presidente no dia 25.03.2010, todos com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo. O Senhor Presidente em exercício convocou a mim, Patrício de Sousa Almeida  para secretaria os trabalhos, tendo aceito o encargo.

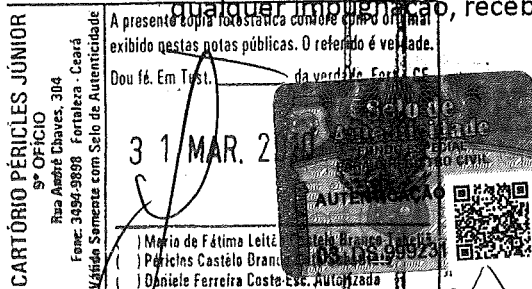
Aberto os trabalhos e após a constatação da presença máxima do Conselho da Administração, por aclamação foram eleitos para Presidente, o Sr. Gaudêncio Gonçalves de Lucena Júnior e, para Vice-Presidente, o Sr. João Gonçalves Júnior, os quais, faziam parte do conselho fiscal, o primeiro efetivo e o segundo suplente.

Ato contínuo, ambos tomaram posse, a qual foi dada pelo Presidente em exercício, o Sr. João Gonçalves Primo, o qual permaneceu na diretoria administrativa-financeira.

A seguir, o Sr. Gaudêncio Gonçalves de Lucena Júnior, já empossado no cargo máximo, convidou os senhores renunciantes: Gaudêncio Gonçalves de Lucena e Carlos Gualter Gonçalves de Lucena para comporem o Conselho Fiscal, o qual, continuará sob a presidência do conselheiro Patrício de Sousa Almeida, o que foi aceito por ambos. Logo em seguida, o Presidente facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, pediu ao Secretário que a ata fosse lida em voz alta e que, logo após, submetida à discussão e votação, não sofreu qualquer impugnação, recebendo a assinatura dos presentes.

Eusébio(Ce), 26 de março de 2.010

  
Gaudêncio Gonçalves de Lucena Júnior  
Diretor Presidente

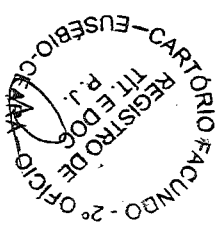


CONTINUA NO VERSO

MICROFILMADO SOB O  
Nº 0611 R.P.J.



João Gonçalves Júnior  
Diretor Vice-Presidente  
João Gonçalves Primo  
Dir. Adm. Financeiro



Mônica Mout Macedo de Lucena  
Márcia Maria Macedo de Lucena  
Diretora Cultural

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Gaudêncio Gonçalves de Lucena  
Carlos Guatier Gonçalves de Lucena  
Patrício de Sousa Almeida

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Ingrid Macedo de Lucena  
Eginaldo de Oliveira Silva  
Eveline Recamonde Lucena

Visto da Assessoria Jurídica:

Patrício de Sousa Almeida  
(OAB/Ce 3380)

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

Apresento cópia fotostática confere com o original  
exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.  
Out. E. 1951. da verdade. Fort. - CE

3 MAR 2010

Macedo, Fatima Letícia Gaste  
Périck, Castelo Branco Daltro  
Périck, Ferreira Gaste Esp. J



**CARTEIRA DE REGISTRO**  
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
Nº AC 894433

**VIAS:**

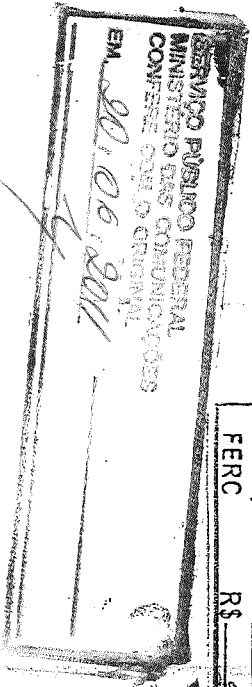
Solo	Notarial	Alto Registral	Fermejo	FERC
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	5844	433	433	433

**CARTÓRIO FACUNDO - 2º OFÍCIO**  
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Av. Eusebio de Queiroz, 4607 - Centro  
Fone: (85) 3260.1836 / 2462  
Apresentado hoje protocolado e registrado  
em Microfilme Livro "A" do Registro Civil  
das Pessoas Jurídicas sob o  
nº. 006111 Em 29 MAR 2010

Patrício de Sousa Almeida  
Oficial Registrador

Patrício de Sousa Almeida  
Oficial Registrador

**SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE**



Ministério das Comunicações  
No. 62  
Rubrica: /  
- 05CE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*João Gonçalves Júnior*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



REGISTRO GERAL 93002389967 DATA DE EXPEDIÇÃO 5/11/1993  
NOME JOAO GONCALVES JUNIOR

FILIAÇÃO JOAO GONCALVES PRIMO E VICENCIA GONCALVES DE LUCENA

NATURALIDADE BARBALHA-CE DATA DE NASCIMENTO 5/6/1958  
DOC ORIGEM CERT. NASC. 12334 L 31 F  
74 BARBALHA/CE  
CPF 13562622368 ID. ANT. 874128

ASSINATURA DO DIRETOR  
SLEIN nº 7.116 DE 29/08/83



CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

exibido nestas notas públicas. O r.   
Dou fé. Em Test. da ver. 

31 MAR. 2010

Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabeli  
Péricles Castelo Branco Neto-Substituto  
Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática  
exibido nestas notas públicas.  
Dou fé. Em Test.   
31 MAR. 2010 

Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabeli  
Péricles Castelo Branco Neto-Substituto  
Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFÉRENCIA DE REGISTRO

EM 20/06/2011

Ministério das Comunicações  
 Nº 63  
 1  
 559

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
 ECONÔMICAS E FISCAIS - CIEF

**CIC**

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

1351 6261 223 / 68

COMPLETO

JOÃO GONÇALVES JUNIOR

NASCIMENTO

05.06.58

Assinatura: *João Gonçalves Junior*

VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É UM DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER IDENTIFICAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PRINCIPALMENTE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARTÃO DO AGENTE EMISSOR

DRF - Fort.-Co. Em 24.06.87

JOSÉ GILSON SILVA FEITOSA  
 Mat. 030.820-3

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL  
 APROVADO POR INSCRIÇÃO NÚMÉRICA DO SRF

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
 9º OFÍCIO  
 Rua André Chaves, 304  
 Fortaleza - Ceará  
 Fone: 3494-9898  
 Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática  
 exibido nestas notas públicas  
 Dou fé. Em Text.

31 MAR. 2010

Selo de Autenticidade  
 FUNDO ESPECIAL  
 VERDADE E REGISTRO CIVIL  
 AUTENTICAÇÃO  
 03 DS 99237

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabel  
 ( ) Péricles Castelo Branco-Mato-Substituto  
 ( ) Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
 9º OFÍCIO  
 Rua André Chaves, 304  
 Fortaleza - Ceará  
 Fone: 3494-9898  
 Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática  
 exibido nestas notas públicas  
 Dou fé. Em Text.

31 MAR. 2010

Selo de Autenticidade  
 FUNDO ESPECIAL  
 VERDADE E REGISTRO CIVIL  
 AUTENTICAÇÃO  
 03 DS 99237

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabel  
 ( ) Péricles Castelo Branco-Mato-Substituto  
 ( ) Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE CÓPIA  
 EM 20.06.2011



Ministério das Comunicações  
Fls. 65  
Rubrica: /

  
**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**CERTIFICADO DE DISPENSA**  
**DE INCORPORAÇÃO**  
**25ª CSM**  
**NÃO POSSUI**  
**RA NR 800011-E**

**JOÃO GONÇALVES JUNIOR**

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE SE PRESENTAR SE IMEDIATAMENTE

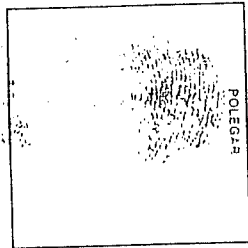
**FILIAÇÃO**  
**PAI** JOÃO GONÇALVES PRIMO  
**MÃE** VIOENCIA GONÇALVES DE LUCENA

**DATA NASC** 05 JUNI 1958 **NATURALIDADE** BARRALIA = CE  
Dispensado do Serviço Militar inicial em 2003  
por TER MAIS DE 30 ANOS DE IDADE - 14/10/2003  
**Cmt/Ch ou Dir** Julio Cesar Rodrigues Correa - 2º TEN OAO  
DELEGADO SV MIL 7ª DEL / 25ª CSM

**CARTÓRIO PÉRCILES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

3 1 MAR. 2010

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabelli  
( ) Pérciles Castelo Branco Neto-Substituto  
( ) Daniele Ferreira Costa Esc. Autorizada



*João Gonçalves Junior*  
DISPENSADO

**CARTÓRIO PÉRCILES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

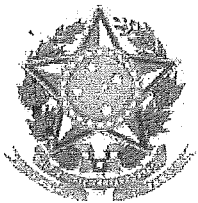
3 1 MAR. 2010

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.  
Dou fé. Em Test. da verdade. Fort. - CE

**Selo de Autenticidade Fundo Especial para o Registro Civil**  
Autenticacao 03 DS 999244

lo Branco-Tabelli  
Substituto  
utorizada

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONFERE COM**  
EM 20.09.2011



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**Número de autenticação: Nº 2010065447**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**JOÃO GONÇALVES JÚNIOR**

**CPF: 135.626.223-68**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

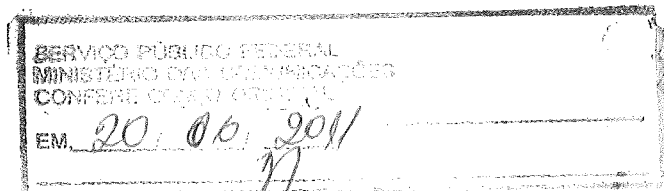
1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;

2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;

3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço  
(<http://www.jfce.gov.br>) no prazo de 90 (noventa) dias.

4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 29/03/2010 10:20:05



Justiça Federal no Ceará:

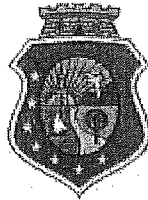
Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVICOS JUDICIAIS DA COMARCA DE FORTALEZA

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

(Válida somente como CERTIDÃO PARA EMPREGO E ATIVIDADES AFINS)

**CERTIDÃO CRIME, DE EXECUÇÕES CRIMINAIS E DA AUDITORIA MILITAR**

CERTIFICO que revendo no Sistema Informatizado do(a) DEPARTAMENTO DE SERVICOS JUDICIAIS DA COMARCA DE FORTALEZA ( COMARCA DE FORTALEZA ), até a presente data, verifiquei, em nome de JOAO GONÇALVES JUNIOR filho(a) de VICENCIA GONÇALVES DE LUCENA e JOAO GONCALVES PRIMO, o seguinte:

NADA CONSTA NAS VARAS CRIMINAIS, DE EXECUÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR

O referido é verdade e dou fé.

Certidão emitida em 29/03/2010 às 13:02

**VÁLIDA SOMENTE  
PARA EMPREGO**

Funcionário

Responsável

Tania Maria R.

Chefe do Serviço de Atividades Judiciais

Pesquisa processual efetuada por: ROBERTO WAGNER, das Atividades Judiciais

Obs: Esta certidão só é válida sem rasuras ou emendas, com assinatura do Diretor e selo de autenticidade. Tem validade de 30 (trinta) dias.

CARTÓRIO PERICLES JUNIOR

9º OFÍCIO

Rua André Chaves, 304

Fone: 3494-9898 Fortaleza - Ceará

Válida Somente com Selo de Autenticidade

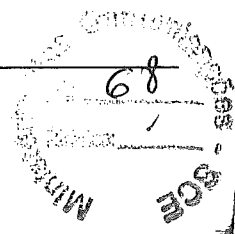
Dou fé. Em Test.

3-1 MAR. 2010

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabelli  
( ) Pericles Castelo Branco Neto-Substituto  
( ) Daniele Ferreira Costa Esc. Autorizada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS JUSTIÇAS  
CONFERÊNCIA

EM 20.06.2011



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
DE AÇÕES CRIMINAIS  
28000461**

Certificamos que contra

Nome: **JOÃO GONÇALVES JÚNIOR**

CPF: **135.626.223-68**

( Data de Nascimento: **05/08/1958**

Nome da mãe: **VICENCIA GONÇALVES DE LUCENA**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de ações criminais da Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 29/03/2010 às 10:01:40 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.gov.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

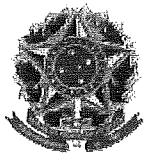
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

20.06.2011

**Certidão gratuita e de âmbito nacional**

**Esta certidão é válida por 90 dias**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**

**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JOAO GONCALVES JUNIOR**

**CPF: 135.626.223-68**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

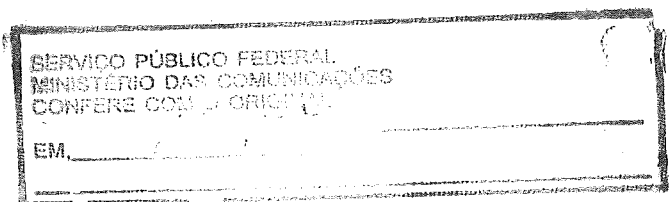
Emitida às 10:38:51 do dia 29/03/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/09/2010.

Código de controle da certidão: **F6B7.4FF4.F4FF.96EF**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

COMARCA DE FORTALEZA  
ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

Nº 20275

PAG 01/01

**5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Tabelião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Tabelião - Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

**ESCREVENTES AUTORIZADOS**

ÍTALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE

MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA

ALDA ACÉLIA BESSA MAIA

MARCIA GONÇALVES DE LIMA

MARY SOUSA PONTES

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (85) 3231-9974 - Fax: (85) 3252.4816 - Fortaleza - CE

**CERTIDÃO**

O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabelião de Protesto de Tributos e outros documentos de dívidas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei, CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder o Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

JOAO GONCALVES JUNIOR - 135.626.223-68

NAO FOI ENCONTRADO NENHUM TITULO PROTESTADO

O REFERIDO É VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 26 de Marco de 2010

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE.

**CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE**  
ÍTALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE  
Escritor Substituto



**CARTÓRIO PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE**  
5º OFÍCIO

Rua André Chaves, 304

Fone: 3231-9974 - 3252-4816  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original  
exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.

Dou fé. Em Test. da verdade. Fort. - CE

31 MAR. 2010

Maria de Fátima Leitão  
Péricles Castolo Branco  
Daniele Ferreira Costa



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS**  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20 DE 2010

EMOLUMENTOS: 7,53  
FERMOJUR: 2,16  
0,00  
ACM: 4,00  
FERC: 13,69  
TOTAL:

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS, EMENDAS, OU ENTRELINHAS  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ  
**TABELIONATO JOÃO MACHADO**  
7º OFÍCIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130  
FONES: 3201-1100, 3201-1104; FAX: 3201-1113, 3201-1115

Bel.: CICERO MOZART MACHADO  
Titular

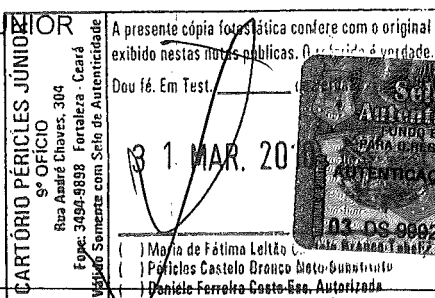
Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO  
Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital,  
na forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo  
até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF  
abaixo:

NOME : JOAO GONCALVES JUNIOR  
ENDEREÇO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA CE  
CNPJ/CPF : 13562622368



COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO, O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

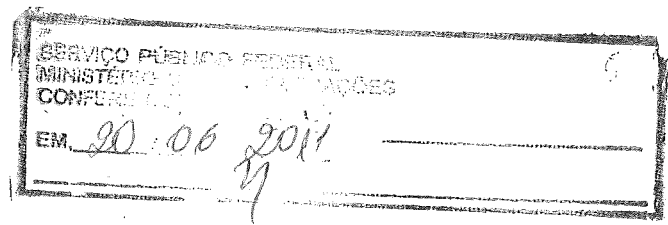
CARTÓRIO JOÃO MACHADO  
7º OFÍCIO  
Fca. Gleiana Rodrigues  
Escrevente Autorizada  
Fortaleza - Ceará



Fortaleza, 29 de Março de 2010

O Oficial de Protesto

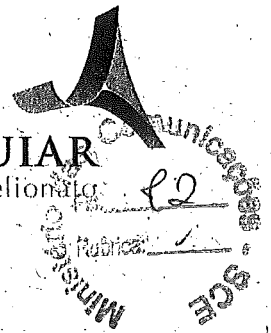
"qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indício de adulteração".





ESTADO DO CEARÁ  
NOTÁRIOS PÚBLICOS  
Bel. ANTONIO CLÁUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO  
Tabellão Substituto

AGUIAR  
8º Tabelionato



## CERTIDÃO NEGATIVA

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA CONSTAR nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

**JOAO GONCALVES JUNIOR\*\*\*\*\***

**CPF: 135.626.223-68**

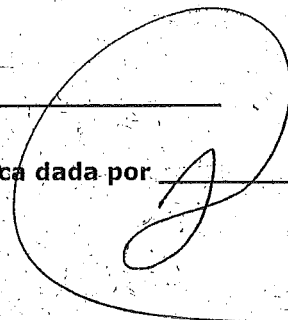
Emolumentos R\$	7,53
FERMOJU R\$	2,16
FERC R\$	4,00
ACM R\$	0,00
<b>TOTAL R\$</b>	<b>13,69</b>

Valida somente com selo de autenticidade.

O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza, 26 de Março de 2010



Busca dada por



CARTÓRIO PÉRICLES JUNIOR

Fone: 3494-9998 - Fortaleza - Ceará  
Rua André Chaves, 304

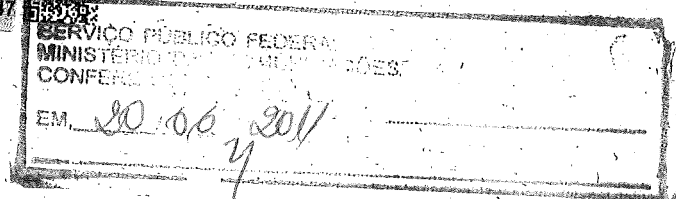
Válida Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original REVENTE exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.

Dou fé. Em Test. da verdade. Fort.- CE

31 MAR. 2010

( ) Maria de Fátima Leitão C.  
( ) Péricles Castelo Branco C.  
( ) Daniele Ferreira Costa Esc.



(Válida somente sem rasuras/emeidas e com chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM

1º OFÍCIO

SOLANGE GRACE MOURA ROLIM

OFICIALA DE PROTESTO

NOTÁRIA

ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM

SUBSTITUTA

FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADA

FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808

AV. SANTOS DUMONT, Nº 2677  
ALDEOTA - FONE - 3462-6400

Ministério das Comunicações  
R. 13  
Rubrica

## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bela. Solange Grace M. Rolim, 1a. Tabeliã desta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de:

**JOAO GONÇALVES JUNIOR**

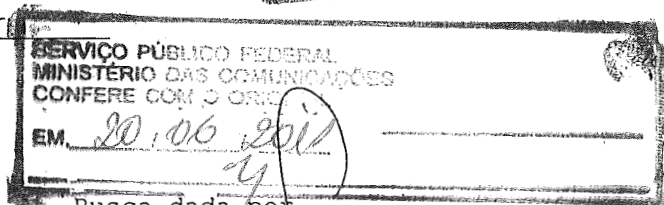
CPF 135.626.223-68

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 29 de Março de 2010

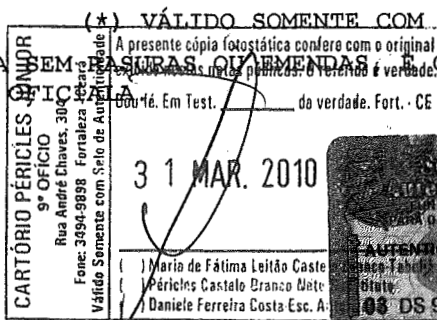
Em testemunho da verdade.

CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM  
Fátima M. Rodrigues Sousa  
Escrevente



Emolumentos:	R\$ 7,53
Fermoju:	R\$ 2,16
FERC:	R\$ 4,00
Total:	R\$ 13,69

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM ASSINATURAS OU EMENDAS, E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

CARTÓRIO MARTINS

2º OFÍCIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS

NOTÁRIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO

SUBSTITUTO

CERTIDÃO NEGATIVA

O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de PROTESTO DE TÍTULOS nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

Certifica, a requerimento de parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório nos últimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou NÃO CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

JOAO GONCALVES JUNIOR\*\*\*\*\*

CPF: 135.626.223-68

Emolumentos R\$	7,53
FERMOJU R\$	2,16
FERC R\$	4,00
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	13,69

como responsável(is) direto(s) ou regressivo(s) O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 26 de Março de 2010

Valida somente com selo de autenticidade:

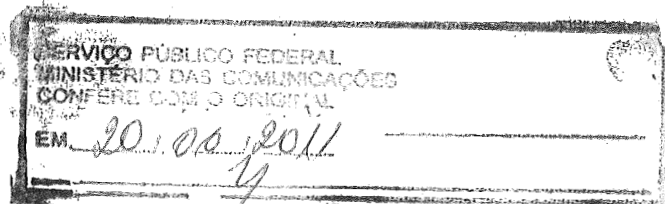
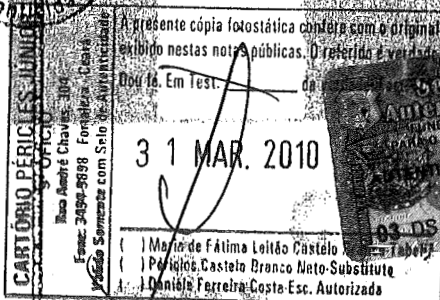
Eu [assinatura] Escrevente autorizado a conferir,  
subscrevo e assino.



MYRLES LAURA SOARES DE OLIVEIRA  
Escrevente Autorizada

Conferente [assinatura]

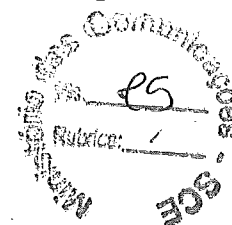
MYRLES LAURA SOARES DE OLIVEIRA  
Escrevente Autorizada







**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**



**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

**Eleitor: JOAO GONCALVES JUNIOR**

Inscrição: **000910660701**

Zona: 1

Seção: 232

Município: 13897 - FORTALEZA

UF: CE

Data de Nascimento: 05/06/1958

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: VICENCIA GONCALVES DE LUCENA

JOAO GONCALVES PRIMO

Certidão emitida às 12:59 de 05/04/2010

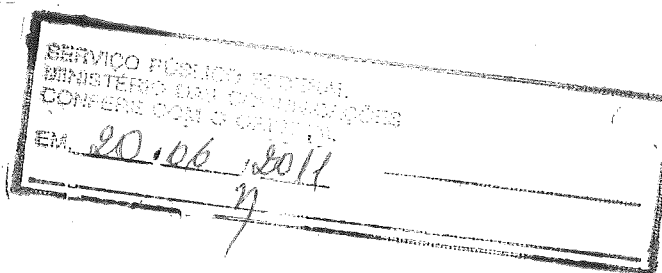
Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; nelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **LFY/.8H2B.NP7S.0PAC**

Imprimir

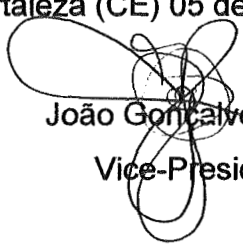


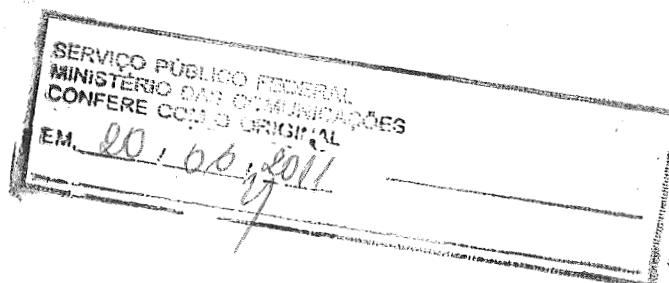


## DECLARAÇÃO

Eu, João Gonçalves Júnior, brasileiro, maior, casado, portador do RG 93002389967 SSP/CE e CPF 135.626.223-68, Vice-Presidente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declaro para os devidos fins que não participo da direção de outras executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei No. 236/67.

Fortaleza (CE) 05 de abril de 2.010.

  
João Gonçalves Júnior  
Vice-Presidente

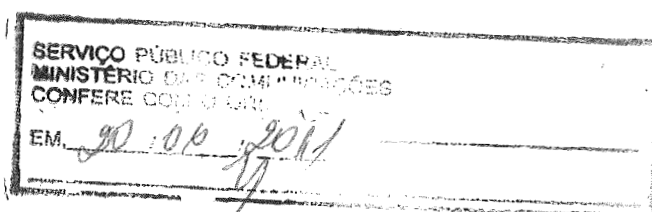


## DECLARAÇÃO

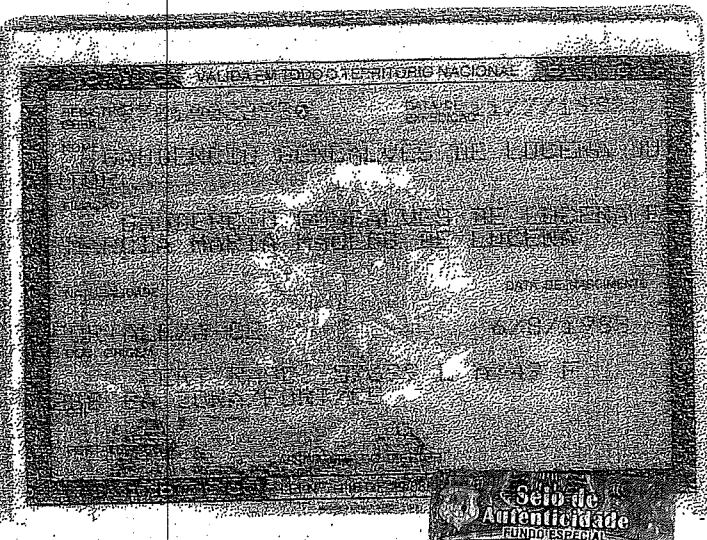
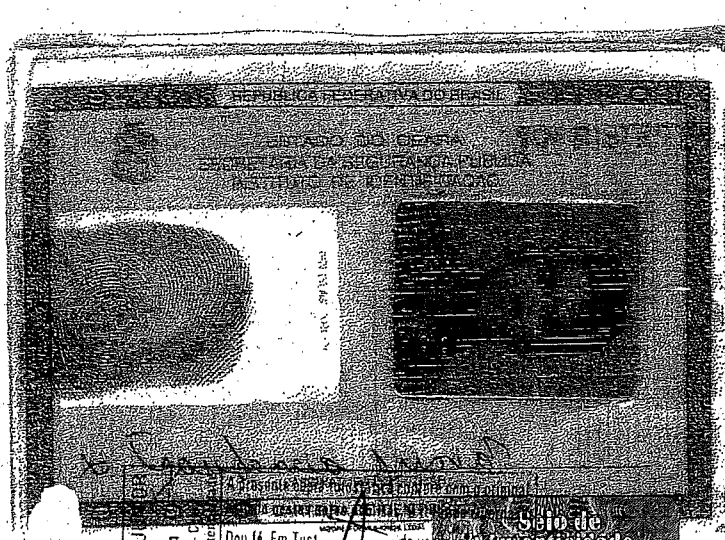
Eu, João Gonçalves Júnior, brasileiro, maior, casado, portador do RG 93002389967 SSP/CE e CPF 135.626.223-68, Vice-Presidente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declaro para os devidos fins que não estou no exercício de mandato eletivo que me assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou funções do qual decorram foro especial.

Fortaleza (CE) 05 de abril de 2.010.

  
João Gonçalves Júnior  
Vice-Presidente



48  
 80CE



**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
 9º OFÍCIO  
 Rua André Chaves, 304  
 Fone: 3494-9998 Fortaleza - CE  
 Válido Somente com Selo de Autenticidade

Dou. lê. Em Test. \_\_\_\_\_ da ver. \_\_\_\_\_

**3 1 MAR. 2010**

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabeliã  
 ( ) Péricles Castelo Branco Neto-Substituto  
 ( ) Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada



**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
 9º OFÍCIO  
 Rua André Chaves, 304  
 Fone: 3494-9998 Fortaleza - Ceará  
 Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática conferida com o original exibido nestas notas públicas. O re. \_\_\_\_\_

Dou. lê. Em Test. \_\_\_\_\_ da ver. \_\_\_\_\_

**3 1 MAR. 2010**

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabeliã  
 ( ) Péricles Castelo Branco Neto-Substituto  
 ( ) Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2011

49

MINISTERIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF CADASTRO DE PESSOAS FISICAS**

Nome: **CAUBENIO GONCALVES DE MENEZES JUNIOR**

Nome de Verificação: **666329353-20** Data de Nascimento: **06/08/83**



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FISICAS - CPF, emitido e exigido por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: **CAUBENIO GONCALVES DE MENEZES JUNIOR**


**VALIDO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL**

Emitido em: **05/07/00**

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática com o selo de autenticidade exibido nestas notas públicas, Dou fé. Em Test. de **31 MAR. 2010**

**Selo de Autenticidade**  
FUNDOS ESPECIAIS  
FONTO ESPECIAL  
AUTENTICACAO  
03 DS 999269




1) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabelli  
2) Péricles Castelo Branco Neto-Substituto  
3) Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática com o selo de autenticidade exibido nestas notas públicas, Dou fé. Em Test. de **31 MAR. 2010**

**Selo de Autenticidade**  
FUNDOS ESPECIAIS  
FONTO ESPECIAL  
AUTENTICACAO  
03 DS 999270



1) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabelli  
2) Péricles Castelo Branco Neto-Substituto  
3) Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONFERE COM O ORG**

EM **20.06.2011**



**CARTÓRIO PÉRICLES JUNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3194-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fé. Em Teste.

**Selo de Autenticidade**  
FUNDO ESPECIAL PARA O REGISTRO CIVIL  
AUTENTICAÇÃO  
03 DS 999272

31 MAR 2010

Maria de Fátima Leitão Castelo Branco Tabel.  
Péricles Castelo Branco Neto Substituto  
Danielle Ferreira Costa Esc. Autorizada

**CARTÓRIO PÉRICLES JUNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3194-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fé. Em Teste.

**Selo de Autenticidade**  
FUNDO ESPECIAL PARA O REGISTRO CIVIL  
AUTENTICAÇÃO  
03 DS 999272

31 MAR 2010

Maria de Fátima Leitão Castelo Branco Tabel.  
Péricles Castelo Branco Neto Substituto  
Danielle Ferreira Costa Esc. Autorizada

**CARTÓRIO PÉRICLES JUNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3194-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fé. Em Teste.

**Selo de Autenticidade**  
FUNDO ESPECIAL PARA O REGISTRO CIVIL  
AUTENTICAÇÃO  
03 DS 999272

31 MAR 2010

Maria de Fátima Leitão Castelo Branco Tabel.  
Péricles Castelo Branco Neto Substituto  
Danielle Ferreira Costa Esc. Autorizada

**JUSTIÇA ELEITORAL**  
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO

GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR

Inscrição: 0557 1439 0701  
NASC: 06/08/1983 ZONA: 003 SEÇÃO: 0515

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFESSÃO

EM 30.06.2010

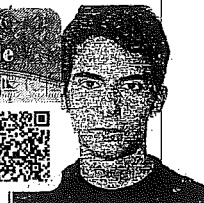
**CARTÓRIO PÉRCILES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática  
exibido nestas notas públicas.

Dou fé. Em Test. 31 MAR. 2012

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabelli  
( ) Pérciles Castelo Branco Neto-Substituto  
( ) Daniel Ferreira Costa-Esc. Autorizada

**Selo de Autenticidade**  
FUNDO ESPECIAL  
Verdade e Justiça  
AUTENTICAÇÃO  
03 DS 999275



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CERTIFICADO DE DISPENSA  
DE INCORPORAÇÃO

25ª CSM  
RA 25172200275 4

NOME

GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

FILIAÇÃO

PAI: GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA

MÃE: MARCELA MARIA MACEDO DE LUCENA

DATANASC

NATURALIDADE

06 AGO 1983

FORQUILHÊA - CE

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM

09/01/02

POR

DECRETO Nº 001/2001

20 FEV 2002

ANTÔNIO PAULO DE LUCENA JUNIOR  
COMANDANTE DO 1º GEPB OU DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA  
DEUDA 74 DE/1SM/25ª CSM (FORT CE)

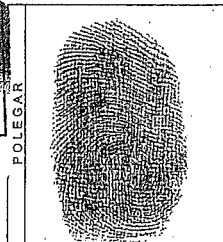
**CARTÓRIO PÉRCILES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original  
exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.

Dou fé. Em Test. 31 MAR. 2012

( ) Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabelli  
( ) Pérciles Castelo Branco Neto-Substituto  
( ) Daniel Ferreira Costa-Esc. Autorizada

**Selo de Autenticidade**  
FUNDO ESPECIAL  
Verdade e Justiça  
AUTENTICAÇÃO  
03 DS 999275



*Gaudêncio Lucena Junior*  
DISPENSADO

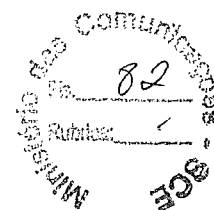
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2012





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**Número de autenticação: Nº 2010065443**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**DAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR**  
**CPF: 666.329.353-20**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

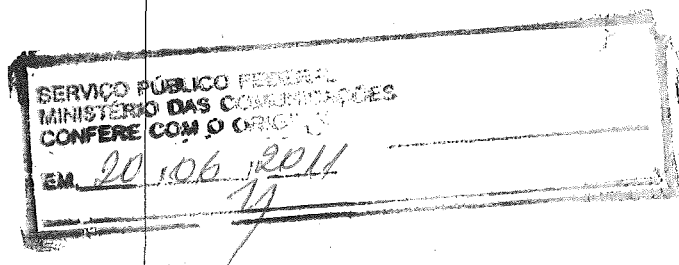
**Observações:**

1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;

2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;

3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfce.gov.br> no prazo de 90 (noventa) dias.

- Esta Certidão foi emitida gratuitamente.



Fortaleza, 29/03/2010 10:17:52

Justiça Federal no Ceará:

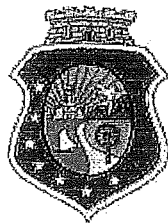
Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 2923981399

**AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR**

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

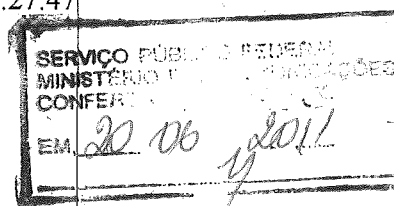
<b>NOME COMPLETO</b>	GAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR
<b>CPF</b>	66632935320

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

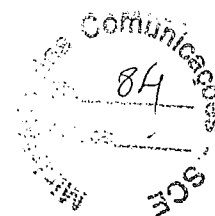
**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em segunda-feira, 29 de março de 2010 às 13:27:47



Imprimir Voltar



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
DE AÇÕES CRIMINAIS  
28036976**

Certificamos que contra

Nome: **GAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR**

CPF: **666.329.353-20**

Data de Nascimento: **06/08/1983**

Nome da mãe: **MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de ações criminais da Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 29/03/2010 às 10:04:49 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.gov.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

**Certidão gratuita e de âmbito nacional**

**Esta certidão é válida por 90 dias**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**

**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR**

**CPF: 666.329.353-20**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:37:28 do dia 29/03/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/09/2010.

Código de controle da certidão: **2F22.5F74.19E5.F8EF**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO  
CONFERE COM ORIGINAL

EM

20.06.2011



**CARTÓRIO OSSIÂN ARARIPE**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

CÔMARCA DE FORTALEZA

ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

Nº

20274

PAG: 01/01

Rubrica:

Ministério do  
Custo

Comunicado  
86  
SCE

**5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Tabellião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Tabellião - Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

**ESCREVENTES AUTORIZADOS**

ÍTALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE

MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA

ALDA ACELIA BESSA MAIA

MARCIA GONÇALVES DE LIMA

MARY SOUSA PONTES

Rua Major Fausto, 673 / 679 - Fone: (85) 3231-9974 - Fax: (85) 3252.4816 - Fortaleza - CE

**CERTIDÃO**

O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabellião de Protesto de Tributos e outros documentos de dívidas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei, CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder o Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA JUNIOR - 666.329.353-20

NAO FOI ENCONTRADO NENHUM TITULO PROTESTADO

O REFERIDO É VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 26 de Março de 2010

EM TESTEMUNHO \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

CARTÓRIO OSSIÂN ARARIPE  
ÍTALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE  
Escrivão Substituto



CARTÓRIO PÉRICLES JUNIOR  
5º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3090.5898 - Fortaleza - Ceará  
Válida Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade.

Dou fé. Em Test. \_\_\_\_\_ da verdade. Fort. - CE

31 MAR 2010

( ) Mario de Fátima Leitão  
( ) Péricles Castelo Branco  
( ) Danilo Ferreira Costa-Escritor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

20.06.2011

EMOLUMENTOS: 7,53  
FERMOJUL: 2,16  
ACM: 0,00  
FERC: 4,00  
TOTAL: 13,69

OBS.: ESTA CERTIDÃO SO É VÁLIDA SEM RASURAS, EMENDAS, OU ENTRELINHAS  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

**TABELIONATO JOÃO MACHADO**

7º OFÍCIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130  
FONES: 3201-1100, 3201-1104; FAX: 3201-1113, 3201-1115

Bel.: CICERO MOZART MACHADO

Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO

Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital, na forma de lei, etc..

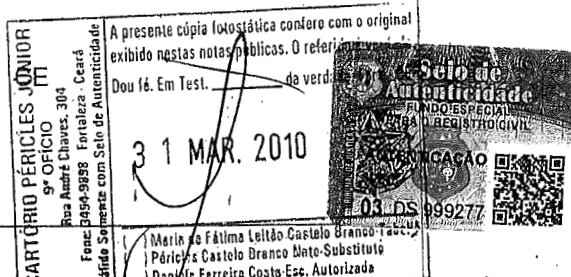
CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

NOME : GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR

ENDEREÇO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA

CNPJ/CPF : 66632938320



COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

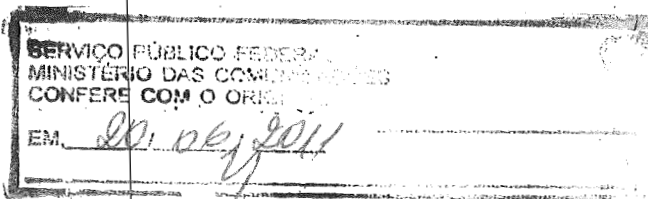
CARTÓRIO JOÃO MACHADO  
7º OFÍCIO  
Fca. Gleiana Rodrigues de Souza  
Escrevente Autorizada  
Fortaleza - Ceará

Fortaleza, 29 de Março de 2010

O Oficial de Protesto

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indício de adulteração"

VALIDO E VERDADEIRO  
SELO DE AUTENTICIDADE





ESTADO DO CEARÁ  
NOTÁRIOS PÚBLICOS  
Bel. ANTONIO CLAUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO  
Tabellão Substituto

AGUIAR  
8º Tabelionato

Comunicação

83  
1

## CERTIDÃO NEGATIVA

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA CONSTAR nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

**GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR\*\*\*\*\***

CPF: 666.329.353-20

Emolumentos R\$	7,53
FERMOJO R\$	2,16
FERC R\$	4,00
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	13,69

Valida somente com selo de autenticidade.

O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza, 26 de Março de 2010



Busca dada por

*[Handwritten signature]*

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática contém o conteúdo de uma cópia exibida nas notas públicas. O referido é verdadeiro.  
Dou fé. Em Test. da verdade. Fort. - CE

31 MAR. 2010

( ) Maria de Fátima  
( ) Péricles Castel  
( ) Daniele Ferreira

**Selo de Autenticidade**  
FUNDO ESPECIAL  
PARA O REGISTRO CIVIL

**ATENÇÃO**  
Este Selo é obrigatório para a validade da certidão.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20/06/2010

(Válida somente sem rasuras/emendas e com Chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)

8º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Av. Desembargador Moreira, 1.000A - Aldeota  
Fortaleza - Ceará - CEP 60170-001  
55 85 3466-7777  
tabelliao@cartorioaguiar.com.br  
www.cartorioaguiar.com.br

Escritura  
Procuração  
Reconhecimento de firma  
Autenticação  
Ata Notarial  
Testamento  
Protesto



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM

1º OFÍCIO

SOLANGE GRACE MOURA ROLIM

OFICIALA DE PROTESTO

NOTÁRIA

ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM

SUBSTITUTA

FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADA

FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808

AV. SANTOS DUMONT, Nº 2677  
ALDEOTA - FONE - 3462-6400



## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bela. Solange Grace M. Rolim, 1a. Tabeliã desta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de:

**GAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA JUNIOR**

CPF 666.329.353-20

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 29 de Marco de 2010

Em testemunho da verdade.



CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM  
Lidia M. Rodrigues  
Escritor

Emolumentos:	R\$ 7,53
Fermoju:	R\$ 2,16
FERC:	R\$ 4,00
Total:	R\$ 13,69

Busca dada por

(\*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SE FOR REGISTRADA EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA. NÃO FILIGRANA DO CARTÓRIO

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

31 MAR. 2010

Maria de Fátima Leitão Costa - Branco-Tabeliã  
Péricles Castelo Branco-Meto-Substituto  
Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFÉRENCIA ORIGINAL

EM

20.10.61 2011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

CARTÓRIO MARTINS  
2º OFÍCIO  
BEL. CLÁUDIO MARTINS  
NOTÁRIO  
BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO  
SUBSTITUTO



CERTIDÃO NEGATIVA

O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de PROTESTO DE TÍTULOS nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

Certifica, a requerimento de parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório nos últimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou NÃO CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo.

GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR\*\*\*\*\*

CPF: 666.329.353-20

Emolumentos R\$	7,53
FERMOJU R\$	2,16
FERC R\$	4,00
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	13,69

como responsável(is) direto(s) ou regressivo(s) O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 26 de Março de 2010

Valida somente com selo de autenticidade.

Eu, , Escrevente autorizado a conferir, subscrevo e assino.



Conferente 

MYRLES LAURA SOARES DE OLIVEIRA  
Escrevente Autorizada

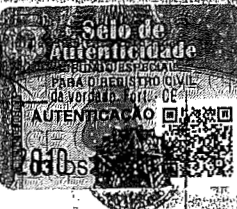
MYRLES LAURA SOARES DE OLIVEIRA  
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
2º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494.9898 - Fortaleza - Ceará  
Valida somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia é exibida nestas condições:  
Dou fé. Em Teste.

3 MAR 2010

1 Maria de Fátima Leitão Castelo Branco-Tabelado  
1 Péricles Castelo Branco-Melo-Substituto  
1 Daniele Ferreira Costa-Esc. Autorizada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 20.03.2010





**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**



**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR**

Inscrição: **055714390701** Zona: 3 Seção: 515

Município: 13897 - FORTALEZA UF: CE

Data de Nascimento: 06/08/1983 Domiciliado desde: 06/10/2001

Filiação: **MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA**  
**GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA**

Certidão emitida às 10:24 de 29/03/2010

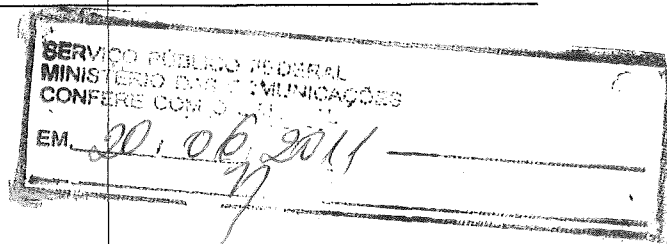
Res.-TSE nº 21.823/2004:

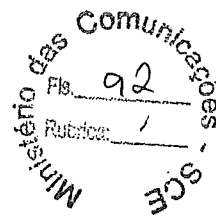
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **XOIV.A6GL.V56Z.M34I**

Imprimir



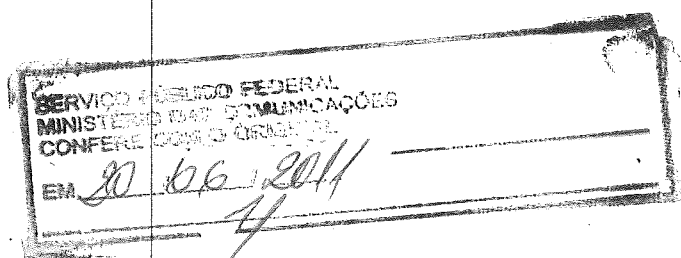


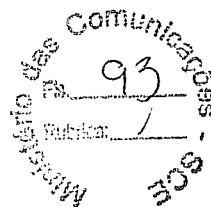
## DECLARAÇÃO

Eu, Gaudencio Gonçalves de Lucena Júnior, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG 97010022930 SSP/CE e CPF 666.329.353-20, Presidente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declaro para os devidos fins que não participo da direção de outras executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei No. 236/67.

Fortaleza (CE) 05 de abril de 2010.

*Gaudencio Júnior*  
Gaudencio Gonçalves de Lucena Júnior  
Presidente

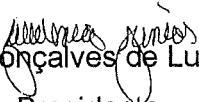


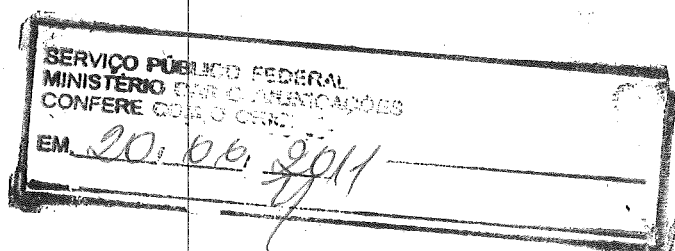


## DECLARAÇÃO

Eu, Gaudencio Gonçalves de Lucena Júnior, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG 97010022930 SSP/CE e CPF 666.329.353-20, Presidente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declaro para os devidos fins que não estou no exercício de mandato eletivo que me assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou funções do qual decorram foro especial.

Fortaleza (CE) 05 de abril de 2.010.

  
Gaudencio Gonçalves de Lucena Júnior  
Presidente





# CARTÓRIO FACUNDO

SEGUNDO OFÍCIO  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado do Ceará  
Comarca de Eusébio

*Carlos Facundo Filho*  
Oficial de Notas e Registros Públicos

M. das Comunicações  
Fls. 94  
R. 100  
S. 100

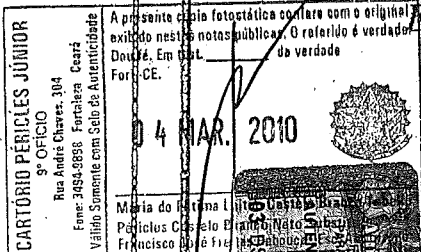
**CARLOS FACUNDO FILHO, NOTÁRIO E OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOA JURÍDICA E DEMAIS ANEXOS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE EUSÉBIO, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL ETC.:**

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** a requerimento verbal de parte interessada que revendo os livros de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (livro A3), do Cartório a meu cargo, deles verifiquei estar registrado, sob o número de ordem **087** (oitenta e sete), em data de 26 de setembro de 2001, o **ESTATUTO E ATA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA** a referida fundação foi constituída em 07 de setembro do ano de 2001, como entidade civil de personalidade Jurídica e direito privado, com sede a CE.040, KM.06, No 5877, no Município e Comarca de Eusébio, Estado do Ceará. O referido é verdade do que dou fé.  
Eu, *[Assinatura]*, o Oficial.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2001  
14 de dezembro de 2001.

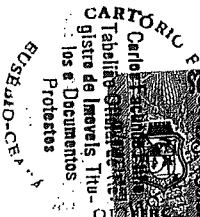


04 MAR. 2010



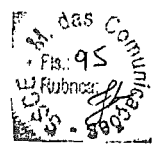
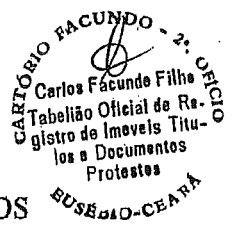
*Antônio Alberto de Oliveira da Silva*  
**Carlos Facundo Filho - Oficial**

Antônio Alberto de Oliveira da Silva  
SUBSTITUTO



CARTÓRIO FACUNDO - 2º OFÍCIO	
Selo(s) N.º	AA-054542
VIAS:	01 recibo
Atto Notarial	R\$ 10,64
Atto Registral	R\$ -
Fermoju	R\$ 2,00
A C M	R\$ 0,10
	2,10

Rod. CE 004 - Km 08 - Centro Administrativo II  
Eusébio - Ceará  
Fone: 260.1836



# ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA

Aos 07 dias do mês de setembro do ano dois mil e um, às 20 horas, na Rodovia CE-040, Km 06, nº 5877, na cidade de Eusébio, Estado do Ceará, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária todos os Instituidores adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberarem a respeito dos atos preliminares constitutivos da FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA. Abertos os trabalhos, GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA declarou que todos os presentes já tinham conhecimento dos objetivos da Assembléia Geral, quais sejam: a) Tratar da constituição da Fundação de fins educacionais, com atuação em toda a região nordestina, procurando estudar e pesquisar no âmbito da cultura, colaborar com empreendimentos públicos e/ ou privados que visem preservar a memória regional, no âmbito das Ciências e das Técnicas, promover estudos, pesquisas e ações e apoiar iniciativas que visem incentivar a pesquisa científica; promover o desenvolvimento cultural; implantação, organização, manutenção e supervisão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e sons e imagens (televisão) com fins exclusivamente culturais e educativos; b) Apresentar e discutir o projeto do Estatuto que regerá a Fundação, com o fim de aprová-los; c) Eleger os membros componentes de sua administração, bem como autorizá-los a praticarem todos os atos necessários à constituição definitiva da Fundação; d) Posse dos membros eleitos e os indicados. Após apresentada a pauta aos presentes, foram consultados se estavam de acordo com a constituição da Fundação e por unanimidade foi resolvido que a partir desta data, estaria constituída a FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA. Em seguida deu-se a discussão e apreciação do Estatuto da Fundação decidindo sobre sua denominação, finalidades dos membros (sócios), da organização da Fundação e das disposições Gerais. Após apreciado o Estatuto, foi o mesmo submetido a votação que recebeu os votos de todos os presentes, ficando por tanto, aprovado na íntegra o Estatuto da FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA. Sendo aprovado o Estatuto, pediu-se aos presentes que apresentassem nomes para compor a Diretoria. Vários nomes foram apontados e foi feita a votação por escrutínio secreto, ficando a Diretoria assim constituída: Presidente: CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA; Secretária: MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA; Tesoureiro: JOÃO GONÇALVES PRIMO. Conselho Fiscal: 01. DILCE MARIA CÂNDIDO, 02. DENISE MARIA MACÊDO ALBUQUERQUE LIMA; 3. ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA e 4. LEONARDO MENDES DE SOUZA. A presente Diretoria terá o mandato de 05 (cinco) anos, iniciando em 07 de setembro de 2001. Como não havia mais nada a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Diretoria eleita. Eusébio(CE), 07 de setembro de 2001.

Vicência Gonçalves de Lucena  
J. Gonçalves Primo

Rosângela Santos  
Dilce Cândido

Márcia Macêdo de Lucena



Registro nº 000256  
 Data: 27/07/2005  
 Página: 01 de 01

CARTÓRIO FACUNDO - 2º OFÍCIO  
 Carlos Facundo Filho  
 Tabelião Oficial de Registro de Imóveis, Titulos e Documentos  
 EUSEBIO - CEARÁ

**ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

Aos 30 dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniram-se na **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, com sede na Rodovia CE-040, Km 06, nº 5877, cidade de Eusébio, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.841.591/0001-80, devidamente instituída e registrada no **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**, em 26 de setembro de 2001, 2º Ofício Registro de Imóveis – Cartório Facundo, Eusébio – CE., sob a presidência do Sr. **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA**, tendo como secretária a Sr. **MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA**, afim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: a) renúncia do atual conselho fiscal; b) eleição dos novos membros. Aberto os trabalhos, **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA** recebeu a carta renúncia dos seguintes membros: 1. **DILCE MARIA CÂNDIDO**; 2. **DENISE MARIA MACÊDO ALBUQUERQUE LIMA** e 3. **ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA**, em seguida pediu aos presentes que apresentassem nomes para compor o novo conselho fiscal. Vários nomes foram apontados e foi feita a votação por escrutínio secreto, ficando o conselho fiscal assim constituído: 01. **LEONARDO MENDES DE SOUZA**; 02. **GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR** e 03. **INGRID MACÊDO DE LUCENA**. Como não havia mais nada a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Diretoria e Conselho Fiscal eleito. Eusébio(CE), 30 de junho de 2005.

Das Comunicações  
 Fís. 96  
 Rubrica  
 000256

*Carlos Gualter Gonçalves de Lucena*

*Leandro Mendes de Souza*

CARTORIO FACUNDO - 2º OFÍCIO  
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
 Av. Eusébio de Queiroz, 607 - Centro  
 Fone: (85) 3260 1835 / 2462

Apresentado hoje protocolado e registrado em Microfilme Livro "A" do Registro Civil

das Pessoas Jurídicas, sob o nº 000256 em 01/07/2005

*Antonio Roberto Oliveira da Silva*  
 Substituto

CARTORIO FACUNDO - 2º OFÍCIO  
 AA 026688  
 Selo(s) N  
 VIAS: 01 (uma)  
 Ato Notarial RS  
 Ato Registral RS 31,75  
 Fomento RS 2,00  
 ACM RS  
 FEEC RS

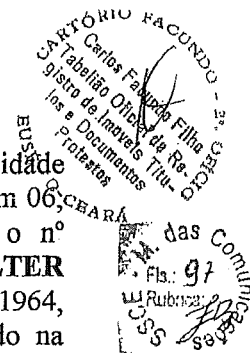
04 MAR 2010  
 A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fé. Em test. da verdade  
 Fort-CE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CONFERE COM ORIGINAL  
 EM 20.06.2011

Registro nº. 000257  
 Data: 27/07/2005  
 Página: 01 de 01

**1º ADITIVO AO ESTATUTO SOCIAL DA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**



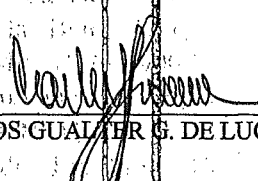
**FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, constituída de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rodovia CE-040, Km 06, nº 5877, cidade de Eusébio, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.841.591/0001-80, tendo como instituidor o Sr. **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA**, brasileiro, nascido no dia 12 de dezembro de 1964, natural da cidade de Barbalha-CE, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Beira Mar, 2560 Apto. 700, Meireles, CEP 60.125-121, Fortaleza-CE, CPF/MF nº 234.900.553-49 e carteira de identidade RG nº 94014010850 SSP-CE, devidamente instituída e registrada no **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**, em 26 de setembro de 2001, 2º Ofício Registro de Imóveis - Cartório Facundo, Eusébio - CE., resolve alterar o seu Estatuto Social e o faz mediante às cláusulas e condições seguintes:

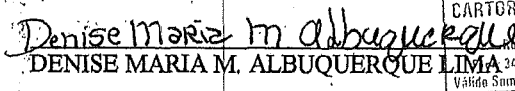
**I - DA RENUNCIA E DA ELEIÇÃO DO NOVO CONSELHO FISCAL**


Renunciam ao conselho fiscal, **DILCE MARIA CÂNDIDO**, **DENISE MARIA MACÊDO ALBUQUERQUE LIMA** e **ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA**, dos cargos que foram designados. Ficam eleitos para os cargos vagos os seguintes membros, **LEONARDO MENDES DE SOUZA**, **GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR** e **INGRID MACÊDO DE LUCENA**.


**II - Os demais itens do Estatuto Social não modificados, continuam com a redação inicial e com plena validade.**

Eusébio (CE), 30 de junho de 2005.

  
**CARLOS GUALTER G. DE LUCENA**

  
**DENISE MARIA M. ALBUQUERQUE LIMA**

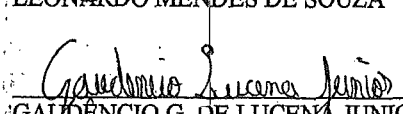
  
**MARCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA**

  
**ROSÂNGELA SANTOS DA SILVA**

  
**JOÃO GONÇALVES PRIMO**

  
**LEONARDO MENDES DE SOUZA**

  
**DILCE MARIA CÂNDIDO**

  
**GAUDÊNCIO G. DE LUCENA JÚNIOR**

  
**INGRID MACÊDO DE LUCENA**

**CARTÓRIO FACUNDO - 2º OFÍCIO**  
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
 Av. Eusébio de Queiroz, 4607 - Centro  
 Fone: (85) 3260.1836 / 32462  
 Apresentado hoje protocolado e registrado  
 em Microfilme Livro "A" do Registro Civil  
 das Pessoas Jurídicas sob nº 000257 em 27/07/2005

Oficial Registrador:  
 Antonio Alberto Oliveira da Silva  
 Substituto

VALIDO SOMENTE COM  
 SELO DE AUTENTICIDADE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

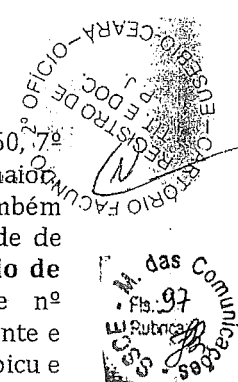
**CARTÓRIO FACUNDO - 2º OFÍCIO**  
 Av. Eusébio de Queiroz, 4607 - Centro  
 Fone: (85) 3260.1836 / 32462

Apresentado hoje protocolado e registrado  
 em Microfilme Livro "A" do Registro Civil  
 das Pessoas Jurídicas sob nº 000257 em 27/07/2005

Oficial Registrador:  
 Antonio Alberto Oliveira da Silva  
 Substituto

ACM RS  
 EDCB uq

31,75  
 21,00  
 2,60



residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Avenida Beira Mar, nº 2.560, 7º andar, bairro Meireles. Suplentes: **Ingrid Macêdo de Lucena**, brasileira, solteira, maior, administradora de empresas, portador da identidade de nº 97.010.022.956, como também portadora do CIC(MF) sob o nº 666.329.603-59, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Avenida Beira Mar, nº 2.020, 9º andar, bairro Meireles; **Eginaldo de Oliveira Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da identidade de nº 91.008.027.017/SSP-Ce., como também do CIC(MF) sob o nº 321.356.533-49, residente e domiciliado em Fortaleza, sita na Rua Gilberto Studart, nº 488, aptº nº 803, bairro Papicu e **João Gonçalves Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da identidade de nº 93.002.389.967/SSP-Ce., como também do CIC(MF) sob o nº 135.626.223-68, residente e domiciliado em Fortaleza, sita na Rua Nunes Valente, nº 685, aptº 803, bairro Meireles.

A seguir o Sr. Presidente facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente pediu à Secretária que a ata fosse lida em voz alta e que, logo após, submetida à discussão e votação não sofreu impugnação, recebendo a assinatura dos presentes.

Eusébio(Ce), 29 de janeiro de 2010

**Carlos Gualter Gonçalves de Lucena**  
Diretor Presidente

**Gaudêncio Gonçalves de Lucena**  
Diretor Vice-Presidente

**João Gonçalves Filho**  
Dir. Adm. e Financeiro

**Márcia Maria Macêdo de Lucena**  
Diretora Cultural

CONSELHO FISCAL EFETIVO:

**Gaudêncio Gonçalves de Lucena Júnior**

**Patrício de Sousa Almeida**

**Eveline Recamonde Lucena**

CONSELHO FISCAL SUPLENTE:

**Ingrid Macêdo de Lucena**

**Eginaldo de Oliveira Silva**

**João Gonçalves Júnior**

Visto da Assessoria Jurídica:

**Patrício de Sousa Almeida**  
OAB/Ce. 3380

CARTORIO FACUNDO - 2º OFÍCIO  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Av. Eusébio de Queiroz, 4607 - Centro  
Fone: (85) 3260.1836 / 2462  
Apresentado hoje protocolado e registrado  
em Microfilme Livro "A" do Registro Civil  
das Pessoas Jurídicas sob o  
nº. 00607 Em 29 de MAR. 2010

**VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE**

Atto Notarial	R\$	
Atto Registral	R\$	58,47
Fermoju	R\$	4,32
FERC	R\$	2,78



**Alto**



## FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA

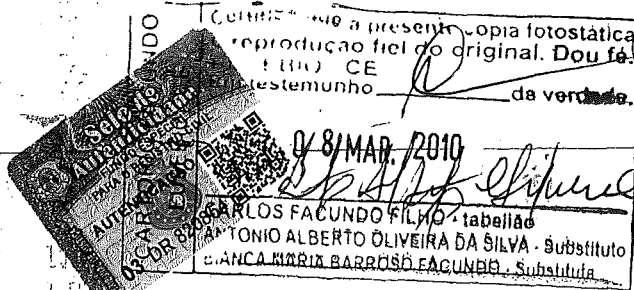
CNPJ(MF) Nº 04.841.591/0001-80

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29  
(VINTE E NOVE) DE JANEIRO DE 2.010.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de 2.010 (dois mil e dez) às 10:00 (dez), horas, em sua sede social, na CE 040, Km 06, nº 5.877, bairro Amador, Município de Eusébio, estado do Ceará, reuniram em Assembléia Geral Extraordinária os sócios fundadores da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, representando mais de 2/3 (dois terços) com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo.

Abertos os trabalhos e após a constatação de que havia número legal, assumiu a Presidência o Sr. **Carlos Gualter Gonçalves de Lucena**, que convidou a mim, **Márcia Maria Macêdo de Lucena**, para secretariar os trabalhos da mesa. Declarando instalada a Assembléia Geral Extraordinária, o Sr. Presidente determinou que fosse deliberada a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e aprovação das alterações do Estatuto Social, em face a necessidade de sua adaptação às regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, publicada no DOU de 11/01/2002 - CÓDIGO CIVIL. aa) Carlos Gualter Gonçalves de Lucena - Diretor Presidente. A seguir, observada a ordem contida no edital, os presentes discutiram o texto das alterações do Estatuto Social previamente distribuído aos presentes, aprovando-o integralmente.

Em seguida foi procedida a eleição dos membros da Diretoria, com mandato de 05 (cinco) anos, do Conselho Fiscal, Efetivos e Suplentes e os integrantes do Conselho Consultivo, ambos com mandato de 05 (cinco) anos. O Sr. Presidente sugeriu que a eleição fosse feita por aclamação. Realizada a eleição a apuração do resultado constatou-se, por maioria absoluta, terem sido eleitos: Para Diretor Presidente: **Carlos Gualter Gonçalves de Lucena**, brasileiro, casado, empresário, portador da identidade de nº 94.014.010.850/SSP-Ce., como também do CIC(MF) sob o nº 234.900.553-49, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Avenida Beira Mar, nº 2.560, 7º andar, bairro Meireles; Diretor Vice-Presidente: **Gaudêncio Gonçalves de Lucena**, brasileiro, casado, empresário, portador da identidade de nº 391.026/SSP-Ce., como também do CIC(MF) sob o nº 034.296.283-34, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Avenida Beira Mar, nº 2.020, 9º andar, bairro Meireles; Diretor Administrativo-Financeiro: **João Gonçalves Primo**, brasileiro, casado, pecuarista, portador da identidade de nº 54.128/SSP-Ce., como também do CIC(MF) sob o nº 005.186.203-44, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Rua Pedro Rufino, nº 135, aptº. nº 601, bairro Varjota; Diretora Cultural: **Márcia Maria Macêdo de Lucena**, brasileira, casada, médica, portadora da identidade de nº 687.547/SSP-Ce., como também do CIC(MF) sob o nº 213.083.763-20, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Avenida Beira Mar, nº 2.020, 9º andar, bairro Meireles. Para o Conselho Fiscal Efetivos: **Gaudêncio Gonçalves de Lucena Júnior**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da identidade de nº 97.010.022.930/SSP-Ce., como também do CIC(MF) sob o nº 666.329.353-20, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Avenida Beira Mar, nº 2.020, 9º andar, bairro Meireles; **Patrício de Sousa Almeida**, brasileiro, separado, advogado, inscrito na OAB/Ce. sob o nº 3.380, portador do CIC(MF) sob o nº 091.203.603-63, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, sita na Avenida Antônio Justa, nº 3.551, aptº 602, bloco B, bairro Varjota e **Eveline Recamonde Lucena**, brasileira, casada, empresária, portadora da identidade de nº 92.019.000.091, como também do CIC(MF) sob o nº 272.851.623-53,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COMO ORIGINAL

EM 20/06/2011

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA, de conformidade com a Lei nº10.406, de 10.01.2001, DOU em 11.02.2002.**

Aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2.010 (dois mil e dez), às 10:00 (dez) horas, em sua sede social, na CE 040, Km 06, nº 5.877, bairro Amador, Município de Eusébio, estado do Ceará, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária a Diretoria e Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), representando mais de 2/3 (dois terços) com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo, e efetuaram as mudanças e alterações necessárias nos estatutos originais, como assim ficou determinado na Assembléia Geral Extraordinária do último dia 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de 2.010 (dois mil e dez), conforme se vê abaixo:

**Art. 11º.** O Conselho Diretor da Fundação será composto da seguinte forma: I – Diretor Presidente – CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA; II – Diretor Vice-Presidente – GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA; III – Diretor Administrativo Financeiro – JOÃO GONÇALVES PRIMO e IV – Diretora Cultural – MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA. Parágrafo Único. O mandato da diretoria será de cinco (05) anos, permitida reeleição.

**Art. 12º.** Compete ao Diretor-Presidente:

I - representar a **FUNDAÇÃO**, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - orientar, dirigir e supervisionar as atividades da **FUNDAÇÃO**;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;

IV - assinar, juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro cheques e ordens de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos às operações ativas, inclusive a movimentação bancária e outras aplicações financeiras da **FUNDAÇÃO**;

V - assinar convênios, acordos, ajustes e contratos com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos da **FUNDAÇÃO**, observado o disposto no art. 8º, §1º, bem como a orientação estabelecida pelo Conselho Curador;

VI - manter contatos e desenvolver ações junto a entidades públicas privadas para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios que beneficiem a **FUNDAÇÃO**;

VII - admitir, promover, transferir e dispensar empregados da **FUNDAÇÃO**;

VIII - elaborar e apresentar ao Conselho Curador o relatório anual e as respectivas demonstrações financeiras do exercício findo.

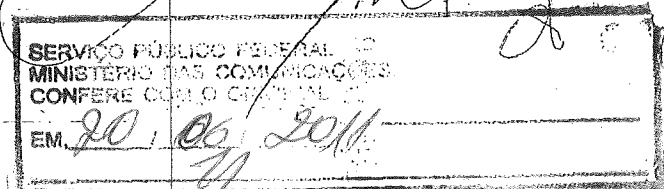
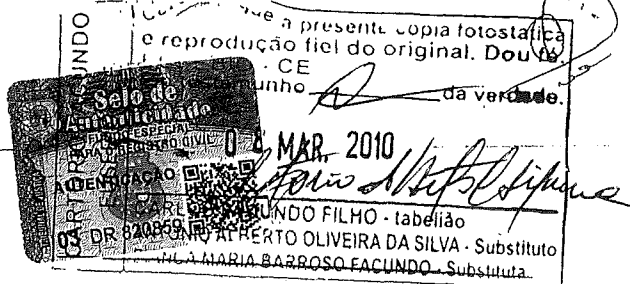
**Art. 13.** Compete ao Diretor Vice-Presidente;

I - colaborar com o Diretor Presidente e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos;

II - assumir o mandato do Diretor Presidente, em caso de vacância, até o seu término.

III - Redigir e assinar, com o Presidente, as atas das reuniões do Conselho de Administração;

IV – Responsabilizar-se pelos ofícios e demais correspondências da fundação, assinando-os juntamente com o Presidente;



1. das Comunic  
 - Fb.: 99  
 1. Rubrica: *[Signature]*  
 05. 09. 2005

ACUNDO  
CE  
a presente copia fotostatica  
reprodução fiel do original. Do  
CE  
Em testemunho  
da verdade.

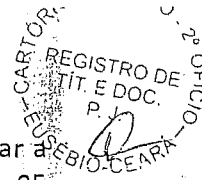
8 MAR. 2010

Sei de  
Autenticidade  
2º JORNAL ESPECIAL  
PARA O REGISTRO CIVIL

CARLOS FACUNDO FILHO - habilitado  
BERTO OLIVEIRA DA SILVA - Substituto  
BARROSO FACUNDO - Substituta

03 - DR 820865

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 20/06/2011



**Parágrafo 6º.** Perderá o mandato, o integrante do Conselho Fiscal que faltar a três reuniões consecutivas, ou a cinco alternadas, sem se justificar no prazo de 05 (cinco) dias, procedendo à sua substituição na forma prevista no parágrafo 3º, desse artigo.

**Art. 15-A.** Compete ao Conselho Fiscal:

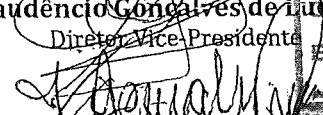
- I - examinar os livros contábeis, a documentação de receitas e despesas, o estado do caixa e os valores em depósito, com livre acesso aos serviços administrativos, facultando-se-lhe, ainda, requisitar e compulsar documentos;
- II - emitir parecer sobre os aspectos econômico-financeiro e patrimonial, do relatório anual de atividades apresentado pelo Conselho Diretor da **FUNDAÇÃO**, bem como sobre a prestação de contas e o balanço patrimonial, encaminhando cópia ao Conselho Curador no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da elaboração;
- III - emitir parecer sobre as questões que lhe foram submetidas pelos demais órgãos da **FUNDAÇÃO**;
- IV - convocar, por voto da unanimidade de seus integrantes e justificadamente, reuniões do Conselho Curador ou do Conselho Diretor;
- V - requisitar livros, documentos, contratos, convênios e quaisquer dados sobre a vida da **FUNDAÇÃO**, verificando se conformes a este Estatuto e revestidos das formalidades legais;
- VI - propor ao Conselho Curador a contratação de auditoria externa e independente, quando necessária;
- VII - denunciar a existência de irregularidades ao Conselho Curador.

**Art. 21º. I** – A Assembléia passou a composição dos órgãos da administração da Fundação, na forma do Estatuto aprovado, tendo a seguinte composição: Diretor Presidente: CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA; Diretor Vice-Presidente: GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA; Diretor Administrativo Financeiro: JOÃO GONÇALVES PRIMO e Diretora Cultural: MÁRCIA MARIA MACÊDO DE LUCENA. Conselho Fiscal: GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR, PATRÍCIO DE SOUSA ALMEIDA e EVELINE RECAMONDE LUCENA, e 3 (três) suplentes: INGRID MACÊDO DE LUCENA, EGINALDO DE OLIVEIRA SILVA e JOÃO GONÇALVES JÚNIOR. Os artigos ou cláusulas não modificados pelo presente instrumento, permanecem em vigor. A presente alteração estatutária será devidamente registrada no registro Civil das Pessoas Jurídicas, 2º Ofício de Eusébio, cartório Facundo. Nada mais havendo, determinou o Presidente o encerramento da ata, que após lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Eusébio(Ce), 25 de fevereiro de 2.010

  
**Carlos Gualter Gonçalves de Lucena**  
Diretor Presidente

  
**Gaudêncio Gonçalves de Lucena**  
Diretor Vice-Presidente

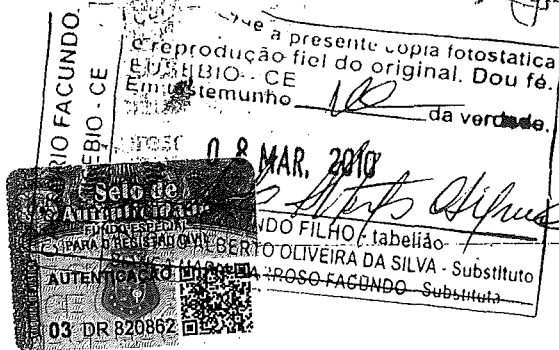
  
**João Gonçalves Primo**  
Dir. Adm. e Financeiro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
RECEBUE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2010

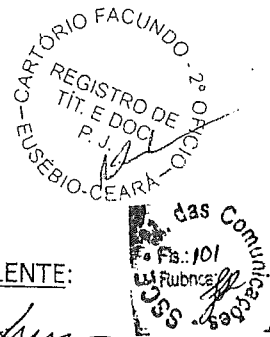
reprodução fiel do original. Dou fé.  
Em testemunho da verdade.

08 MAR. 2010



MICROFILMADO SOB O  
Nº 00608 R.P.J.

Márcia Maria Macêdo de Lucena  
Diretora Cultural



CONSELHO FISCAL EFETIVO:

*Gaudêncio Gonçalves de Lucena Júnior*  
Gaudêncio Gonçalves de Lucena Júnior

*Patrício de Sousa Almeida*  
Patrício de Sousa Almeida

*Eveline Recamonde Lucena*  
Eveline Recamonde Lucena

CONSELHO FISCAL SUPLENTE:

*Ingrida Macêdo de Lucena*  
Ingrida Macêdo de Lucena

*Eginaldo de Oliveira Silva*  
Eginaldo de Oliveira Silva

*João Gonçalves Junior*  
João Gonçalves Junior

Visto da Assessoria Jurídica:

*Patrício de Sousa Almeida*  
Patrício de Sousa Almeida  
OAB/Ce. 3386

CARTÓRIO FACUNDO - 2º OFÍCIO  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Av. Eusébio de Queiroz, 4607 - Centro  
Fone: (85) 3260.1836 / 2462

Apresentado hoje protocolado e registrado  
em Microfilme Livro "A" do Registro Civil  
das Pessoas Jurídicas sob o

Nº 00608 Em: 08 MAR. 2010

Oficial Registrador,  
Antônio Alberto Oliveira da Silva

SUBSTITUTO

LIDO SOMENTE  
COM SELO DE  
AUTENTICIDADE

CARTÓRIO  
Selo(s) Nº  
VIAS: 01 (uma) via  
Ato Notarial R\$  
Ato Registral R\$ 58,47  
Fermoju R\$ 4,32  
FERC R\$ 2,78

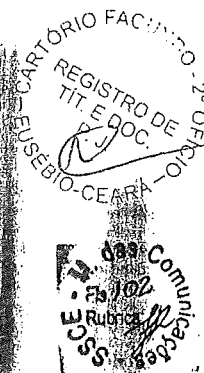
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 20.06.2011

que a presente cópia fotostática  
é reprodução fiel do original. Dou fé.  
EUSÉBIO - CE  
em testemunho  
08 MAR. 2010  
CARLOS FACUNDO FILHO - tabelião  
ANTÔNIO ALBERTO OLIVEIRA DA SILVA - Substituto  
SILVIA MARIA BARROSO FACUNDO - Substituto



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO CEARÁ  
2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Eusébio



Parecer Cível nº 2010/013

Processo administrativo 2010/002

Requerente: FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA

**FUNDAÇÃO REGISTRADA SEM PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ALTERAÇÃO DE ESTATUTO - PROVAS DO CUMPRIMENTO DA FINALIDADE ESTATUTÁRIA E DE REGULARIDADE DAS OBRIGAÇÕES PARA COM A FAZENDA PÚBLICA.**

A Requerente, representada por seu Diretor Presidente, Dr. Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, em 1º.03.2010 peticionou ao Ministério Público nesta Comarca - 2ª Promotoria de Justiça de Eusébio - requerendo parecer acerca das ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS promovidas pela ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA de 05.02.2010. Instruindo a aludida petição encontram-se CERTIDÃO do Cartório Facundo (2º Ofício de Eusébio), informando que o ESTATUTO e ATA DE CONSTITUIÇÃO da Requerente têm registro sob o nº 087, de 26.09.2001, no LIVRO A3; ESTATUTO em cinco laudas (cópia autenticada); ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA realizada em 05.02.2010 (original em três vias); ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA realizada em 29.02.2010, para ELEIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA, realizada em 29.01.2010 (original em três vias); COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES realizadas no ESTATUTO (original em três vias). No dia 02.03.2010 exarado o Parecer Cível nº 2010/012, apontando a inexistência de "qualquer documento probante de que a "Fundação" tenha cumprido sua finalidade, da data de seu registro até aqui", razão pela qual foram consideradas como "inviáveis as alterações e registros pretendidos, salvo se da análise de documentos probantes do cumprimento da finalidade da "Fundação", bem como de sua prestação de contas, possa ser aferida sua regularidade." Concedido à Requerente o prazo de trinta (30) dias para fazer a prova mencionada, do qual a mesma tomou conhecimento em 03.03.2010.

Voltou a Postulante em 05.03.2010 instruindo seu pedido inicial com extrato de movimentação do processo 53000.048532/2005, do Ministério das Comunicações, referente a requerimento de liberação de canal de radiodifusão sonora educativa para Maracanaú; contrato de patrocínio de projeto entre a

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

PARECER CÍVEL nº 2010/013 - 1

EXTRATO  
DE  
MOVIMENTAÇÃO  
DO  
PROCESSO  
53000.048532/2005  
DO  
MINISTÉRIO  
DAS  
COMUNICAÇÕES

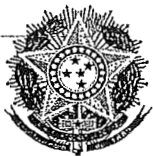


a presente cópia fotostática  
produção fiel do original. Dou fé.  
EUSÉBIO - CE  
testemunho da verdade.

8 MAR. 2010

ERNESTO FACUNDO FILHO / tabelião





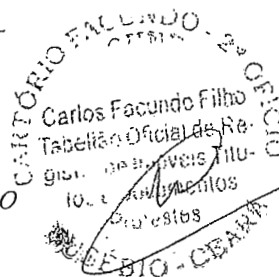
# CARTÓRIO FACUNDO

SEGUNDO OFÍCIO  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Ceará  
Comarca de Eusébio

*Carlos Facundo Filho*

Oficial de Notas e Registros Públicos



SS M. das  
Comunicações  
Fb: 104  
Rubrica

**CARLOS FACUNDO FILHO, NOTÁRIO E OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOA JURÍDICA E DEMAIS ANEXOS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE EUSÉBIO, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL ETC.:**

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** a requerimento verbal da parte interessada que revendo o Livro Competente do Registro das Pessoas Jurídicas (Livro A), do Cartório a meu cargo, deles verifiquei estar protocolado e registrado em Microfilme, sob o nr. 00607, em data de 08/03/2010, **A ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, bem como, sob o nr. 00608, em data de 08/03/2010, **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, de acordo com a Lei nr. 10.406, de 10/01/2001, DOU, em 11/02/2002, com sede social na CE. 040, Km. 06, nr. 5.877, bairro Amador, Município e Comarca de Eusébio, Estado do Ceará, neste ato, representada legalmente pelo Diretor Presidente Sr. **CARLOS GUALTER GONÇALVES DE LUCENA**.

**CERTIFICO** mais, que foi apresentado nesta data o PARECER do Ministério Público, datado de 08 de março de 2010, devidamente assinado pelo Titular da Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais de Crateús, respondendo pela 2ª Promotoria de Justiça de Eusébio, Dr. Alexandre Jorge Costa Cabral. O referido é verdade e dou fé. Eu, *[Assinatura]*, o Oficial/Substituto.

Eusébio - Ce, 08 de Março de 2010.

*[Assinatura]*

Cartório Facundo  
Antônio Alberto Oliveira da Silva  
SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE  
COM SELO  
AUTENTICADO

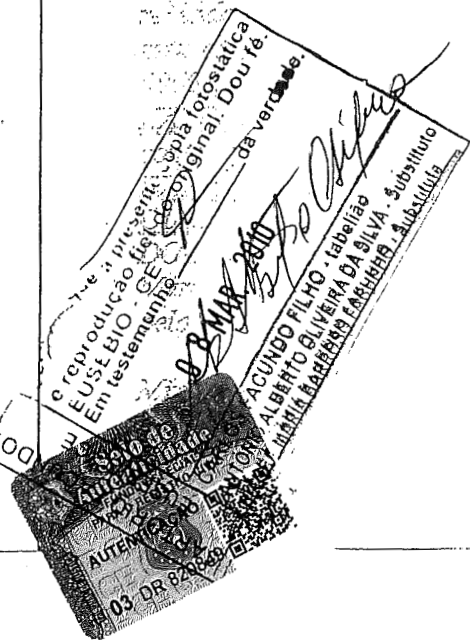


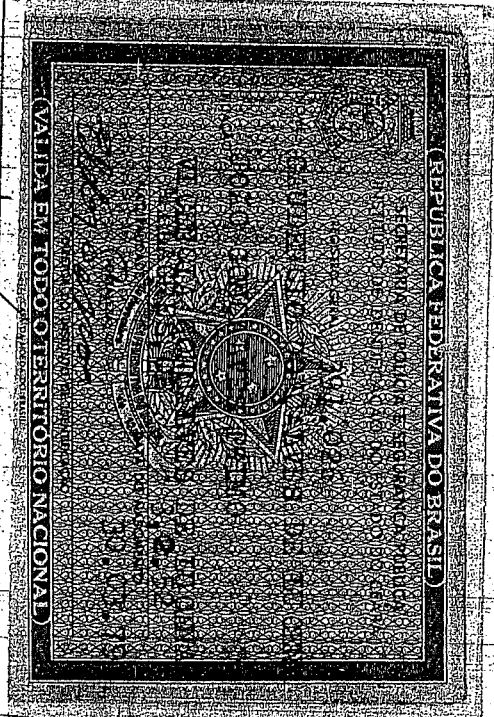
Cartório Facundo  
Carlos Facundo Filho  
Tabelião Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, e Protestos  
Eusébio - Ceará

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20/06/2011

Av. Eusébio de Queiroz, 4607 - Centro  
Cep: 61.760-000 - Fone: 3260.2462 - Fax: 3260.1836





**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

04 MAR 2011

A presente cópia fotostática confere com o original e poderá ser usada para fins públicos. O refêrencia é verdadeira.

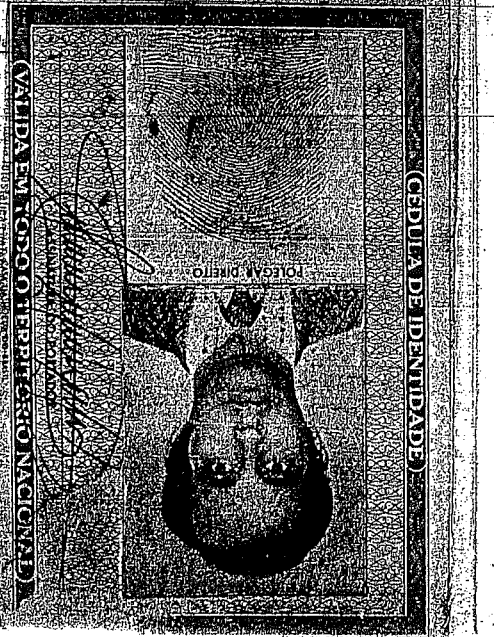
03 DS 989205

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

04 MAR 2011

A presente cópia fotostática confere com o original e poderá ser usada para fins públicos. O refêrencia é verdadeira.

03 DS 989205



**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

04 MAR 2011

A presente cópia fotostática confere com o original e poderá ser usada para fins públicos. O refêrencia é verdadeira.

03 DS 989205

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

04 MAR 2011

A presente cópia fotostática confere com o original e poderá ser usada para fins públicos. O refêrencia é verdadeira.

03 DS 989205

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

04 MAR 2011

A presente cópia fotostática confere com o original e poderá ser usada para fins públicos. O refêrencia é verdadeira.

03 DS 989205

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9898 Fortaleza Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

04 MAR 2011

A presente cópia fotostática confere com o original e poderá ser usada para fins públicos. O refêrencia é verdadeira.

03 DS 989205

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
CONFERÊNCIA DE AUTENTICIDADE  
20.06.2011

bas Comunica  
78-105  
W. Ruediger  
SSC





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS

das Comunicações  
nº 106  
Rubrica

Certidão Nº. 394277

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição, verificou **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, contra **GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA**, inscrito(a) no CPF sob nº **034.296.283-34**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINARIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar)**.

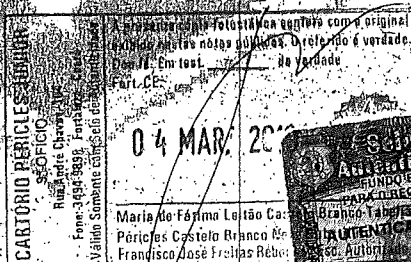
CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade**.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 22 de FEVEREIRO de 2010.

Tania Maria Rocha  
Chefe do Serviço de Atividades Judiciais

Pesquisa: R. MORAES  
12:41



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
CONFÉRMICAÇÃO

00.06.2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ



CARTÓRIO MARTINS  
2º OFÍCIO  
BEL. CLÁUDIO MARTINS  
NOTÁRIO  
BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO  
SUBSTITUTO

CERTIDÃO NEGATIVA

O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de PROTESTO DE TÍTULOS nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

Certifica, a requerimento da parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório nos últimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou NÃO CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA\*\*\*\*\*

CPF: 034.296.283-34

Emolumentos R\$	7,53
FERMOJU R\$	2,16
FERC R\$	4,00
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	13,69

como responsável(is) direto(s) ou regressivo(s) O  
referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 12 de Fevereiro de 2010

Valida somente com selo de autenticidade

Eu, JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA, Escrevente autorizado a conferir,  
subscrevo e assino.

Conferente

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escrevente Autorizado

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escrevente Autorizado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
CONFERE  
EM 20.02.2010

CARTÓRIO PERICLES JUNIOR  
2º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 144  
Fone: 3494.2836 - Fortaleza - Ceará  
Valida Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia, porventura conferida com o original,  
exibida, não tem valor público. O referido é verdade.  
Rua 16 - Fortaleza - Ceará  
Fort. CE

04 MAR 2010

Maria de Fátima Leitão Castro  
Pericles Castelo Branco Neto - Substituto  
Francisco José Freitas Rubeiras - Esc. Autorizado





Nº 19425

PAG:01/01

**CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

COMARCA DE FORTALEZA

ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

das Comunicações  
Fls. 108  
Rubrica  
1998 - 66050**5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Tabelião Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Tabelião Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

**ESCREVENTES AUTORIZADOS.**

ÍTALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE

MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA

ALDA ACÉLIA BESSA MAIA

MARCIA GONÇALVES DE LIMA

MARY SOUSA PONTES

Rua Major Façundo, 673 / 679 - Fone: (85) 3231-9974 - Fax: (85) 3252.4816 - Fortaleza - CE

**CERTIDÃO**

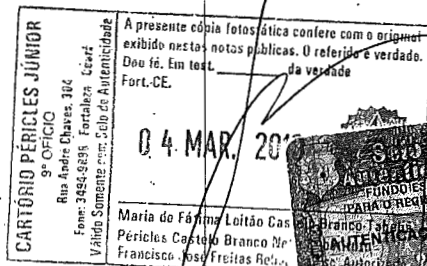
O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabelião de Protesto de Tributos e outros documentos de dívidas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei, CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA - 034.296.283-34

NÃO FOI ENCONTRADO NENHUM TÍTULO PROTESTADO

O REFERIDO É VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 12 de Fevereiro de 2010

EM TESTEMUNHO \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE  
Alda Acélia Bessa Maia  
EscreventeEMOLUMENTOS: 7,53  
FERMOJUR: 2,16  
ACM: 0,00  
FERC: 4,00  
TOTAL: 13,69OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS, EMENDAS, OU ENTRELINHAS  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.



ESTADO DO CEARÁ  
NOTÁRIOS PÚBLICOS  
Bel. ANTONIO CLÁUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO  
Tabelião Substituto

AGUIAR  
8º Tabelionato



## CERTIDÃO NEGATIVA

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou. NADA CONSTAR nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

**GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA\*\*\*\*\***

CPF: 034.296.283-34

Emolumentos R\$	7,53
FERMOJÓ R\$	2,16
FERC R\$	4,00
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	13,69

Valida somente com selo de autenticidade.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 12 de Fevereiro de 2010



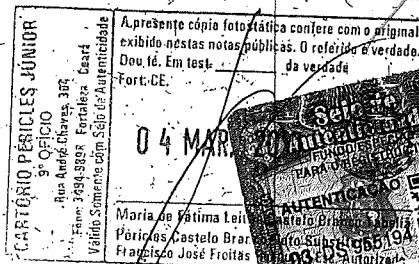
Busca dada por

CARLOS AUGUSTO OLIVEIRA DOS SANTOS  
ESCREVENTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
CONFERE COPIA

EM

20.02.2010



(Válida somente sem rasuras/emeridas e com chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ



**TABELIONATO JOÃO MACHADO**  
7º OFÍCIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130  
FONES: 3201-1100, 3201-1104; FAX: 3201-1113, 3201-1115

Bel.: CICERO MOZART MACHADO  
Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO  
Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital, na forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

NOME : GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA

ENDEREÇO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA CE

CNPJ/CPF : 03429628334

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Fortaleza, 12 de Fevereiro de 2010

O Oficial de Protesto

qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indício de adulteração

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9238 - Fortaleza - Ceará  
Válida Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fé. Em test. da Verdade  
Fort-CE.

04 MAR 2010

Maria de Fátima  
Péricles Casaleiro  
Francisco José Freire



VÁLIDO SOMENTE COM O  
SELO DE AUTENTICIDADE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2010



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM

1º OFÍCIO

SOLANGE GRACE MOURA ROLIM

OFICIALA DE PROTESTO

NOTÁRIA

ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM

SUBSTITUTA

FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADA

FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808

AV. SANTOS DUMONT, Nº 2677  
ALDEOTA - FONE - 3402-0400



## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bela. Solange Grace M. Rolim; 1a. Tabeliã desta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de:

### GAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA

CPF 034.296.283-34

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 18 de Fevereiro de 2010

Em testemunho da verdade.

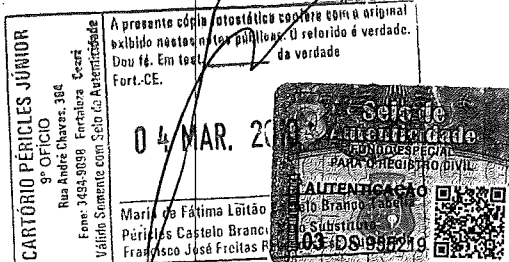


Emolumentos:	R\$ 7,53
Fermoju:	R\$ 2,16
FERC:	R\$ 4,00
Total:	R\$ 13,69

Busca dada por

(\*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS, E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

20.06.2011



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA**

Inscrição: **000322240752**

Zona: 3

Seção: 515

Município: 13897 - FORTALEZA

UF: CE

Data de Nascimento: 03/02/1952

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: VICENCIA GONCALVES DE LUCENA

JOAO GONCALVES PRIMO

Certidão emitida às 13:13 de 11/02/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **ABRV.COY2.VTA4.LRCZ**

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3490-9958 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática somente com o original  
exibido nestas notas públicas, o verificado é verdadeiro.  
Don. té. Em test. \_\_\_\_\_ de verdade  
Fort. CE.

04 MAR 2010

Maria do Fátima Leitão  
Péricles Castelo Branco  
Francisco José Freitas R.



<http://www.tse.jus.br/certidaoquitacao/emissaoCertidaoQuitacao.do>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 20.02.2010

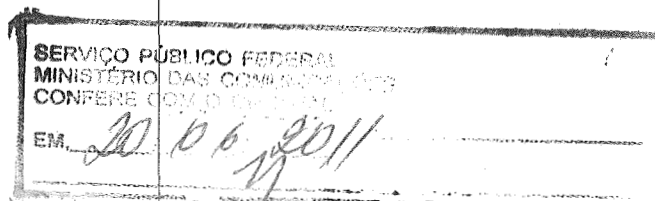
11/02/2010

## DECLARAÇÃO

Eu, Gaudencio Gonçalves de Lucena, brasileiro, maior, casado, portador do RG 391.026 SSP/CE e CPF 034.296.283-34, Vice-Presidente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declaro para os devidos fins que não participo da direção de outras executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei No. 236/67.

Fortaleza (CE) 05 de março de 2010.

Gaudencio Gonçalves de Lucena  
Vice-Presidente





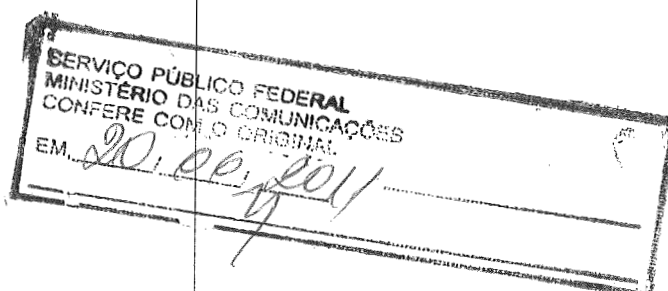


## DECLARAÇÃO

Eu, Gaudencio Gonçalves de Lucena, brasileiro, maior, casado, portador do RG 391.026 SSP/CE e CPF 034.296.283-34, Vice-Presidente da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, declaro para os devidos fins que não estou no exercício de mandato eletivo que me assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou funções do qual decorram foro especial.

Fortaleza (CE) 05 de março de 2010.

Gaudencio Gonçalves de Lucena  
Vice-Presidente





**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 024612/2010-34

SEAPA/SCE

14/05/2010-16:07



**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOAO GONCALVES PRIMO**

Inscrição: **001635490728**

Zona: 112

Seção: 149

Município: 13897 - FORTALEZA

UF: CE

Data de Nascimento: 15/10/1918

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO

RAIMUNDO THOMAS SOBRINHO

Certidão emitida às 16:52 de 10/05/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

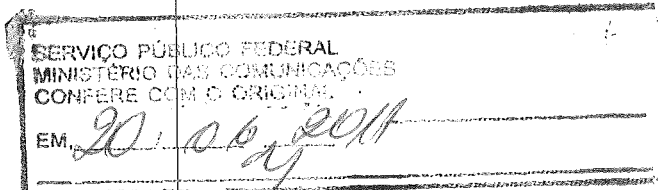
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código

**QRGF.PO8S.QPZV.WO4P**

Imprimir





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS



Certidão N°.0405728B

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição, verificou **NADA CONSTAR** nos últimos **DEZ** anos, contra **GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR**, CPF sob o n°. 666.329.353-20 no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL** (inclusive Auditoria Militar).

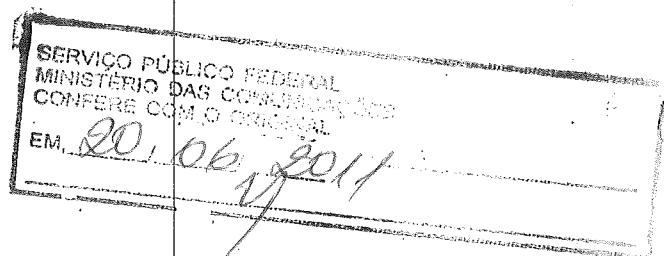
CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é **válida por 30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade.**

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 10 de MAIO de 2010



PESQUIS: MICHELLE





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS

Certidão Nº.0405728

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição, verificou **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, contra **JOAO GONCALVES JUNIOR**, CPF sob o nº. 135.626.223-68 no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar)**.

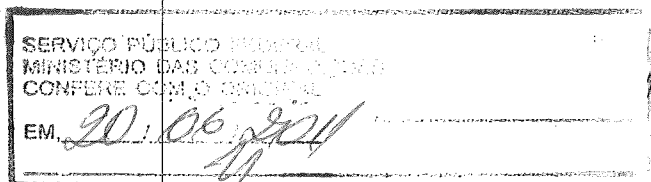
CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade**.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 10 de MAIO de 2010.

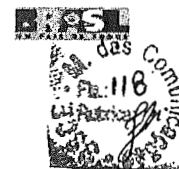


PESQUIS: MICHELLE





Sistemas Interativos



Menu Principal ▾

SRD &gt;&gt;&gt; Consultas &gt;&gt;&gt; Técnicos &gt;&gt;&gt; Plano Básico | menu ajuda

## Consulta Plano Básico - TV

Ação

Consultar

Localidade

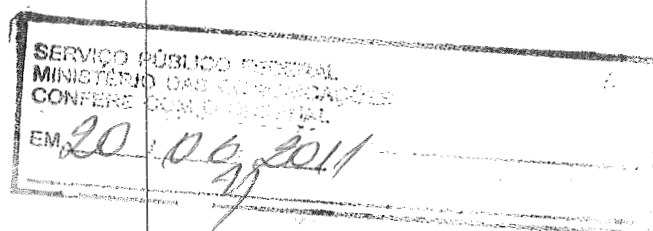
UF : CE

Serviço

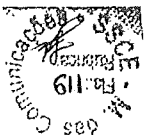
TV

Município : Maracanaú

Opção	Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase
○	4- E	A			0
Registro 1 até 1 de 1 registros			Página: [1] [Ir] [Reg]		

[Continuar](#)

**JUSTIFICATIVA DE INTENÇÃO PARA USO DE CANAL EDUCATIVO TELEVISIVO**



Fortaleza, 22 de junho de 2010  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASILIA - DF

53000 034642/2010-59

SEAPASCE

07/07/2010-10:42 COCRM

EXMO. SR.  
MINISTRO José Artur Filardi Leite  
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Nós da Fundação Cultural Vicentina Lucena, estamos pleteando o canal Educativo Televisivo 4E, da cidade de Maracanaú/CE.

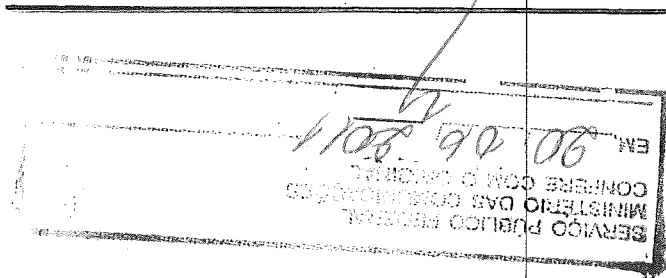
Acreditamos ser capazes de levar ao ar, uma emissora de televisão educativa trabalhando e respeitando nossa cultura local, regional, estadual e nacional.

Senhor Ministro, nosso maior objetivo, é possibilitar a classe estudantil um ponto de apoio através de aulas que possam melhorar seus conhecimentos desde o ensino fundamental até o superior, bem como levar aos deficientes físicos, auditivos e visuais, programas que os integrem à sociedade, e que possibilitem o acesso a área de comunicação.

Queremos também elaborar e levar ao ar, programas culturais e educativos para crianças, jovens e adultos, e mostrar à população, o que uma emissora de televisão educativa pode fazer um excelente trabalho social em todos os lugares em que chegue o seu sinal.

Certos e gratos de sua valiosa atenção.

**FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**  
*Lucena Junior*  
Gaudêncio Gonçalves de Lucena Junior  
Presidente



EM. 20 06 2011

As partes acima identificadas resolvem, através deste instrumento, com fundamento nos dispositivos e regulamentos que regem a instituição, obedecendo à norma da Lei nº, 8.666/93, assinar o presente Convênio que se regerá pelas cláusulas e condições explicitadas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONVÊNIO

O presente Convênio tem por objeto a vinculação da FUNDAÇÃO VICENTINA LUCENA para fins de execução de serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, no Estado do Ceará.

PARÁGRAFO 1º. – A CONVENIENTE disponibilizará parte do tempo diário da programação, de acordo com exigência do poder público, para fins de transmissão do conteúdo gerado ou sugerido pela CONVENIADA em Plano de Trabalho aprovado pelas partes.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO.

O Plano de Trabalho passará a fazer parte integrante deste Convênio, como se nele transcrito fosse, podendo ser reformulado em comum acordo entre as partes ao longo de sua execução, sempre que for necessário e desde que não altere o objeto do Convênio e seja mantido o tempo mínimo exigido para transmissão do conteúdo gerado ou sugerido pela CONVENIADA.

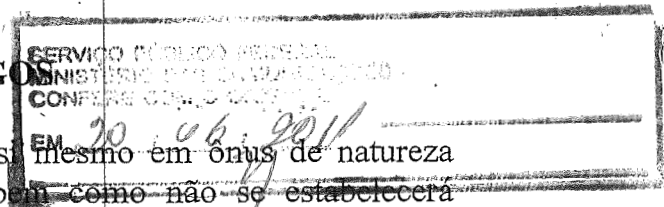
### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

A implantação do presente convênio obedecerá ao regime de complementariedade e será objeto de termos aditivos ou contratos a serem assinados pelas partes convenientes, na medida em que sejam identificados projetos e atividades de mútuo interesse e que passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS

O presente instrumento não implica por si mesmo em ônus de natureza pecuniária para as partes convenientes, bem como não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie entre o Conveniente e a Conveniada constantes neste convênio.

### CLÁUSULA - QUINTA - DA INEXIGIBILIDADE



7

12

A



O presente convênio não exige licitação, de acordo com o que estabelece o Art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÃO DO CONVENIENTE

A CONVENIENTE se compromete a dar todo apoio técnico necessário à CONVENIADA, fornecendo as informações indispensáveis à perfeita realização de seu Plano de Trabalho

### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

a) Acompanhar administrativamente a execução do presente Convênio e as ações implementadas;

b) Disponibilizar, quando necessário e de acordo com suas conveniências e regularmente autorizados por seus superiores, os serviços regularmente articulados nos projetos deste Convênio e seus Aditivos e Contratos para executar, em conjunto com o conveniente, as ações implementadas;

### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93, o presente convênio será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, para ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura, correndo os encargos de publicação por conta da FUNECE.

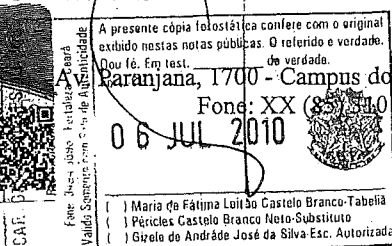
### CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA:

O prazo do presente Convênio será de 3 (três) anos, contado a partir da sua celebração, podendo ser prorrogado através de termos aditivos com a anuência das partes.

### CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO

Ficam assegurado as partes **CONTRATADAS**, o direito de rescisão deste Contrato de prestação de serviço, em qualquer tempo, antes da expiração do prazo de sua vigência, mediante aviso prévio, por escrito, com a antecedência de 30 (trinta) dias.

### CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO FORO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 20.06.2011  
Paranjana, 1700 - Campus do Itaperi - 60.741-005 Fortaleza, Ceará, Brasil  
Fone: XX (85) 3101.9682 FAX 3101.9684

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento contratual, as partes elegem o foro da comarca de Fortaleza, podendo os casos omissos serem resolvidos de comum acordo entre os Participes.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Convênio foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Fortaleza (CE), 05 de Julho de 2010.

**FUNDAÇÃO VICENTINA LUCENA**  
Gaudencio Gonçalves de Lucena Júnior  
Presidente

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**  
Francisco de Assis Moura Araripe  
Reitor

Testemunhas:

ASS: [Assinatura]  
Nome: VLADIMIR SPINELLI CHAGAS  
Nacionalidade: BRAS  
Estado Civil: CASADO  
Profissão: PROFESSOR UNIV.  
Endereço: R. TI BÓRCIO CAVALCANTE, 890/802  
RG: 516.611 - SSP-BA  
CPF: 003784705-82

[Assinatura]  
Dra. Luiza Elisandra Mogueira  
Assessora Jurídica da FUNECE  
OAB-CE nº 18786

ASS: [Assinatura]  
Nome: CELINA MAGALHÃES ELLERY  
Nacionalidade: BRAS  
Estado Civil: CASADA  
Profissão: PROFESSORA UNIV.  
Endereço: R. JULIO AZEVEDO 1516/701  
RG: 97024014110  
CPF: 425139017-20

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS CRIANÇAS, JUVENTUDE E FAMÍLIA  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20 de 06 de 2011

**CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR**  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494-9888 - Fortaleza - Ceará  
Válida Semestre C/m Selo de Autenticidade

Reconheço a(s) firma(s) [Assinatura]  
Dou fé.  
Em Test. [Assinatura] da verdade. Fort. - CE.  
06 JUL 2010

( ) Maria de Fátima Leilão  
( ) Péricles Castelo Branco  
( ) Maria Valença de Albuquerque

**Selo de Autenticidade**  
A presente cópia fotostática confere com o original expedido nestas notas públicas. O referido é verdade. Dou fé. Em test. [Assinatura] da verdade. Fort. - CE.

06 JUL 2010

( ) Maria de Fátima Leilão Castelo Branco - Tabelião  
( ) Péricles Castelo Branco - Substituto  
( ) Gizele do Andrade José da Silva - Esc. Autorizada

**Selo de Autenticidade**  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
Nº AY 234.072

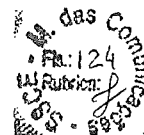
06 Patanjana, 0700 - Campus do Itaperi - 60.741-005 Fortaleza, Ceará, Brasil  
Fone: XX (85) 3101.9682 FAX 3101.9684

**Selo de Autenticidade**  
ATV 03  
AUTENTICACAO  
Nº DY 057.386



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

Página 1 de 1



### CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de autenticação: Nº 2010116179

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

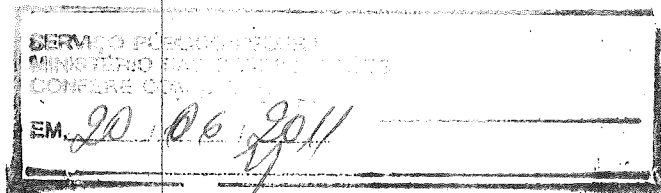
**GAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR**  
CPF: 666.329.353-20

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.ifce.gov.br> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 17/06/2010 15:18:42



Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ



### CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de autenticação: Nº 2010116176

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**JOÃO GONÇALVES JÚNIOR**

CPF: 135.626.223-68

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

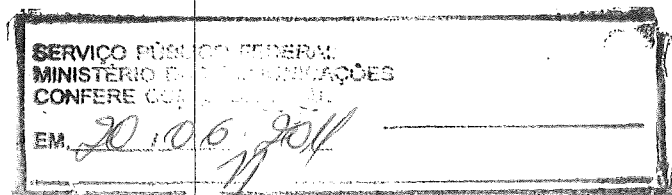
1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;

2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;

3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfce.gov.br> no prazo de 90 (noventa) dias.

4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 17/06/2010 15:13:18



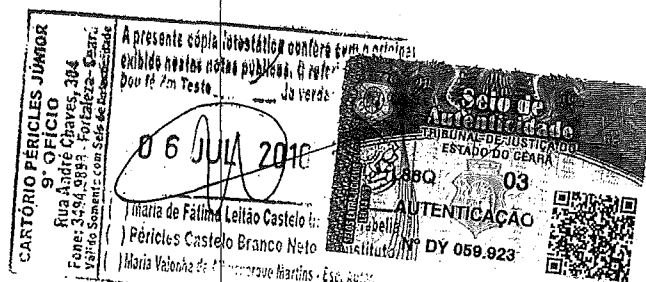
Justiça Federal no Ceará:

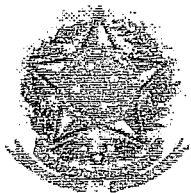
Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

Número de autenticação: Nº 2010116182

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

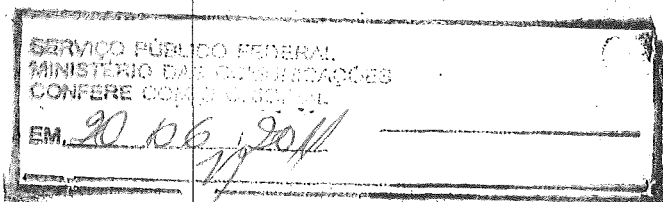
CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**JOÃO GONÇALVES PRIMO**  
CPF: 005.186.203-44

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

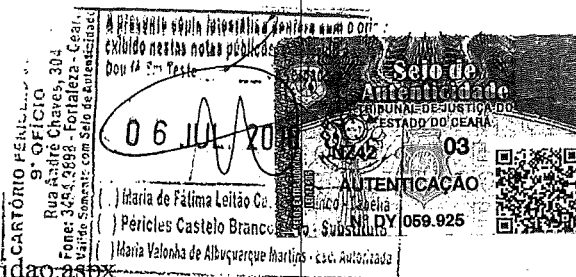
- 1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo Interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfce.gov.br> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.



Fortaleza, 17/06/2010 15:20:39

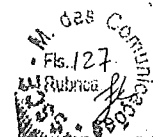
Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.  
Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.  
Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.  
Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

Número de autenticação: Nº 2010116183

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA**

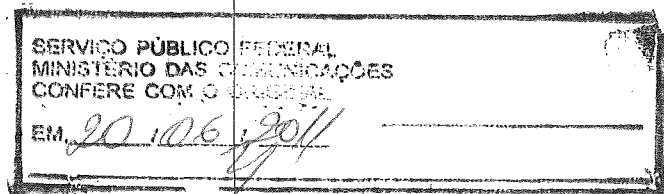
CPF: 213.082.763-20

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfce.gov.br> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 17/06/2010 15:21:46



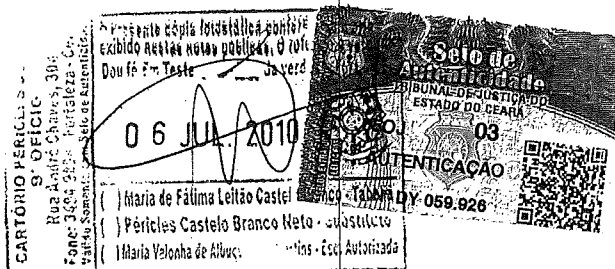
Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

1 página 1 de 1



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR**  
**CPF: 666.329.353-20**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

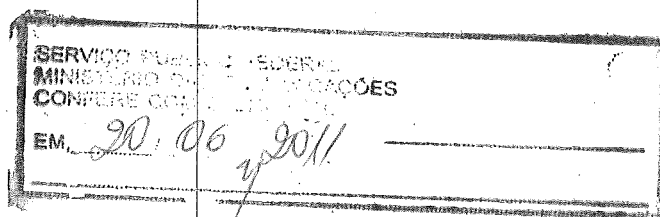
Emitida às 16:29:51 do dia 17/06/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/12/2010.

Código de controle da certidão: **263F.CB2D.EA2C.68A3**

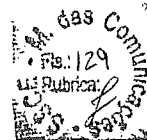
Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JOAO GONCALVES JUNIOR  
CPF: 135.626.223-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

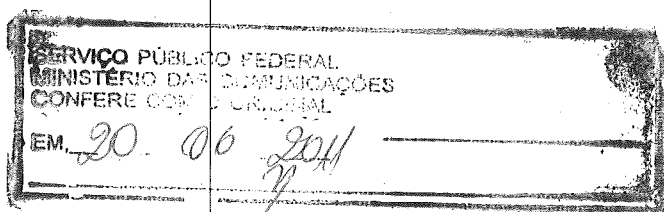
Emitida às 16:31:55 do dia 17/06/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/12/2010.

Código de controle da certidão: FB7E.BB86.7962.9A09

Certidão emitida gratuitamente.

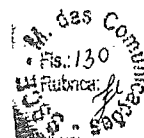
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **JOAO GONCALVES PRIMO**  
CPF: **005.186.203-44**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

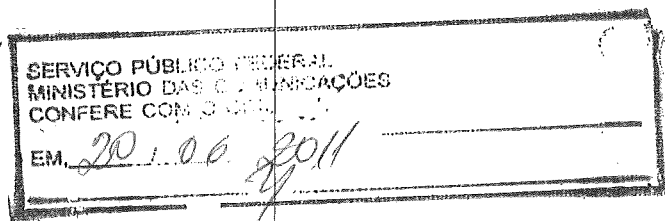
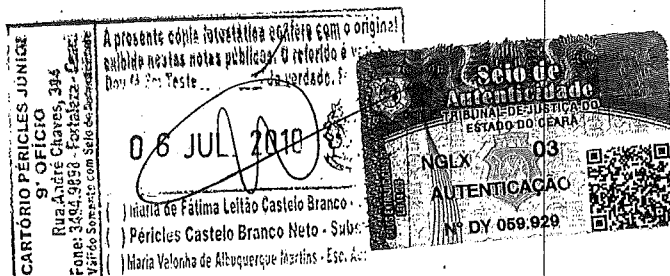
Emitida às 16:33:41 do dia 17/06/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/12/2010.

Código de controle da certidão: **8415.D99B.A25B.0D02**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA**  
**CPF: 213.082.763-20**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

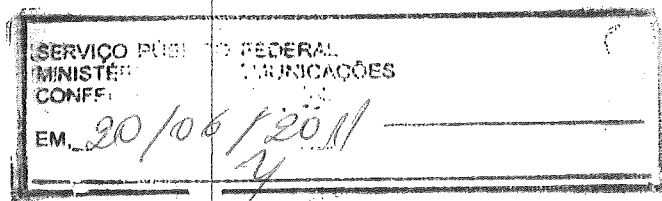
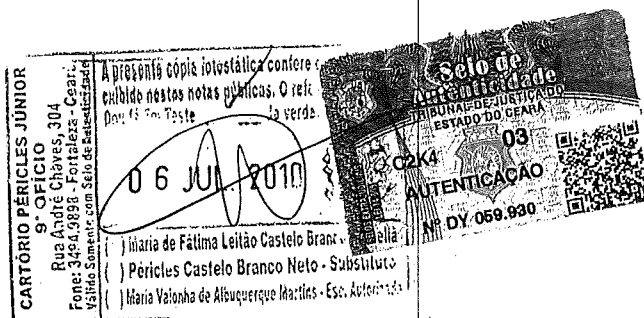
Emitida às 16:36:56 do dia 17/06/2010 <hora e data de Brasília>.

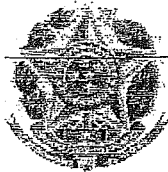
Válida até 14/12/2010.

Código de controle da certidão: **3CEF.1E57.D3AE.373B**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR**

Inscrição: **055714390701**

Zona: 3

Seção: 515

Município: 13897 - FORTALEZA

UF: CE

Data de Nascimento: 06/08/1983

Domiciliado desde: 06/10/2001

Filiação: MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA  
GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA

Certidão emitida às 16:14 de 17/06/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **IBY4.FR4T.BV67.HKGD**

Imprimir

CARTÃO PERMANENTE  
9. OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Zona 3 - 824.389-8 - Fortaleza - Ceará  
Valido somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia autenticada somente com o original  
colado nestas notas públicas. O referido é verdade  
Deu fé o Teste... Da veracidade, Fort., CE.

06 JUL 2010  
( ) Maria de Fátima Leão Costa  
( ) Pericles Castelo Branco  
( ) Maria Valéria de Albuquerque



<http://www.tse.jus.br/certidaoquitacao/emissaoCertidaoQuitacao.do>

17/06/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20/06/2010



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOAO GONCALVES JUNIOR**

Inscrição: **000910660701**

Zona: 1

Seção: 232

Município: 13897 - FORTALEZA

UF: CE

Data de Nascimento: 05/06/1958

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: VICENCIA GONCALVES DE LUCENA

JOAO GONCALVES PRIMO

Certidão emitida às 16:00 de 17/06/2010

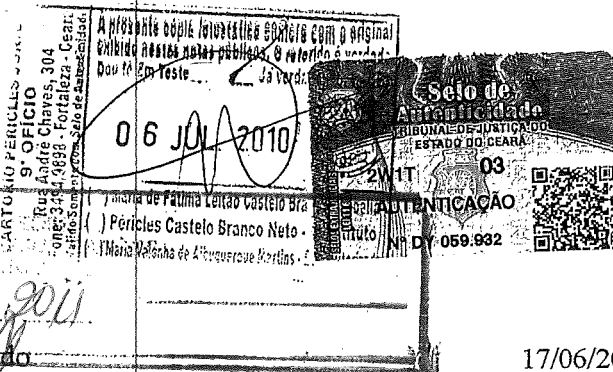
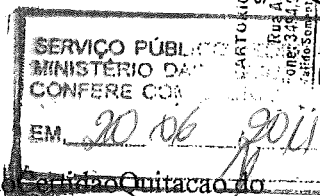
Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **FWQK.LNXX.D0XW.JYFO**

Imprimir



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOAO GONCALVES PRIMO**

Inscrição: **001635490728**

Zona: 112

Seção: 149

Município: 13897 - FORTALEZA

UF: CE

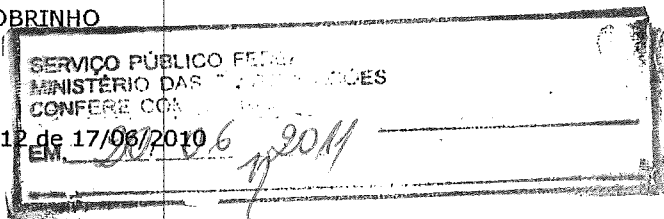
Data de Nascimento: 15/10/1918

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO

RAIMUNDO THOMAS SOBRINHO

Certidão emitida às 16:12 de 17/06/2010



Res.-TSE nº 21.823/2004:

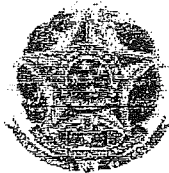
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **CQNP.0B8M.1XYC.PD+B**

Imprimir





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA**

Inscrição: **000326490760** Zona: 3 Seção: 515

Município: 13897 - FORTALEZA UF: CE

Data de Nascimento: 26/11/1957 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: **ZAIRA MACEDO PINTO**

**MOACIR SOARES PINTO** SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

Certidão emitida às 15:50 de 17/06/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

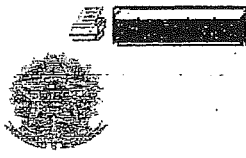
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código

**VVZ9.PC2S.PP3W.ACZG**

Imprimi





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
DE AÇÕES CRIMINAIS  
30671905**

Certificamos que contra

Nome: **GAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA JÚNIOR**

CPF: **666.329.353-20**

Data de Nascimento: **06/08/1983**

Nome da mãe: **MARCIA MARIA MACEDO DE LUCENA**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de ações criminais da Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 17/06/2010 às 15:30:45 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.gov.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

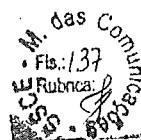
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2010

**Certidão gratuita e de âmbito nacional**

**Esta certidão é válida por 90 dias**





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
DE AÇÕES CRIMINAIS  
30642004**

Certificamos que contra

Nome: **JOÃO GONÇALVES JÚNIOR**

CPF: **135.626.223-68**

Data de Nascimento: **05/06/1958**

Nome da mãe: **VICENCIA GONÇALVES DE LUCENA**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de ações criminais da Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 17/06/2010 às 15:32:36 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.gov.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20.06.2010

**Certidão gratuita e de âmbito nacional.**

**Esta certidão é válida por 90 dias**

JOÃO GONÇALVES JÚNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3443.3891 - Fortaleza - Ceará  
Valido Somente com Selo de Autenticidade

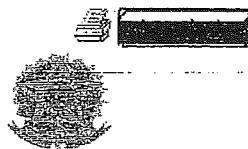
A presente copia fotostática compare com o original  
emitido nas notas públicas. O referido é verdade.  
Ass. P. Costa

06 JUL 2010

Maria de Fátima Gaião Castelo Branco  
Péricles Castelo Branco Neto - Sub.  
Márcia Valença de M. Magalhães - Sub.







**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
DE AÇÕES CRIMINAIS  
30680832**

Certificamos que contra

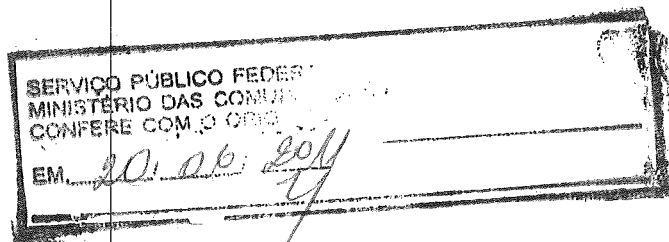
Nome: **JOÃO GONÇALVES PRIMO**

CPF: **005.186.203-44**

Data de Nascimento: **15/10/1918**

Nome da mãe: **FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO**

**NADA CONSTA**



nos registros de distribuição de ações criminais da Justiça Militar da União.

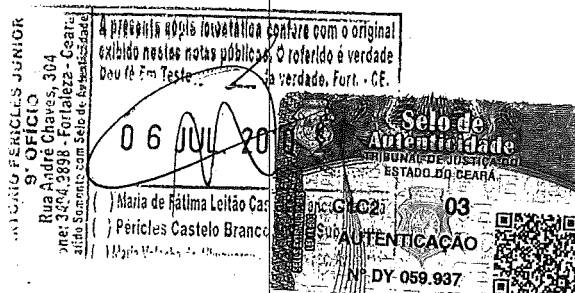
Certidão emitida em 17/06/2010 às 15:34:31 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.gov.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

**Certidão gratuita e de âmbito nacional**

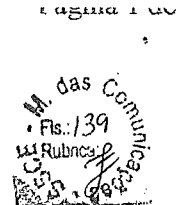
**Esta certidão é válida por 90 dias**





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
DE AÇÕES CRIMINAIS  
30632536**



Certificamos que contra

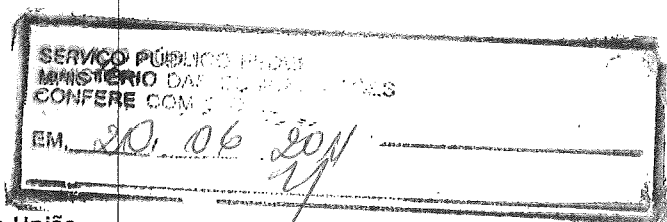
Nome: **MARCIA MARIA GONÇALVES DE LUCENA**

CPF: **213.082.763-20**

Data de Nascimento: **26/11/1957**

Nome da mãe: **ZAIRA MACEDO PINTO**

**NADA CONSTA**



nos registros de distribuição de ações criminais da Justiça Militar da União.

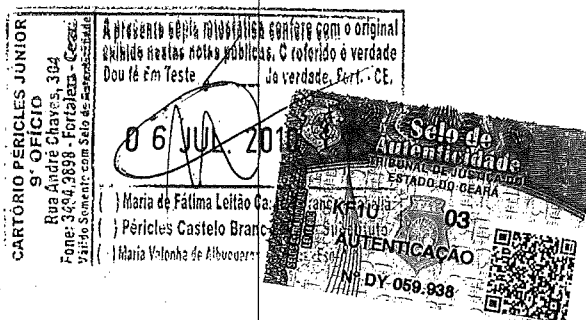
Certidão emitida em 17/06/2010 às 15:44:02 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.gov.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

**Certidão gratuita e de âmbito nacional**

**Esta certidão é válida por 90 dias**





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS

Certidão Nº.0111225

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao polo passivo dos processos em trâmite, verificou **NADA CONSTAR** nos últimos **DEZ** anos, contra **GAUDENCIO GONCALVES DE LUCENA JUNIOR**, inscrita(a) no CPF sob nº **666.329.353-20**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL** (inclusive Auditoria Militar).

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade.**

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 22 de JUNHO de 2010.

*Assinatura*

Flávia  
Chefe de  
Serviços



Pesquisa: **Oberdônio Campêlo.**

**NÃO É VÁLIDA PARA  
INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494.2898 - Fortaleza - Ceará  
Valida Somente com Selo de Autenticidade

A presente cópia fotostática somente com o original  
exibido nestas notas públicas. O referido é ver-  
dade e em Teste... da verdade, Fort.

06 JUL 2010

Maria de Fátima Loubo Castelo Branco - T.  
Péricles Castelo Branco Neto - Subst.  
Maria Valonha de Albuquerque Martins - Esc. Autenticaç.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 20/06/2010

1



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS

Certidão Nº.0411920

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao polo passivo dos processos em trâmite, verificou **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, contra **JOAO GONCALVES JUNIOR**, inscrita(a) no CPF sob nº **135.626.223-68**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL** (inclusive Auditoria Militar).

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egregio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade.**

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 22 de JUNHO de 2010.

Pesquisa: **Oberdônio Campêlo.**

**NÃO É VÁLIDA PARA  
INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

CARTÓRIO PÉRICLES JÚNIOR  
9º DEÍCIO  
Rua André Soares, 304  
Fone: 324.1338 - Fortaleza - Ceará  
Validade: 30 dias  
A presente cópia autenticada confere com o original  
exibido nestas notas públicas. O referido é verdade  
Dou fé em Teste. 06 JUL 2010  
Maria de Fátima Leitão Castelo Branco - T.  
Péricles Castelo Branco Neto - Subst.  
Maria Valonha de Albuquerque Martins - Esc. A.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 20/06/2011



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS

Certidão Nº.0111224

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao polo passivo dos processos em trâmite, verificou **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, contra **JOAO GONCALVES PRIMO**, inscrita(a) no CPF sob nº **005.186.203-44**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL** (inclusive Auditoria Militar).

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade.**

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 22 de JUNHO de 2010



Pesquisa: **Oberdômio Campêlo**

**NÃO É VÁLIDA PARA  
INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

ANTONIO PERICLES JUNIOR  
9º Ofício

Rua André Chaves, 304  
Fone: 3334.2898 - Fortaleza - Ceará  
Válido somente com selo de autenticidade

A presente cópia fotostática ~~portante~~ **portante** com o original  
exibido nestas notas públicas. E refer  
Dou fé em Teste. **06 JUL 2010**  
| Maria de Fátima Leitão Castelo Branco  
| Pericles Castelo Branco Neto  
| Maria Valença de Albuquerque Martins - Est. Autorizada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM **20.06.2011**





das  
Comunicações  
• Fm: 143  
• Rubrica: 143

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS

Certidão Nº. 01111226

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao polo passivo dos processos em trâmite, verificou NADA CONSTAR, nos últimos DEZ anos, contra MARCIA MARIA MACEDO PINTO, inscrita(a) no CPF sob nº 213.082.763-20, no que se refere especificamente as ações de EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar).

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por 30 (trinta) dias, conforme art. 5º da Portaria nº 135/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 22 de JUNHO de 2010.



Pesquisas: Oberdônio Campêlo.

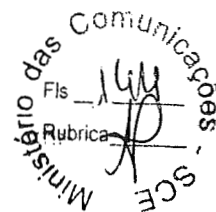
NÃO É VÁLIDA PARA  
INSTRUÇÃO PROCESSUAL

CARTÓRIO PERICLES JUNIOR  
9º OFÍCIO  
Rua André Chaves, 304  
Fone: 3494.9898 - Fortaleza - Ceará  
Válido Somente com Selo de Autenticidade

A presente folha impressa em papel com o original  
colado nas costas públicas, o referido é verdade  
Dou fé em Teste  
06 JUL 2010  
Marta de Fátima Leite Castelo Branco - Sub  
( ) Pericles Castelo Branco Neto - Sub  
( ) Maria Valinda de Albuquerque Martins Esc. L.



SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES  
EM 20.06.2011 1



Serviço Público Federal  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B - 3º andar - ala oeste  
CEP - 70044-900 - Brasília - DF Tel.: (61) 3311-6000

**INFORMAÇÃO N.º 4134 2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE-MC**

**REFERÊNCIA :** Processo nº 53000.048532/2005.

**INTERESSADA: FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

**ASSUNTO:** Outorga para execução de serviço de radiodifusão de Sons e Imagens com finalidade exclusivamente educativa.

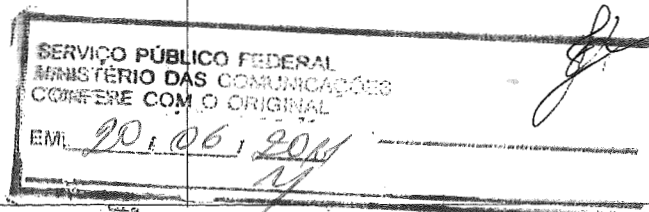
1. **A FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, com sede na CE 040, Km 06, nº 5.877, Bairro Amador, Município de Eusébio, Estado do Ceará, requer, nos presentes autos, que seja-lhe outorgada permissão para executar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com finalidade exclusivamente educativa, utilizando o Canal 4-E, disponível no plano básico de distribuição de canais (fls. 118), na localidade de Maracanaú, Estado do Ceará.

2. O Estatuto da entidade e alterações estão registradas no Livro de Pessoa Jurídica, A - III P 8, sob o nº 087 em 26 de setembro de 2001 do Cartório Fecundo - do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Eusébio, Estado do Ceará (fls. 03 a 07 e 104).

3. De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Alteração do Estatuto da Fundação Cultural Vicentina Lucena, realizada em 05 de fevereiro de 2010 onde foi colocado em discussão a nova formação do Conselho Diretor da Fundação e seus membros que passa a ter a seguinte composição:

Gaudêncio Gonçalves de Lucena Junior	Diretor Presidente
João Gonçalves Junior	Diretor Vice Presidente
João Gonçalves Primo	Diretor Administrativo Financeiro
Márcia Maria Macedo de Lucena	Diretora Cultural

4. A documentação pertinente aos dirigentes foi anexada aos autos, encontrando-se entre as fls. 45 a 143.



CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 424 2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE-MC

5. A outorga de permissão para executar Serviço de Radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra "a" do inciso XII do artigo 21).

6. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31.10.1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **in verbis**:

**"Art. 13 – O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço":**

**(...)**

**§ 1º – É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos."**

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores encontra-se completa e em ordem.

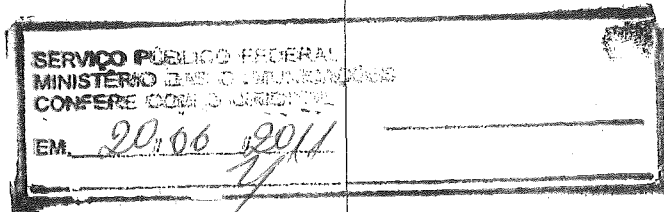
9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quer quanto à entidade, quer quanto a seus diretores, conforme declarações.

10. A Fundação apresentou declaração constante às fls. 31, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15.04.1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. A Fundação apresentou Convênio firmado com a Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, que tem como objeto a vinculação dessas duas entidades no que se refere à execução do Serviço de Radiodifusão e apresentou também documento que justifica sua intenção para o uso do canal educativo solicitado.

12. De acordo com os registros existentes neste Ministério, há outras entidades que formularam pedido de outorga para o mesmo Serviço para a localidade de Maracanaú – CE:

- Fundação Reconstruir: Processo Nº 53000.063427/2007 – (Indeferido pelo Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica por não se encontrar devidamente instruído e ainda de não ter comprovado vínculo com instituição de ensino, conforme determina o Ato Normativo Nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados);





CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 144 2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE-MC

- Fundação Educativa e Cultural Padre Marcelino Champagnat: Processo Nº 53000.083190/2006 – (Indeferido pelo Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica por não se encontrar devidamente instruído e ainda de não ter comprovado vínculo com instituição de ensino, conforme determina o Ato Normativo Nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados);
- Fundação de Radiodifusão Educativa Acácia Amarela: Processo Nº 53000.026968/2010 – (Indeferido pelo Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica por não se encontrar devidamente instruído e ainda de não ter comprovado vínculo com instituição de ensino, conforme determina o Ato Normativo Nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados);
- Fundação Educadora de Radiodifusão José Alencar de Macedo: Processo Nº 530000.001742/2006 – (Indeferido pelo Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica por não ter comprovado vínculo com instituição de ensino, conforme determina o Ato Normativo Nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados).

Sendo que esta última, a Fundação Educadora de Radiodifusão José Alencar de Macedo ajuizou Ação de Rito Ordinário nº 2009.81.00.0001366-2 em trâmite perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará em face da ANATEL e da União Federal.

13. Diante do exposto, informamos que o presente processo encontra-se devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria e o pedido poderá ser deferido, a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à d. Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 07 de Julho de 2010.

**FERNANDO BARBOSA MIRANDA**  
Advogado

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral.

Em, 07 / 07 / 2010

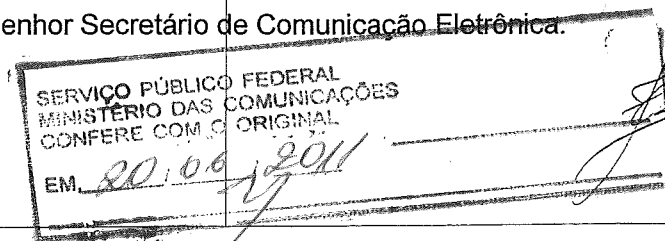
**ANA PATRÍCIA SERRANO ALESCIO CAMPOS**  
Coordenadora de Outorga e Consignação de Canais.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em, 07 / 07 / 2010

**ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO**  
Coordenador-Geral.

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica.





CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 424 2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE-MC

Em, 7, 7, 2010

**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**

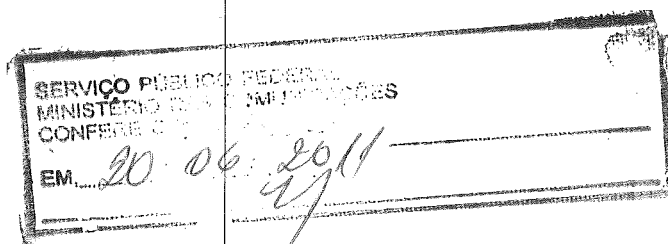
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Encaminhem-se à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em, 07, 07, 2010

**JOSÉ VICENTE DOS SANTOS.**

Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica



COCAN/FBM



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**



**PARECER Nº 0632 - 1.07 / 2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO Nº 53000.048532/2005**

**INTERESSADO: Fundação Cultural Vicentina Lucena**

**ASSUNTO: Outorga para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa.**

I – Outorga de Concessão. Exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, pela Fundação Cultural Vicentina Lucena, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

II – Licitação dispensável para outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Possibilidade prevista no art. 13, § 1º, do Decreto nº 52.795/63.

III - Processo devidamente instruído com a documentação necessária ao deferimento do pleito.

Ilmo. Senhor Consultor Jurídico,

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de requerimento formulado pela Fundação Cultural Vicentina Lucena, entidade cujo Estatuto e suas alterações encontram-se arquivados no Livro de Pessoa Jurídica sob o nº 087, de 26 de setembro de 2001, do Cartório Fecundo – do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Eusébio, Estado do Ceará, objetivando que lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará, mediante a utilização do canal 4 E.

2. O pedido foi objeto de análise pelo Departamento de Outorga de Serviços, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério – DOS/SSCE/MC, nos termos da Informação nº 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE – MC, tendo aquele Departamento concluído pela devida instrução do feito, sugerindo, ato contínuo, o encaminhamento a esta Consultoria.

3. Vieram, pois, os autos para análise.

**II - DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO**

4. Analisando o presente processo, verificou-se que a requerente satisfaz todas as exigências fixadas pela legislação de regência - o Decreto nº 52.795/63, o Decreto-lei nº 236/67, e a Portaria Interministerial nº 651/99, tendo juntado toda a documentação exigida.

5. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pelo DOS/SSCE/MC, conclui-se, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando que, de acordo com o § 1º do artigo 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63, com a redação dada pelo

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF  
Telefones: (61) 3311-6535/311-6197 Fax: (61) 3311-6602 Email: [conjur@mc.gov.br](mailto:conjur@mc.gov.br)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

20/06/2011

CONJUR - M. das  
Comunicações  
149  
9

Decreto n.º 2.108/96, "é dispensável a licitação para execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos".

### III – DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE OUTORGA

6. Conforme relatado acima, a documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores está completa, a outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei n.º 236/67 e pela Portaria Ministerial n.º 651/99, consoante declarações de seus diretores acostada aos autos, restando, portanto, caracterizada a legalidade e a regularidade do presente procedimento.

7. Vale ressaltar, por pertinente que, conforme consta da Informação nº 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SC/MC outras entidades manifestaram interesse em executar o serviço objeto do presente pleito, a saber: Fundação Reconstruir, processo nº 53000.063427/2007 (indeferido); Fundação Educativa e Cultural Padre Marcelino Champagnat, processo nº 53000.083190/2006 (indeferido); Fundação de Radiodifusão Educativa Acácia Amarela, processo nº 53000.026968/2010 (indeferido); Fundação Educadora de Radiodifusão José Alencar de Macedo, processo nº 53000.001742/2006 (indeferido).

8. No entanto, como as outras pretendentes à execução do serviço ora pleiteado tiveram seus processos indeferidos, nos moldes do que se infere da informação oriunda da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SSCE, não há que se falar na existência de outras interessadas habilitadas para o canal ora em questão (4 E).

9. Salienta-se, ainda que, nos termos da Ata da Assembléia Geral da Fundação, realizada em 05 de fevereiro de 2010, foi discutida a nova formação do Conselho Diretor da fundação.

10. Convém ressaltar que foram aprovados como membros do Conselho Diretor, os Senhores, Gaudêncio Gonçalves de Lucena Junior, para o cargo de Diretor Presidente; João Gonçalves Junior, para o cargo de Diretor Vice-Presidente; João Gonçalves Primo, para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e Márcia Maria Macedo de Lucena, para o cargo de Diretora Cultural.

11. Neste diapasão, de acordo, o disposto na Lei nº 10.406/02, artigos 62 e seguintes, as Fundações e Entidades de interesse social estão obrigadas à apresentação dos respectivos Estatutos e Alterações que por ventura vierem a existir, antes de iniciarem suas atividades, para apreciação e aprovação do Ministério Público, do qual, pela análise dos autos, constatou-se haver sua anuência, conforme se depreende de fls.102/103.

12. Vale salientar que constam dos autos, as respectivas certidões negativas em nome dos dirigentes da entidade – tanto de Ações Criminais, quanto de Ações Cíveis, Protestos de títulos, bem como as provenientes da Justiça Eleitoral. Não restando, desse modo, óbice ao regular prosseguimento do processo.

13. Da análise empreendida, verificou-se, assim, a regularidade jurídica do processo, ao passo que ratificamos o posicionamento esposado pelo Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, nos termos da Informação nº 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE – MC (fls. 152/154).

### IV – DA CONCLUSÃO

14. Estando cumpridas as praxes processuais no que se refere a análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento do processo à consideração do Exmo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
EM, 20.06.2011	2

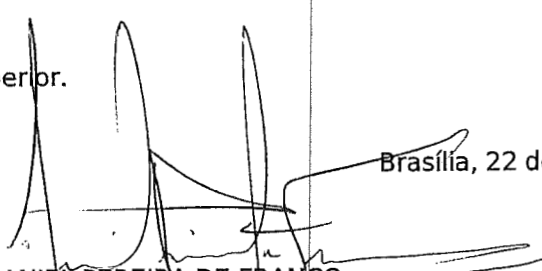


15. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o §3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de outorga possa produzir seus efeitos legais.

16. É o Parecer, que ora submeto à consideração superior.

À consideração superior.

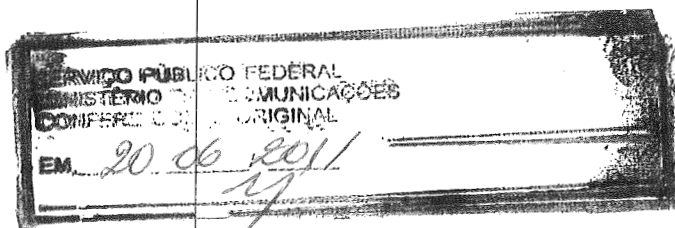
Brasília, 22 de julho de 2010.

  
DANIEL PEREIRA DE FRANCO  
Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Aprovo o parecer por seus fundamentos. Encaminhe-se o processo ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações para as providências de sua alçada.  
Em 26/07/2010.

  
ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO  
Consultor Jurídico





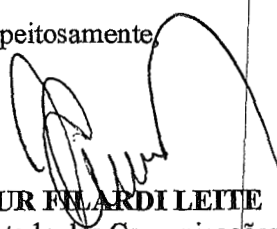
MC EM

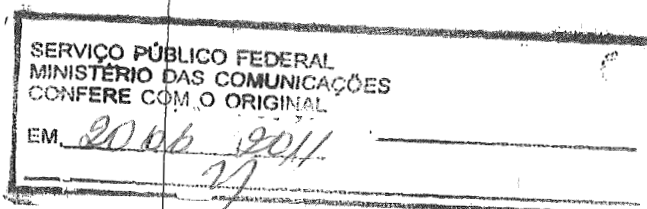
Brasília, de de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência incluso projeto de Decreto, que outorga concessão à **Fundação Cultural Vicentina Lucena**, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.
2. De acordo com o art. 13, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

  
**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro de Estado das Comunicações





**DECRETO Nº , DE DE DE 2010.**

**Outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena**, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.048532/2005,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à **Fundação Cultural Vicentina Lucena** para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

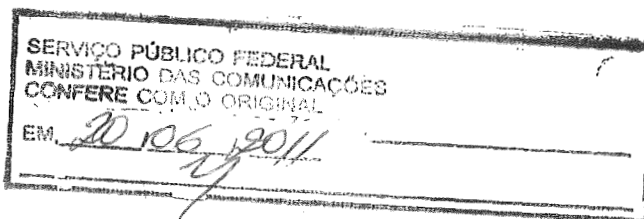
Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGA**

**DESPACHO Nº 2433 /2010-CGLO/DEOC/ SCE/ MC.**


**Ref. Processo nº: 53000.048532/2005**

**Entidade: FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

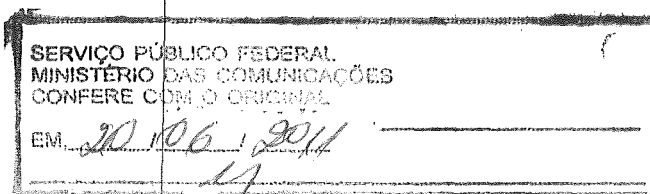
Encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Atenciosamente,

Brasília, 28 de julho de 2010

  
**ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO**  
Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorga

Esp/CGLO/DEOC/SE  
27/07/2010





Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

**ANATEL**Agência Nacional  
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

Tela Inicial

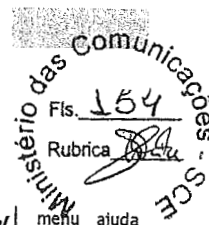


Resultado da Consulta

Sistemas  
Interativos

SRD » Consultas » Geral

menu ajuda



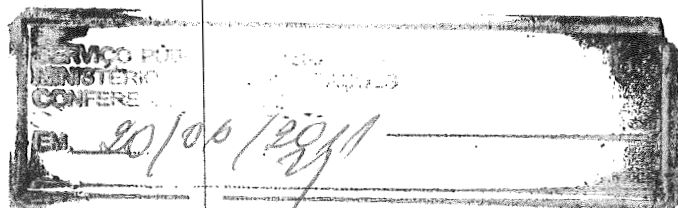
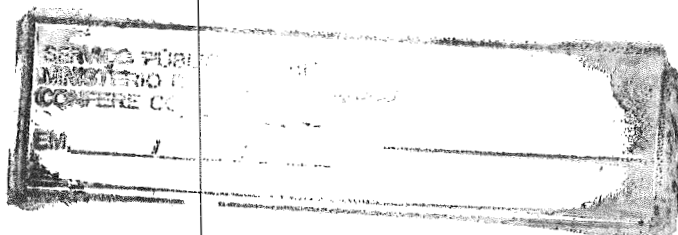
## Consulta Geral TV

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
4- E		CE	Maracanaú	TV	0	

Usuário: -      Data: 09/06/2011      Hora: 15:20:50

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



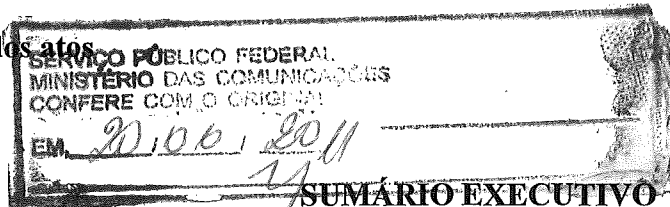


**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

NOTA TÉCNICA Nº 821 /2011//CGLO/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Devolução dos autos após revisão dos atos**

Referência: Processo nº 53000.048532/2005



**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de instrução de processo com vistas à concessão de outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará, canal 4-E, disponível no Plano Básico de distribuição de Canais, relativo ao pleito formulado pela Fundação Cultural Vicentina Lucena.

**ANÁLISE**

2. O processo em questão já havia sido analisado por esta Coordenação, tendo sido atestada a sua correta instrução e providenciado o seu encaminhamento a Conjur, conforme nº 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE-MC, constante das fls. 144/147, dos autos, para apreciação técnico-jurídica da matéria.

3. Ato contínuo foi emitido o PARECER nº 0632 -1.07/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, datado de 22 de julho de 2011, constante das fls. 148/150, dos autos, o qual considerou apto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro, culminando, assim, na emissão da Exposição de Motivos nº 614/2010, de 3 de agosto subsequente, tendo, referido processo, sido encaminhado à Presidência da República, acompanhado da minuta de Decreto, em 16 de agosto de 2010, com vistas à concessão da outorga almejada.

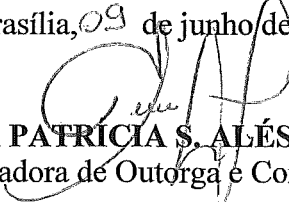
4. Contudo, em razão da mudança da titularidade da Presidência da República, os autos foram devolvidos a este Ministério para nova análise.

5. Ocorre que a viabilidade do pedido já restou verificada por esta Secretaria, o que restou ratificada pela Consultoria Jurídica no Parecer supracitado, estando, o canal solicitado, disponível no Plano Básico de Distribuição de Canais, conforme doc. De fl. 154, dos autos, sendo necessária apenas a revisão das minutas dos atos, ou seja, Exposição de Motivos e Decreto.

**CONCLUSÃO**

4. Dessa forma, opinamos pela concessão da outorga, na forma pretendida, devendo, para tanto, serem os presentes autos encaminhados ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, juntamente com as minutas dos atos próprios – Exposição de Motivos e Decreto para deliberação.

Brasília, 09 de junho de 2011.

  
**ANA PATRÍCIA S. ALÉSCIO CAMPOS**  
Coordenadora de Outorga e Consignação de Canais

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviço de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 09 de junho de 2011.

  
**VÂNEA RABELO**  
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

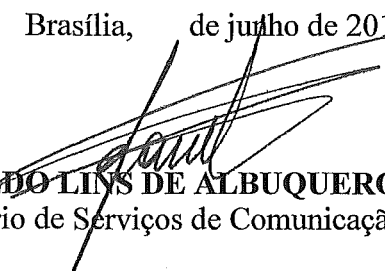
De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

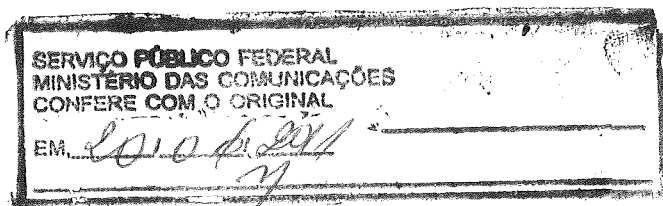
Brasília, 9 de junho de 2011.

  
**DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

De acordo. ~~Proceda-se conforme o proposto.~~ *Encaminhar para o Senhor*

Brasília, de junho de 2011.

  
**GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR - M. das Comunicações  
Fls.: 156  
Rubrica: *lf*

COTA nº 0327/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU  
Processo nº 53000.048532/2005-15  
Interessado: FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA

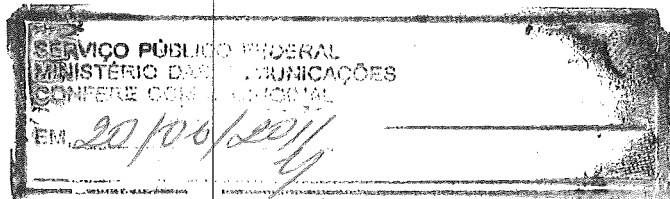
Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos do PARECER Nº 0632 – 107/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU desta Consultoria Jurídica às fls. 148 a 150, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 15 de JUNHO de 2011.

*[Assinatura]*  
Rodrigo Zerbone Loureiro  
Consultor Jurídico



COTA\_RZL\_0327/2011



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGA**

DESPACHO Nº 442/2011-CGLO/DEOC/SCE/MC

**Ref. Processo nº: 53000.048532/2005**

**Entidade: FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**

Encaminhem-se os presentes autos, em cópia autenticada, ao Serviço de Documentação e Arquivo (SEDOC), para enviar à Presidência da República.

Brasília, 20 de junho de 2011

  
**VÂNIA RABALO**

Coordenadora-Geral do Regime Legal de Outorgas



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 3311-6242 - Fax: (61) 3311-6583

Ofício nº 10 /2011/GM-MC

Brasília, 8 de julho de 2011.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais  
Palácio do Planalto, 4º andar  
70150-900 – Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00301 2011  
- 53000.009776/2008

MC 00302 2011  
- 53000.029066/2009

MC 00303 2011  
- 53640.000522/2002

MC 00304 2011  
- 53000.031080/2007

MC 00305 2011  
- 53710.001626/1998

MC 00306 2011  
- 53000.021273/2004

MC 00307 2011  
- 53000.047414/2007

MC 00308 2011  
- 53000.003269/2008

MC 00309 2011

- 53000.008298/2008

MC 00310 2011

- 53000.057511/2006

MC 00311 2011

- 53640.000260/2000

MC 00312 2011

- 53000.007482/2006

MC 00313 2011

- 53000.006770/2010

MC 00314 2011

- 53000.026637/2009

MC 00315 2011

- 53000.020170/2007

MC 00316 2011

- 53000.044832/2005

MC 00317 2011

- 53000.063800/2007

MC 00318 2011

- 53000.049656/2007

MC 00319 2011

- 53000.028304/2009

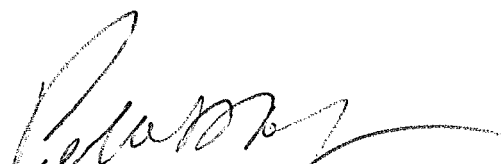
MC 00320 2011

- 53740.000193/2001

MC 00321 2011

- 53000.022377/2008 - vol. I e II

Atenciosamente,

  
**PEDRO LEITE RIBEIRO NETO**  
Coordenador-Geral Substituto

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**



**DESPACHO**

**CPROD nº:** 53000015264/2012-76

**Referência:** Ofício nº 0147/12 – SAJ/SAG, de 20 de março de 2012.

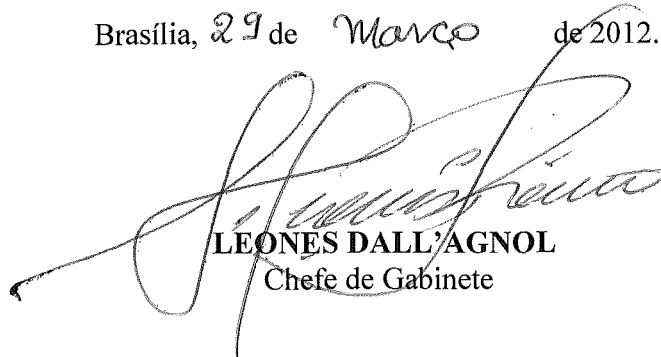
**Interessado:** SAJ/SAG – Casa Civil-PR / Fundação Cultural Vicentina Lucena

**Assunto:** restitui a EM nº 316/MC, de 21 de junho de 2011, juntamente com cópia do Processo nº 53000.048532/2005, para as providências descritas na Nota nº 1135/2012 – CCC/FFC, da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**Destinatário:** CONJUR

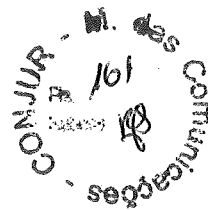
Encaminhe-se o presente documento à Consultoria Jurídica deste Ministério, para as providências pertinentes.

Brasília, 29 de Março de 2012.



**LEONES DALL'AGNOL**  
Chefe de Gabinete





Ofício nº 0147/12 - SAJ/SAG

Em 20 de março de 2012.

Ao Senhor  
LEONES DALL'AGNOL  
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações  
Brasília - DF

Assunto: **Fundação Cultural Vicentina Lucena.**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 015264/2012-76


SEDOC/DEP/CGG/MCM

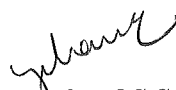
23/03/2012-10:54

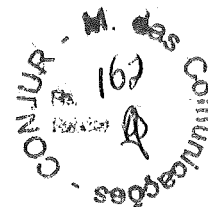
Senhor Chefe de Gabinete,

Restituímos a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 316/MC, de 21 de junho de 2011, acompanhada do respectivo processo, de interesse da Fundação Cultural Vicentina Lucena, localizada no Município de Maracanaú, Estado do Ceará, tendo em vista os termos da anexa Nota nº 1135/2012 - CCC/FFC, da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

Atenciosamente,

  
IVO DA MOTTA AZEVÊDO CORRÊA  
Subchefe para Assuntos Jurídicos da  
Casa Civil da Presidência da República

  
LUIZ ALBERTO DOS SANTOS  
Subchefe de Análise e Acompanhamento  
de Políticas Governamentais da Casa Civil da  
Presidência da República



**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**Nota SAJ nº 1135/2012 – CCC/FFC**

**Anexo:** I  
**EM:** Nº 316/2011  
**Interessado:** Ministério das Comunicações.  
**Assunto:** Projeto de Decreto que outorga concessão para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. Encaminhamento ao Congresso Nacional.  
**NUP:** 53000.048532/2005-15

Senhor Subchefe,

**I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de projeto de Decreto Federal que outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena, pelo prazo de quinze anos, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará. Caso seja promulgado, deve-se proceder o seu encaminhamento ao Congresso Nacional a fim de que seus efeitos legais possam ser produzidos, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

2. Para a análise desta Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - SAJ/PR foram disponibilizados os seguintes documentos: **(i)** Exposição de Motivos<sup>1</sup> solicitando à Presidência da República decisão sobre o Decreto e sua posterior submissão ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal; **(ii)** Parecer<sup>2</sup> da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, que atesta o cumprimento dos requisitos legais para a concessão da outorga. **(iii)** Nota Informativa<sup>3</sup> emitida pela Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil – SAG/PR por meio da qual o referido órgão atesta que não se opõe ao encaminhamento da matéria à Exma. Sra. Presidenta da República, e após, ao Congresso Nacional para deliberação, a partir da qual produzirá efeitos legais.

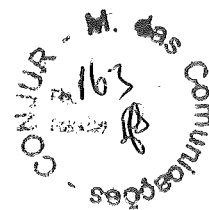
<sup>1</sup> EM 316/2011 – MC – 21 de junho de 2011.

<sup>2</sup> PARECER Nº 0632-1.07/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU – 24 de novembro de 2011.

<sup>3</sup> NOTA INFORMATIVA Nº 743/2011/SAG-C. Civil – PR – 24 de novembro de 2011.



SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CENTRO DE ESTUDOS



**Interessado:** Fundação Cultural Vicentina Lucena

**Processo Nº:** 53000.048532/2005-15

**Serviço:** Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos

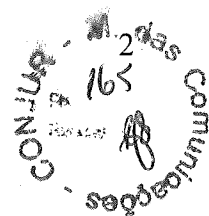
**Localidade:** Maracanaú/CE

**Legislação – Documentos e Requisitos:** Lei nº 5.785/72, Decreto nº 88.066/83; Ato Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados; art. 47, I, a, Lei nº 8.212/91 (INSS); Art. 27, c, Lei nº 8.036/90 (FGTS) e determinação da Casa Civil da Presidência da República, por meio das Subchefias de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Governamentais, determinação essa encaminhada, por uma série de ofícios, ao Ministério das Comunicações em novembro de 2007.

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	REQUISITOS CUMPRIDOS	JUNTADA – Fls.
1- Ato constitutivo da empresa e suas alterações;	Sim (X) Não ( )	Fls. 02/10
2- Declaração de que não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade, objeto da licitação;	Sim (X) Não ( )	Fls. 32/33
3- Declaração de que não se encontra inidônea por qualquer órgão da Administração direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e, não está suspenso o seu direito de licitar e contratar com o Ministério as Comunicações.	Sim (X) Não ( )	Fls. 32/33; 43/44; 54/55
4- Declaração de que nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, da qual decorra foro especial;	Sim (X) Não ( )	Fls. 32/33; 43/44; 54/55
5- Declaração de que nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de rádio difusão, nem de outras empresas de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67;	Sim (X) Não ( )	Fls. 32/33; 43/44; 54/55
6- Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigentes da proponente;	Sim (X) Não ( )	Fls. 23; 34; 45

7- Certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e do de protesto de títulos dos locais de residência do dirigente, nos últimos cinco anos, bem assim, das localidades onde exerce ou exerceu, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou reavaliadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas;	Sim (X) Não ( )	Fls. 24/29; 66/76; 82/91
8- Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral do dirigente da entidade em tela;	Sim (X) Não ( )	Fl. 30
9- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa;	Sim (X) Não ( )	Fls. 58/59
10- Certidão de que não houve falência ou concordata da pessoa jurídica expedida pelo distribuidor da sede;	Sim ( ) Não (X)	
11- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;	Sim (X) Não ( )	Fl. 11
12- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual e municipal, se houver, relativo à sede da entidade;	Sim (X) Não ( )	Fls. 17/19
13- Prova de regularidade relativa ao INSS e ao FGTS;	Sim (X) Não ( )	Fls. 12/15
14- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Sim (X) Não ( )	Fls. 15/19

3. É o relatório.



## II – ANÁLISE JURÍDICA

4. No caso concreto, o parecer elaborado pela Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações afirma que foi cumprido o procedimento legal para outorga, **na modalidade “concessão”**. Contudo, conforme a tabela em anexo, percebe-se que não consta nos autos do processo certidão de que não houve falência ou concordata da pessoa jurídica expedida pelo distribuidor da sede, uma das formalidades a serem preenchidas pelos pretendentes à execução dos serviços de radiodifusão, consoante a alínea “b”, do §2º, do art. 15 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

5. Deste modo, observa-se óbice legal para a expedição da outorga de concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena, para explorar, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará

## III – CONCLUSÃO

6. Diante de todo o exposto, opina-se pelo encaminhamento deste processo ao Ministério das Comunicações para que todas as providências necessárias possam ser tomadas.

Brasília/DF, 20 de março de 2012.

**FELIPE FERNANDES DE CARVALHO**

Estagário da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

**CASTRUZ CATRAMBY COUTINHO**

Assessor da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Em 20 / 03 / 2012.

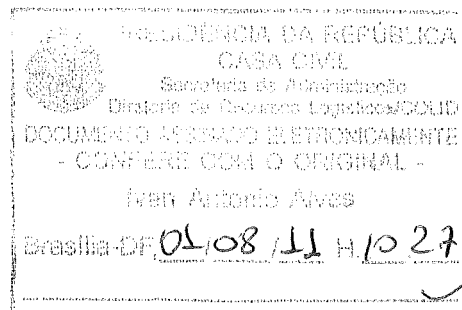
**IVO DA MOTTA AZEVEDO CORRÊA**

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

53000.048532/2005-15 (7)

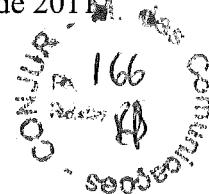
SAG

RTVE



EM nº. 316/2011 - MC

Brasília, 21 de junho de 2011.

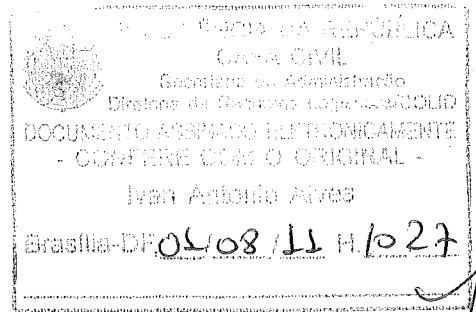


Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.048532/2005, de interesse da **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA**, objeto da concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.
2. De acordo com o art. 13, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*



**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Projeto de decreto de outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

**3. Alternativas existentes às medidas propostas:**

Não há.

**4. Custos:**

Não há.

**5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):**

Não há.

**6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):**

Não há.

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

**Texto Atual**

Não há.

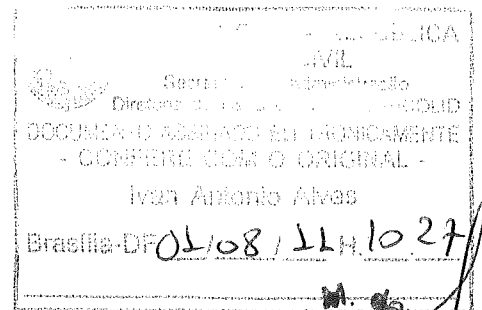
**Texto Proposto**

Projeto de decreto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

Constam dos autos as respectivas certidões negativas em nome dos dirigentes da entidade – tanto de Ações Criminais, quanto de Ações Cíveis, Protestos de títulos, bem como as provenientes da Justiça Eleitoral. Não restando, desse modo, óbice ao regular prosseguimento do processo. Da análise empreendida, verificou-se, assim, a regularidade jurídica do processo, ao passo que ratifica-se o posicionamento esposado pelo Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, nos termos da Informação nº 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE – MC. Estando cumpridas as praxes processuais no que se refere a análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento do processo à consideração do Exmo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o §3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de outorga possa produzir seus efeitos legais.

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*



DECRETO DE DE DE 2011.

Outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.048532/2005,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à **FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA** para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

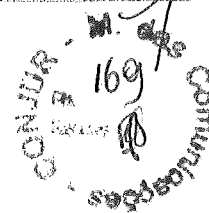
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

*Referendado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*



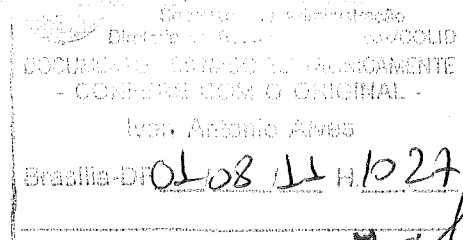
REPÚBLICA  
FEDERAL DO BRASIL  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Humanos  
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE  
- CONFERE COM O ORIGINAL -  
Ivan Antonio Alves  
Brasília-DF, 04/08/2022



PARECER Nº 0632 - 1.07 / 2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU  
PROCESSO Nº 53000.048532/2005

INTERESSADO: Fundação Cultural Vicentina Lucena

ASSUNTO: Outorga para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa.



I - Outorga de Concessão. Exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, pela Fundação Cultural Vicentina Lucena, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

II - Licitação dispensável para outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Possibilidade prevista no art. 13, § 1º, do Decreto nº 52.795/63.

III - Processo devidamente instruído com a documentação necessária ao deferimento do pleito.

Ilmo. Senhor Consultor Jurídico,

## I - RELATÓRIO

Trata-se de requerimento formulado pela **Fundação Cultural Vicentina Lucena**, entidade cujo Estatuto e suas alterações encontram-se arquivados no Livro de Pessoa Jurídica sob o nº 087, de 26 de setembro de 2001, do Cartório Fecundo - do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Eusébio, Estado do Ceará, objetivando que lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará, mediante a utilização do canal 4 E.

2. O pedido foi objeto de análise pelo Departamento de Outorga de Serviços, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério - DOS/SSCE/MC, nos termos da Informação nº 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE - MC, tendo aquele Departamento concluído pela devida instrução do feito, sugerindo, ato contínuo, o encaminhamento a esta Consultoria.

3. Vieram, pois, os autos para análise.

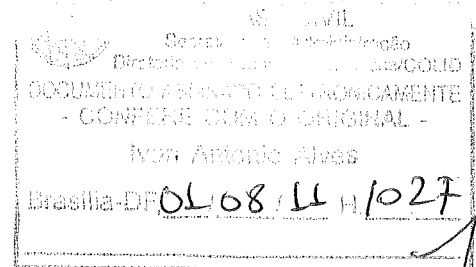
## II - DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO

4. Analisando o presente processo, verificou-se que a requerente satisfez todas as exigências fixadas pela legislação de regência - o Decreto n.º 52.795/63, o Decreto-lei n.º 236/67, e a Portaria Interministerial n.º 651/99, tendo juntado toda a documentação exigida.

5. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pelo DOS/SSCE/MC, conclui-se, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando que, de acordo com o § 1º do artigo 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795/63, com a redação dada pelo Decreto n.º 2.108/96, "*é dispensável a licitação para execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos*".

## III - DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE OUTORGA

6. Conforme relatado acima, a documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores está completa, a outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei n.º 236/67 e pela Portaria Ministerial n.º 651/99, consoante declarações de seus diretores acostada aos autos, restando, portanto, caracterizada a legalidade e a regularidade do presente procedimento.



7. Vale ressaltar, por pertinente que, conforme consta da Informação 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SC/MC outras entidades manifestaram interesse em executar o serviço objeto do presente pleito, a saber: Fundação Reconstruir, processo nº 53000.063427/2007 (indeferido); Fundação Educativa e Cultural Padre Marcelino Champagnat, processo nº 53000.083190/2006 (indeferido); Fundação de Radiodifusão Educativa Acácia Amarela, processo nº 53000.026968/2010 (indeferido); Fundação Educadora de Radiodifusão José Alencar de Macedo, processo nº 53000.001742/2006 (indeferido).

8. No entanto, como as outras pretendentes à execução do serviço ora pleiteado tiveram seus processos indeferidos, nos moldes do que se infere da informação oriunda da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SSCE, não há que se falar na existência de outras interessadas habilitadas para o canal ora em questão (4 E).

9. Salienta-se, ainda que, nos termos da Ata da Assembléia Geral da Fundação, realizada em 05 de fevereiro de 2010, foi discutida a nova formação do Conselho Diretor da fundação.

10. Convém ressaltar que foram aprovados como membros do Conselho Diretor, os Senhores, Gaudêncio Gonçalves de Lucena Junior, para o cargo de Diretor Presidente; João Gonçalves Junior, para o cargo de Diretor Vice-Presidente; João Gonçalves Primo, para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e Márcia Maria Macedo de Lucena, para o cargo de Diretora Cultural.

11. Neste diapasão, de acordo, o disposto na Lei nº 10.406/02, artigos 62 e seguintes, as Fundações e Entidades de interesse social estão obrigadas à apresentação dos respectivos Estatutos e Alterações que por ventura vierem a existir, antes de iniciarem suas atividades, para apreciação e aprovação do Ministério Público, do qual, pela análise dos autos, constatou-se haver sua anuência, conforme se depreende de fls.102/103.

12. Vale salientar que constam dos autos, as respectivas certidões negativas em nome dos dirigentes da entidade - tanto de Ações Criminais, quanto de Ações Cíveis, Protestos de títulos, bem como as provenientes da Justiça Eleitoral. Não restando, desse modo, óbice ao regular prosseguimento do processo.

13. Da análise empreendida, verificou-se, assim, a regularidade jurídica do processo, ao passo que ratificamos o posicionamento esposado pelo Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, nos termos da Informação nº 434/2010/COCAN/CGLO/DEOC/SCE - MC (fls. 152/154).

#### IV - DA CONCLUSÃO

14. Estando cumpridas as praxes processuais no que se refere a análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento do processo à consideração do Exmo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

15. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o §3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de outorga possa produzir seus efeitos legais.

16. É o Parecer, que ora submeto à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 22 de julho de 2010.

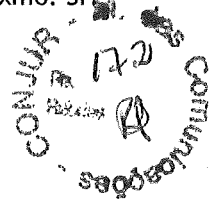
DANIEL PEREIRA DE FRANCO  
Advogado da União

Secretaria de Comunicação Social  
Diretoria de Comunicação Social  
DOCUMENTO ORIGINAL - AUTENTICAMENTE  
- CONFERE COM O ORIGINAL -  
Ivan Antônio Alves  
Brasília-DF, 04/08/11 H 10:27

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Aprovo o parecer por seus fundamentos. Encaminhe-se o processo ao Gabinete do Exmo. Sr.  
Ministro de Estado das Comunicações para as providências de sua alçada.

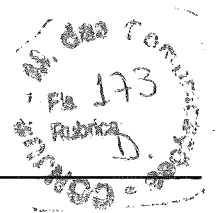
Em / /2011



**RODRIGO ZERBONE LOUREIRO**

Consultor Jurídico

*Assinado eletronicamente por: Rodrigo Zerbone Loureiro*



FICHA DE ACOMPANHAMENTO

Nº Processo : 53000.048532/2005-15

Qtde. Anexos : 2

Data Abertura : 28/09/2005

Hora Abertura : 16:53:09

Espécie : CARTA

Número :

Data : 27/09/2005

Código Class. Arquivo : 1293

UF : CEARÁ

Procedência : FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA - EDUCATIVA TV

Solicitante : FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA - EDUCATIVA TV

Resumo do Assunto :

SOLICITA OUTORGA PARA EXECUTAR SERVICO DE RADIODIFUSAO EM SONS E IMAGENS, COM FINALIDADE EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO, UTILIZANDO CANAL 4/E, NA CIDADE DE MARACANAU, ESTADO DO CEARA. ANEXA DOCUMENTOS PARA ANALISE.

Resumo do Complemento :

OFICIO 23- SAJ/SAG DE 04.01.11  
OFICIO/54/GM/MC DE 17.08.10  
EM/614/10/MC  
OFICIO/10/GM/MC DE 08.07.11

Interessado : FUNDACAO CULTURAL VICENTINA LUCENA - EDUCATIVA TV

Para : Dra. Janaina

Antecedentes :

Para o obséquio de : ☐ Falar-me ☐ Providenciar  
☐ Examinar e Informar ☒ Dar Parecer  
☐ Responder ☐ \_\_\_\_\_  
☐ Preparar Resposta  
☐ Arquivar

Favor Providenciar até : 18/06/12

Observações:

Data : 07/05/12

Assinatura : [Assinatura]



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



NOTA Nº 0269/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.048532/2005

INTERESSADO: Fundação Cultural Vicentina Lucena.

ASSUNTO: Outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Maracanaú, Estado do Ceará. Processo que retornou da Casa Civil sob o argumento de ausência de documento (certidão negativa de falência e concordata): DESNECESSIDADE, haja vista se tratar de fundação. Processo devidamente instruído. Pela devolução dos autos à Casa Civil.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de processo de interesse da Fundação Cultural Vicentina Lucena, a qual pleiteia outorga para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

2. O processo já fora devidamente instruído no âmbito dessa Pasta Ministerial e, submetido ao crivo desta Consultoria Jurídica, emitiu-se o PARECER Nº 0632-1.07/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU (fls. 148/150), cujo remate foi pela viabilidade jurídica da outorga.

3. Ato contínuo, o processo foi remetido para a Presidência da República, juntamente com a minuta de Decreto de fl. 152.

4. Em decorrência da mudança da titularidade da Presidência da República, os autos retornaram a esse Ministério, ocasião em que a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE emitiu a Nota Técnica de fl. 155 e, submetidos os autos a esta CONJUR, expediu-se a Cota de fl. 156, por intermédio da qual o então Consultor ratificou os termos do Parecer jurídico antes exarado (PARECER Nº 0632-1.07/2010), bem como concluiu pela regularidade das minutas de Exposição de Motivos e Decreto presidencial.

5. Novamente encaminhado o processo à Casa Civil da Presidência da República, foi elaborada, no âmbito da Subchefia para Assuntos Jurídicos - SAJ, a Nota SAJ nº 1135/2012-CCC/FFC (fls. 162/165), de onde se extrai o seguinte excerto *in verbis*:

No caso concreto, o parecer elaborado pela Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações afirma que foi cumprido o procedimento legal para outorga, na modalidade "concessão". Contudo, conforme a tabela em anexo, percebe-se que não consta nos autos do processo certidão de que não houve falência ou concordata da pessoa jurídica expedida pelo distribuidor da sede, uma das formalidades a serem preenchidas pelos pretendentes à execução dos serviços de radiodifusão, consoante alínea "b", do §2º, do art. 15 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

6. Em consequência, aquele Órgão fez voltar novamente o processo para essa Pasta Ministerial a fim de que fossem adotadas as providências necessárias.

7. É o sucinto relatório.

8. A outorga objeto do processo em tela refere-se, como se sabe, ao serviço de

radiodifusão educativa, o qual se insere no âmbito da radiodifusão pública<sup>1</sup>. Reveste-se, portanto, de características próprias que o distinguem, por exemplo, do serviço de radiodifusão privado.

9. Nesse contexto, pois, muito embora a legislação seja comum aos serviços de radiodifusão de um modo geral, há articulados que se voltam especificamente para o serviço de radiodifusão educativa. A respeito, impende citar, conforme outrora afirmado por esta CONJUR por meio do já referido PARECER Nº 0632-1.07/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU (fls. 148/150), a dispensa de licitação, nos termos do §1º do art. 13 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 (o qual aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão), senão, veja-se:

Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. [grifo nosso]

10. Ainda no que concerne às normas afetas ao serviço *in casu*, faz-se mister trazer a lume o seguinte:

Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 (o qual complementa e modifica a Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962)

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações. [grifo nosso]

11. A par do dispositivo acima já se pode depreender que as pessoas jurídicas pretendentes à execução do serviço de radiodifusão educativa não se constituem em sociedades empresariais executantes de atividade econômica *estrito sensu*.

12. No caso ora em apreço, tem-se como interessada a figura de uma fundação, a saber, Fundação Cultural Vicentina Lucena, pessoa jurídica de direito privado.

13. Sabe-se que para a criação e eventual extinção da fundação há procedimentos também específicos haja vista, repise-se, a natureza peculiar de que se reveste essa entidade.

14. Assim, vejam-se alguns articulados do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973):

CC

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

(...)

Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

...

<sup>1</sup> Não se mostra despidendo frisar que a Constituição Federal prevê, em seu art. 223 caput, no âmbito dos serviços de radiodifusão, a aplicação do princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

CONJUR - M. das  
Comunicações  
Fls. 175  
Rubrica 8

**CPC**

Art. 1.204. Qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público promoverá a extinção da fundação quando:

- I - se tornar ilícito o seu objeto;
- II - for impossível a sua manutenção;
- III - se vencer o prazo de sua existência.

15. Em comentário ao dispositivo do CPC supra, leciona Nelson Nery Jr.<sup>2</sup> que, em regra, *“o procedimento visando a extinção de fundação deve tramitar como de jurisdição voluntária, obedecendo o regime do CPC 1103 a 1112, e exigirá a presença do órgão do MP se não for este o requerente”*. Porém, ressalva o mesmo autor, mais à frente: *“a pretensão do MP ou de qualquer interessado de postular em juízo a extinção de fundação pode gerar verdadeira lide ensejadora de remessa dos interessados para o rito ordinário de procedimento de jurisdição contenciosa.”*

16. Elaboradas as considerações, veja-se o caso em apreço.

17. Conforme já anunciado, o processo retornou da ilustre Casa Civil sob o fundamento de não se encontrar nos autos a certidão negativa de falência e concordata da entidade ora interessada.

18. Ocorre que, a lume de tudo o que se expôs na presente peça, uma fundação não se submete ao tradicional procedimento falimentar. Aliás, nos termos expressos do próprio art. 1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (a qual regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária), referido diploma normativo volta-se especificamente para as figuras do empresário e da sociedade empresária<sup>3</sup> - não abrangendo, por óbvio, a fundação.

19. Assim, absolutamente despicienda se faz a instrução dos autos *in casu* com a certidão negativa de falência e concordata, haja vista se estar diante de fundação, cuja extinção, repita-se, submete-se a um procedimento próprio (com o qual não se confunde a falência).

20. Não obstante o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795, de 1963) exija, no art. 15, §2º, “b”, para fins de instrução processual da entidade que pretenda executar o serviço de radiodifusão, a junção da certidão negativa de falência e concordata, como requisito de qualificação econômico-financeira, trata-se de documento de habilitação das entidades que participam do procedimento licitatório para execução do serviço de radiodifusão de natureza privada - com o qual não se confunde a outorga do serviço *in quaestio*, conforme sobejamente explicitado nesta peça.

21. Assim, embora as *regras gerais* do CBT e do Regulamento acabem se voltando para a outorga do serviço de radiodifusão comercial, as mesmas somente são aplicáveis aos demais serviços (educativa, estatal, comunitária etc.) no que couber, isto é, observadas as especificidades de cada serviço e da entidade pretendente a sua execução.

22. De todo modo, ainda que não submetida à falência, faz-se necessária a instrução dos autos com certidão expedida pela comarca da sede da entidade, a fim de verificar eventual demanda em face da fundação, notadamente se se tratar de eventual extinção. E referido documento encontra-se no processo em questão, mais especificamente à fl. 17 - cujo teor faz menção à inexistência de feitos em face da referida fundação (inclusive, de falência, o que, em verdade, constitui-se em uma impropriedade, segundo já explicitado).

<sup>2</sup> NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 1250.

<sup>3</sup> Ainda que se estivesse sob a égide do pretérito diploma normativo que regia a matéria (a saber, o Decreto-lei nº 7.661, de 1945), o qual continuou a ser aplicado aos processos ajuizados anteriormente ao início da vigência da nova lei (segundo regra de transição prevista no art. 192 da Lei nº 11.101, de 2005), voltava-se o comando legal ao comerciante - o qual, por óbvio, também não abrangia a figura da fundação.



23. Em face do exposto, em que não se deparou com óbice jurídico nos autos, opina-se pelo retorno do processo à Casa Civil da Presidência da República, para seu regular prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 19 de julho de 2012.

  
**SOCORRO JANAINA M. LEONARDO**

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



**DESPACHO Nº 5177/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**

**PROCESSO Nº 53000.048532/2005**

**INTERESSADO:** Fundação Cultural Vicentina Lucena.

**ASSUNTO:** Outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Maracanaú, Estado do Ceará. Processo que retornou da Casa Civil sob o argumento de ausência de documento (certidão negativa de falência e concordata): DESNECESSIDADE, haja vista se tratar de fundação. Processo devidamente instruído. Pela devolução dos autos à Casa Civil.

Aprovo a NOTA Nº 0269/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

Encaminhem-se os autos à apreciação pela Senhora Consultora Jurídica Substituta.

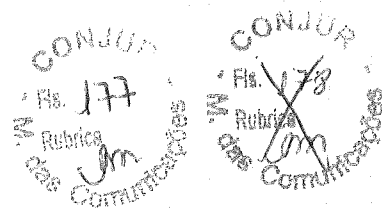
Brasília, 20 de julho

2.012

**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO Nº 5178/2012/IMS/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU**

**PROCESSO Nº 53000.048532/2005**

**INTERESSADO:** Fundação Cultural Vicentina Lucena.

**ASSUNTO:** Outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Maracanaú, Estado do Ceará. Processo que retornou da Casa Civil sob o argumento de ausência de documento (certidão negativa de falência e concordata): DESNECESSIDADE, haja vista se tratar de fundação. Processo devidamente instruído. Pela devolução dos autos à Casa Civil.

Aprovo o DESPACHO Nº 5177/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou a NOTA nº 0269/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Devolvam-se os autos ao Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 24 de julho de 2012.

  
José Flávio Bianchi  
Consultor Jurídico

SAG

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 27 /2012/GM-MC

Brasília, 31 de julho de 2012.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00236 2012 OK

- 53000.048532/2005

MC 00237 2012 OK

- 53000.026644/2010

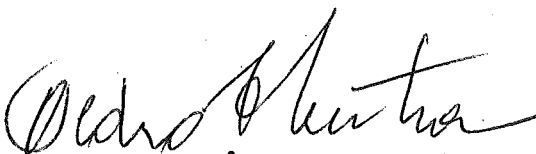
MC 00238 2012 OK

- 53000.006271/2010

MC 00239 2012 OK

- 53000.016821/2007

Atenciosamente,

  
**PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA**  
Coordenador-Geral